



Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e três, realizou-se, pelas dezassete horas e três minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins (CDU), e na mesma estiveram presentes a Sra. Vice-Presidente Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU) e os Srs. Vereadores Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Joel Alexandre Neves Marques (PS) e Ana Rita da Costa Pinheiro de Carvalho (CDU).

A Sra. Vereadora Sandra Marina Lopes Frota (PS) esteve presente em substituição do Vereador Fernando Miguel Catarino José (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 a 3.

O Sr. Vereador Domingos Moreira Semedo (PS) esteve presente em substituição do Vereador Vítor Manuel Ramalho Ferreira (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 4 e 5.

O Sr. Vereador José Manuel da Silva Lopes Pereira (PSD) esteve presente em substituição da Vereadora Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 6 a 10.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, Paulo Jorge Simões Hortênsio, de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 11.

Ordem de Trabalhos

- A) Período de Antes da Ordem do Dia**
 - 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
 - 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**
- B) Período da Ordem do Dia**
 - 1. Projeto da Ata n.º 11/2023 - Reunião ordinária de 03 de maio de 2023.**
 - 2. Projeto da Ata n.º 12/2023 - Reunião ordinária de 17 de maio de 2023.**
 - 3. Projeto da Ata n.º 13/2023 - Reunião ordinária de 23 de maio de 2023.**
 - 4. Deliberação n.º 963/2023 – Proposta n.º 49/2023 – GAP – Protocolo entre ANPC-CMS-AHBVS – Condições de contratação e funcionamento das equipas de intervenção permanente – Ratificação**
 - 5. Deliberação n.º 964/2023 – Proposta n.º 50/2023 – GAP – Apoio à Delegação de Setúbal da Cruz Vermelha para aquisição de nova ambulância**
 - 6. Deliberação n.º 965/2023 – Proposta n.º 51/2023 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do projeto “Bacia de Estacionamento de Unidades Marítimas”**

7. **Deliberação n.º 966/2023 – Proposta n.º 426/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 30/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços para manutenção, assistência técnica e gestão dos equipamentos multifunções do município e do parque escolar – Abertura**
8. **Deliberação n.º 967/2023 – Proposta n.º 428/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Cedência em regime de direito de superfície, a constituir sobre o lote de terreno n.º 96, do loteamento municipal do Bairro da Liberdade em Setúbal, à Associação de Moradores do Bairro da Liberdade**
9. **Deliberação n.º 968/2023 – Proposta n.º 429/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Cedência em regime de direito de superfície, a constituir sobre o lote de terreno n.º 97, do loteamento municipal do Bairro da Liberdade em Setúbal, à Associação de Moradores do Bairro da Liberdade**
10. **Deliberação n.º 969/2023 – Proposta n.º 430/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Celebração de contrato de arrendamento de parcela de terreno, sita em EN10, Pontes, destinada a equipamento desportivo**
11. **Deliberação n.º 970/2023 – Proposta n.º 431/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Hasta pública para ocupação de bancas e lojas do Mercado Municipal 2 de Abril, Mercado Municipal de Nossa Senhora da Conceição e Mercado Municipal do Livramento**
12. **Deliberação n.º 971/2023 – Proposta n.º 012/2023 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de licenças especiais de ruído**
13. **Deliberação n.º 972/2023 – Proposta n.º 22/2023 – DOM/DIHAB – Estúdio de Som e Vídeo Espaço Nosso Bairro, Nossa Cidade da Bela Vista: celebração de Protocolo de Colaboração com a Khapaz, Associação Cultural de Jovens Afrodescendentes**
14. **Deliberação n.º 973/2023 – Proposta n.º 23/2023 – DOM/DIHAB – Projeto de Regulamento Lojas de Bairro – Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” - Pólo de Desenvolvimento das Atividades Económicas da Bela Vista e Zona Envolvente**
15. **Deliberação n.º 974/2023 – Proposta n.º 26/2023 – DOM – CP 16/2023/DOM – “Centro Escolar Barbosa du Bocage” – Abertura de procedimento de contratação pública – Concurso público**
16. **Deliberação n.º 975/2023 – Proposta n.º 27/2023 – DOM – CP 17/2023/DOM – “Unidade de Saúde Familiar da Bela Vista” – Abertura de procedimento de contratação pública – Concurso público**
17. **Deliberação n.º 976/2023 – Proposta n.º 127/2023 – DCDJ/DICUL – Normas de Participação do XV Concurso de Fado de Setúbal**
18. **Deliberação n.º 977/2023 – Proposta n.º 128/2023 – DCDJ/DICUL – 19.º Festival de Bandas Filarmónicas da Cidade de Setúbal 2023 – Apoio financeiro - Ratificação**
19. **Deliberação n.º 978/2023 – Proposta n.º 129/2023 – DCDJ/DICUL – VIII Serenata de Fado de Coimbra em Setúbal – Apoio financeiro - Ratificação**
20. **Deliberação n.º 979/2023 – Proposta n.º 130/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico**
21. **Deliberação n.º 980/2023 – Proposta n.º 131/2023 – DCDJ/DIDES – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal, o União de Futebol Comércio e Indústria e o Sporting Clube de Portugal – Futebol SAD, para a utilização do campo de futebol de onze do Setúbal Parque**
22. **Deliberação n.º 981/2023 – Proposta n.º 261/2023 – DURB/DIGU – Indeferimento do pedido de licença para alteração às especificidades do alvará de loteamento – Processo n.º 597/88**

23. **Deliberação n.º 982/2023 – Proposta n.º 262/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura para construção de edifício destinado ao uso de restauração e bebidas sob a insígnia MC DONALDS – Processo n.º 455/22**
 24. **Deliberação n.º 983/2023 – Proposta n.º 263/2023 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de alteração e ampliação de edifício habitacional – Processo n.º 351/21**
 25. **Deliberação n.º 984/2023 – Proposta n.º 264/2023 – DURB/GAPRU – Informação Prévia Favorável Condicionada sobre viabilidade de demolição do existente e construção de edifícios de habitação coletiva – Processo n.º 20/23**
 26. **Deliberação n.º 985/2023 – Proposta n.º 265/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – Carrinho para venda de castanhas – Processo n.º 139/19**
 27. **Deliberação n.º 986/2023 – Proposta n.º 06/2023 – GAVPS – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano 2023**
 28. **Deliberação n.º 987/2023 – Proposta n.º 07/2023 – GAVPS – Participação Variável de IRS para o ano 2023**
- C) Período destinado à intervenção do Público**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Gabinete de Apoio à Presidência (GAP) e Departamento de Comunicação, Relações Internacionais e Turismo (DCTUR), conforme documentos anexos registado sob os n.ºs 12 e 13;
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito dos departamentos de Recursos Humanos (DRH) e de Educação e Bibliotecas (DEB), conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 14 e 15;
- c) Foi dado conhecimento das listagens relativas aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Urbanismo, Habitação, Mobilidade e Fiscalização (DURB), no âmbito da emissão de alvarás, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 16 e 17.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Sr. Presidente – Disse que tinha recebido uma mensagem do Sr. Vereador Fernando Negrão, a dizer que estava preso numa fila da autoestrada, no trânsito. Eram coisas que aconteciam nos tempos que corriam. De vez em quando, acontecia, mas, de facto, já passava meia hora do início da reunião e iriam dar início à reunião.

Portanto, no 1.º ponto do período de antes da ordem do dia, pedia aos senhores vereadores para se inscreverem e colocarem as questões de interesse para o município, se assim entendessem.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que, recentemente, o café que funcionava no antigo Clube de Oficiais, no posto de turismo da Praça do Bocage, tinha passado a ser explorado pela Associação da Baía. Sabiam que esse espaço seria um dos cartões de visita da Praça do Bocage. Pelo menos, tinha sido recuperado, remodelado, mobilado e equipado com esse intuito. Esse espaço encontrava-se encerrado, por aquilo que tinham conhecimento, já havia

algum tempo e, de acordo com a informação que constava na porta do espaço, era um encerramento sem um prazo definido para reabertura.

Portanto, apesar de não ser, naquele momento, a Câmara quem fazia a exploração daquele espaço, daquele café, queria questionar se o Município sabia por que motivo é que o espaço estava encerrado, quando é que se previa a reabertura, se esse encerramento constituía motivo para que houvesse uma reversão desse acordo com a Associação da Baía, para que fosse o Município, efetivamente, a explorar o espaço, e, também, o que é que tinha acontecido aos trabalhadores que lá estavam, porque, não estando lá, era importante perceber se estavam alocados a outros serviços da Casa da Baía ou se tinham sido dispensados.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que, na reunião da Câmara de dezembro de 2022, tinham questionado o Sr. Presidente relativamente à situação vivida pelos moradores de Poço Mouro, Alto da Guerra e das urbanizações da Quinta da Amizade, Vale Ana Gomes e Quinta da Serralheira, que conviviam diariamente com um cheiro intenso proveniente da central de compostagem da Amarsul, em Poçoilos.

Nessa reunião, tinham questionado o Sr. Presidente se tinha alguma informação por parte da empresa e tinham apelado à tomada de posição e de medidas que pudessem inverter a situação, que era prejudicial para os munícipes pois afetava a sua qualidade de vida e bem-estar. Nessa reunião, a Sra. Vice-Presidente tinha informado que o Município já tinha colocado a questão ao Conselho de Administração da Amarsul, o qual, por sua vez, tinha referido que iriam fazer medições para perceber o que estava em causa.

Estavam em outubro de 2023 e o que se constatava era que a situação reportada se tinha vindo a agravar. O mau cheiro era cada vez mais frequente, já não aguardava pelos ventos do norte, como em tempos, o que levava os moradores a concluir que o cheiro estaria, eventualmente, associado à inexistência de filtragem do sistema de decomposição.

A questão que se colocava, passado todo esse tempo e dado o agravamento da situação, era quanto mais tempo teriam os munícipes de esperar pela resolução dessa situação. Eram meses sucessivos de queixas e o mau cheiro continuava. Urgia adotar medidas, assim como proteger e defender os direitos ameaçados desses munícipes, de forma a evitar a continuidade desse atentado à saúde e bem-estar e, fazendo o Município parte do Conselho de Administração da Amarsul, esperava-se uma ação mais robusta e pró-ativa.

Queria aproveitar a oportunidade de estar a falar especificamente da freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra para a saudar, porque fazia 38 anos naquele dia, e desejar que o saneamento se concretizasse, assim como o desejado jardim da Quinta da Amizade.

A outra questão que pretendia colocar estava relacionada com a publicação em julho, no âmbito do PRR, do Projeto Radar Social, que pressupunha a criação de equipas multidisciplinares (278 a nível nacional), para implementação de um projeto-piloto em Portugal Continental, com a duração de 27 meses, de acordo com a dimensão populacional residente em cada concelho e a abrangência de intervenção, integradas nos Conselhos Locais de Ação Social, Rede Social e Câmaras Municipais.

Essas equipas, para quem não sabia, seriam responsáveis por realizar o Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social e o Plano de Ação, numa primeira fase, e, também, mapear os recursos regionais e locais, em estreita articulação com as Cartas Sociais Municipais, de forma a garantir maior eficácia das respostas e melhor coordenação da intervenção ao nível dos concelhos e das freguesias, e, numa segunda fase, a Georreferenciação Social dos Territórios e a execução do Plano de Ação, o que pressupunha a implementação de um Sistema Integrado de Georreferenciação Social de âmbito municipal, que identificasse pessoas, famílias e grupos em situação de vulnerabilidade ou risco de pobreza e exclusão social.

Esse sistema devia ser operacionalizado em articulação com a Rede de Parcerias Locais, assim como devia promover e georreferenciar recursos, respostas e soluções a nível local e regional, promovendo a participação e a sustentabilidade das comunidades, o que, localmente, era de extrema utilidade.

Dadas as características de que se revestia esse Projeto Radar Social, consideravam que era uma oportunidade única na área social e Setúbal não podia ficar de fora, ainda por cima financiado a 100 por cento.

Pelo que sabiam, o período para apresentação das candidaturas tinha tido início em 28 de julho e tinha encerrado em 28 de setembro de 2023, mas o prazo tinha sido prorrogado até 12 de outubro de 2023.

Pretendiam perceber se o Município de Setúbal já se tinha candidatado ou não equacionava aproveitar essa oportunidade.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que queria dar duas notas pequeninas e, depois, uma matéria mais desenvolvida. A primeira nota era que, em relação aos esgotos da Gâmbia, à área da Mourisca, particularmente, se tinha iniciado a obra da primeira fase, como combinado, naquela semana. A segunda fase estava em preparação. A primeira fase tinha 90 dias de calendário e, em princípio, iriam começar a segunda fase ainda durante o desenrolar da primeira fase. Também, em simultâneo, iria avançar a obra da Rua Brejos de Canes, que era uma obra autónoma dentro do conjunto das obras que iriam lá desenvolver.

Portanto, era só para dar nota de que o compromisso assumido com os moradores, na reunião que tinha sido feita entre a Câmara, a Junta de Freguesia e os cerca de 100 moradores presentes, estava a ser cumprido e levado a bom porto, correspondendo a um compromisso que o Sr. Presidente da Câmara tinha assumido. Essa era a primeira questão.

Em relação à outra questão, que tinha a ver com a Amarsul, os maus cheiros, pensava que talvez a Sra. Vice-Presidente pudesse falar sobre isso ou o Sr. Presidente, mas queria chamar a atenção para uma matéria de que pouco se tinha falado ou de que não se falava de todo, que era os efluentes da central da Amarsul, os efluentes lixiviados. Durante muitos anos, com a existência das Águas do Sado na exploração do sistema, tinha sido feito um acordo entre a Amarsul e as Águas do Sado, para rejeitar efluente lixiviado com parâmetros muito acima dos permitidos na lei, o que tinham feito as Águas do Sado, que tinham recebido uma verba complementar por esse trabalho e tinha feito a diluição sistemática desse tipo de efluente para ser aceitável na ETAR, na Cachofarra.

Acontecia que, naquele momento, a Simarsul não aceitava esse tipo de sistema de funcionamento, havia parâmetros para cumprir e a Amarsul não cumpria. Tinham reunido com a Amarsul, tinham chamado a atenção para a necessidade de cumprir esses parâmetros, tinha dado mesmo um prazo, aliás, como tinham dado a todos os outros operadores - e eram vários que tinham negócios desse tipo com as Águas do Sado -, no sentido de poderem preparar o tratamento desses efluentes. Tinha havido três operadores que tinham aceitado essa decisão. Aliás, não tinham outra forma de o fazer, tinham que cumprir a lei e tinham um prazo para reporem a situação.

No caso da Amarsul, tinha acontecido uma situação estranha. Numa reunião com os Serviços Municipalizados, a Amarsul tinha referenciado essa solução que tinha com as Águas do Sado e tinha proposto que se repetisse, mantendo os preços muito acima daquilo que era aceitável. Tinha-lhes sido dito que não, que isso não era aceitável e, então, tinham dito que, para fazer um sistema de tratamento, teria que convencer o concedente disso – o concedente, nesse caso, era o Estado - e que isso, eventualmente, iria levar algum tempo, que só lá para 2025, no orçamento de 2025, com uma obra talvez a começar em 2026 e por aí fora e que, além do mais, para ir para essa solução, eventualmente, iria acontecer uma coisa muito grave, iriam gastar um milhão, um milhão e tal nessa obra e isso obrigaria a aumentar a tarifa dos resíduos a todos os municípios em um ou dois euros, e tinham-lhe perguntado se queriam assumir essa responsabilidade.

Portanto, era para terem uma ideia dessa Amarsul privada que, para além do mau serviço que prestava no município e nos outros municípios, tinha essa postura arrogante em relação a essa matéria e tinha uma dificuldade evidente em resolver um problema básico, que eram os maus cheiros daquela estação, visto que tinha que investir. Tinham decidido e já tinham enviado, naquele dia, uma missiva à ERSAR, dando nota desses movimentos e solicitando à ERSAR que cumprisse o seu regulamento, intervindo nesse processo.

Isso era uma informação que lhe tinha sido suscitada pela questão que tinha sido colocada, dos maus cheiros, visto que havia matéria que ultrapassava muito essa empresa, que muito prejudicava os munícipes de toda a região. A situação dos lixiviados não se colocava só em Setúbal, também se colocava no Seixal e de uma forma muito mais grave do que em Setúbal e havia vários anos que estavam a tentar resolver o problema - para aí 6 ou 7 anos - e nunca tinha resolvido. Parecia que no próximo orçamento, talvez. Portanto, já tinha chegado a um ponto em que a Simarsul tinha tamponado o efluente da Amarsul, impedindo que esse efluente chegasse à rede e eles tinham sido obrigados a contratar empresas para tirar o efluente. Naquele caso, estavam a falar do efluente do aterro do Seixal. Portanto, era para deixar essa nota, porque iriam ter de voltar à Amarsul mais do que uma vez e era importante que se percebesse do que estavam a tratar e com quem estavam a tratar.

Outra questão que queria colocar, de outro teor, tinha a ver com a realização do Conselho Municipal de Habitação. O conselho tinha-se realizado no dia 25 de setembro, tinha como agenda fundamental, 1.º ponto da ordem de trabalhos, de debate e de discussão, o movimento cooperativo e o seu contributo para a solução das questões habitacionais em Setúbal e, no 2.º ponto, tinha uma matéria relacionada com a informação da evolução do PRR em Setúbal. Portanto, essa informação tinha sido dada.

Em relação ao que se passou no 1.º ponto, achava que era muito relevante chamar a atenção para o seguinte: Tinham estado presentes 3 representantes do Governo, 2 do Gabinete da Ministra e um do IHRU, que lhes tinham apresentado uma proposta de trabalho que visava procurar encontrar soluções que o Governo estaria a desenvolver, no sentido de garantir financiamento para o movimento cooperativo poder envolver-se na construção de habitação no quadro do PRR. Essa reunião tinha sido muito importante, visto que tinha aberto uma possibilidade de trabalho, quer para as cooperativas existentes, quer para as cooperativas que se quisessem constituir, para construir os seus próprios fogos.

A reunião tinha acontecido em Setúbal porque o IHRU tinha decidido, quer em Setúbal quer em Gaia, lançar um concurso público para o movimento cooperativo poder construir habitação e o concurso tinha ficado deserto. Tinham querido vir discutir com eles e tentar perceber o que é que tinha acontecido de errado, nesse processo, para o concurso ter ficado deserto. Estavam a falar de 10 lotes que ficavam em frente ao “Sonho”, na Bela Vista, e esses 10 lotes estavam disponíveis para a promoção cooperativa de caráter coletivo de inquilinato, não era promoção cooperativa privada, de assunção de habitação de uma forma privada.

Porque isso tinha sido assim, tinham decidido reunir com eles e iriam reunir com Gaia, também, para fazer ou tentar fazer com eles um projeto-piloto, para avaliar das condições desse programa que o Governo estava a pensar desenvolver poder avançar, programa que contava com 250 milhões de euros, numa primeira fase. O que é que tinham concluído? O Conselho tinha decidido propor à Câmara que aceitasse esse desafio e tinha decidido propor que se fizesse uma reunião pública, para apresentar esse projeto em Setúbal, também com a presença do IHRU e do Gabinete da Ministra, no próximo dia 30 de outubro, às 18 horas, no cinema Charlot. Portanto, era uma reunião para todos os interessados nesse processo, quer aqueles que já estavam associados em cooperativas ou cooperativas formais, quer cidadãos interessados em promover a criação de cooperativas para resolver o seu próprio problema habitacional.

Aquela matéria era muito importante e era tanto mais importante porquanto, no Conselho Municipal de Habitação, 2 anos atrás, também tinham discutido a questão cooperativa e as conclusões do Conselho Municipal de Habitação de 2 anos atrás coincidiam com essa proposta: Habitação cooperativa coletiva, novos estímulos legais e financeiros às cooperativas existentes e abertura à possibilidade de criação de novas cooperativas para a promoção de habitação. Portanto, tinha sido muito importante essa convergência, visto que, naquele momento, o que estava a ser preparado tinha ido ao encontro daquilo que os nossos conselheiros tinham dito 2 anos atrás. Isso tinha sido transmitido, também, ao Governo, na altura. Aliás, tinham entregado ao Governo a ata desse Conselho Municipal de Habitação em que essas coisas estavam lá todas, direitinhas, e coincidiam, exatamente, com essa proposta que agora vinha.

Daí terem feito um grande acolhimento dessa hipótese e iam tentar explorar, até porque aqui, em Setúbal, estavam num processo de ir tão longe quanto possível na solução do problema da habitação, com financiamento do Estado, claro estava, com o próprio Governo reconhecia que tinha que ser assim e de outra maneira ninguém conseguia fazer coisa nenhuma, nenhum município conseguia fazer coisa nenhuma. Portanto, naquele momento, o que estavam a aproveitar eram as hipóteses que lhes colocam e, então, estavam a fazer esse aproveitamento na reabilitação, que era uma grande área de investimento em que estavam a trabalhar, reabilitação em que já tinham em obra, como era sabido, a Manteigada, a Alameda das Palmeiras também já tinha entrado em obra e estavam a concluir casas no interior da Manteigada, interior de casas dentro da Manteigada, além dos prédios.

Como tinha sido visível, na anterior reunião da Câmara tinha vindo para deliberação o Forte da Bela Vista, tinha vindo para deliberação parcial a Bela Vista, que teria de ir à reunião seguinte, do dia 18, para adjudicação, por causa de haver de audiência de interessados. Tinham candidatados 4 bairros e tudo indicava que iriam ter essas candidaturas aprovadas. Estavam a falar da Quinta de Santo António, do 25 de Abril, da Rua do Mormugão, da Praça do Brasil e estavam a falar, ainda, do Bairro Afonso Costa. Estavam a preparar, até ao final do ano, as outras candidaturas de todos os bairros menos o 20 de Julho, que seria para o início do próximo ano.

Portanto, a intervenção na habitação estava a caminhar nesse sentido. Em relação à nova construção, estavam a caminhar em quatro linhas de trabalho. Uma linha de trabalho era a habitação de renda apoiada promovida pelo Município de Setúbal, 540 fogos, outra linha era a habitação promovida pelo IHRU de renda acessível, cerca de 900 fogos. Estavam a caminhar numa linha de CDH (Contrato de Desenvolvimento de Habitação) com um privado, para a construção 160 fogos de renda acessível na Azeda e iriam tentar aproveitar essa linha de trabalho cooperativa. Portanto, isso era procurar aproveitar todas as linhas de apoio possíveis e todas as linhas institucionais e linhas de trabalho potenciais, para resolver o problema da habitação em Setúbal de uma forma mais intensa.

Restava uma matéria que acreditava que estava muito mal abordada, mesmo ao nível do Governo, e que tinha que ver com a urgência habitacional imediata, ou seja, tinham um conjunto de medidas que iriam resolver o problema da habitação porque a habitação resolvia-se com casas, não se resolvia de outra maneira, resolver a habitação em termos de construção, de reabilitação, criar melhores condições de vida a médio e longo prazo, não era propriamente a curto prazo, mas, como se tinha visto nas manifestações do fim de semana, havia pessoas que precisavam de casa naquele momento e não valia a pena explicar-lhes que, dali a 3 anos, talvez houvesse uma casa.

Portanto, acreditava que, nessa matéria, seria preciso ir mais longe numa questão que até exploravam aqui, em Setúbal, e que funcionava muito bem. Fazia lembrar que, no caso do *“Porta de Entrada”*, com a eliminação da Quinta da Parvoíce só tinha sido possível porque tinham feito um acordo com um fundo imobiliário que tinha lotes de casas e que tinha ido pegando nesse lote de casas e lhes tinha indo entregando esse lote de casas em sistema de arrendamento. Esse fundo imobiliário também tinha algumas casas para vender e, na altura, não tinham ido por aí, mas o que era um facto era que as casas, naquele momento, eram casas construídas naquele momento, que existissem naquele momento.

Onde é que existiam casas em grande dimensão, naquele momento, construídas e prontas? Nos fundos imobiliários e na banca. Portanto, acreditava que faltava uma linha de trabalho muito específico e muito própria com quem tinha as casas e ver se era possível o Governo, utilizando o PRR ou o excedente orçamental, poder não só ir na linha em que estava – fabricação/construção -, mas, também, numa linha clara de aquisição de casas que estavam no mercado, avaliando as casas, avaliando as condições, avaliando isso tudo, comprando lotes de casas, de acordo com as estratégias locais de habitação de cada município e, na medida em que existissem essas casas nesses municípios, agregadas a lotes de fundos imobiliários. Portanto, acreditava que havia um caminho, porque essas casas existiam.

Não estava a falar daquela medida, que tinha sido tratada de uma forma muito complicada, das soluções de renda compulsiva. Não estava a falar de nada disso, estava a falar de

encontrar soluções que permitissem que essas casas que estavam paradas, estavam vazias, não tinham qualquer solução, pudessem ser colocadas na resposta social de emergência que tinham naquele momento na habitação. Achava que estavam numa situação de emergência habitacional nacional e que era necessário ter uma intervenção adequada a essa necessidade urgente e imediata e não guardar a urgência e o imediato para dali a 2, 3, 4 ou 5 anos. Isso não era coisa nenhuma.

Portanto, eram essas notas e reflexões que queria deixar e enfatizar essa reunião do dia 30 de outubro, visto que podia ser muito interessante. Tinham ali, naqueles lotes de terreno – tinham não, tinha o IHRU, eram terrenos dele -, 10 lotes que davam para 50 fogos e acreditava que aquilo podia ser uma boa experiência e a solução concreta, de habitação concreta, por pessoas concretas, por necessidade concreta e com responsabilidade concreta, com o apoio financeiro do IHRU, o apoio técnico do IHRU, e, eventualmente, também, apoio técnico da Câmara, num esquema a discutir e a ver, para que a coisa se resolvesse bem. Portanto, era essas notas que queria deixar.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que gostaria de colocar, na reunião da Câmara, uma primeira questão que, podendo parecer um bocadinho fora do “*radar*” da ordem de trabalhos, não deixava de ser uma questão de uma enorme atualidade e que continuava a preocupar, substancialmente, a realidade do município. Trazia, objetivamente, a questão que estava relacionada com as dificuldades e com os constrangimentos permanentes do Centro Hospitalar de Setúbal.

Seria bom que se recordassem que os compromissos que o Governo lhes tinha trazido, havia mais de 9 meses, que decorriam, objetivamente, de um esforço e de empenho por parte dos autarcas servidos pelo Centro Hospitalar de Setúbal, tinha feito com que o senhor ministro, à data, tivesse deixado no ar a possibilidade de que uma situação que era provisória se tivesse vindo a tornar, ao longo dos tempos, uma situação que estava para ficar.

Era com preocupação que transmitia essa informação e era a com maior preocupação que não viam qualquer horizonte de que essa situação fosse modificada. Podiam compreender sempre as justificações que iam sendo dadas, podiam ter disponibilidade para aceitar que as soluções demoravam o seu tempo, mas num tempo e num momento em que os portugueses se debatiam com uma crise financeira grave, em que o dinheiro para fazer face às despesas dos custos de vida com a casa, com as compras do supermercado e com tudo o que decorria do quotidiano das suas vidas era difícil, a prestação condigna dos serviços de saúde não podia estar em causa.

Portanto, o que continuavam sem compreender e o que não conseguiam aceitar era aquela falta de gestão e aquela falta de estratégia, era aquela falta de diálogo e aquela falta de investimento permanente.

Nas duas semanas anteriores, tinham sido confrontados com esse epíteto, da parte do Governo e da parte do ministério, relativamente àquilo que era a indisponibilidade de muitos dos médicos que, até àquele momento, cumpriram mais de 150 horas, para fazer cumprimento daquilo que era a necessidade de resposta das urgências. Seria bom que, como tinha ficado evidente por algumas das notícias que tinham vindo a público nos órgãos de comunicação social, que os médicos somente estavam a cumprir a lei e não estavam a recusar-se a fazer aquilo que lhes era exigido, mas interessava-lhes, sobretudo, aquilo que era a resposta do Centro Hospitalar de Setúbal, uma resposta que continuava débil.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Setúbal tinha tido oportunidade de afirmar e corroborava-o nas suas afirmações: *“A incerteza da oferta hospitalar, mesmo afirmando-se que se trata de encerramentos programados, deixa, de uma forma incerta, a vida de todos os nossos concidadãos”*.

Por isso, deixava o repto a todos os eleitos da Câmara Municipal e que cada um fosse, também, porta-voz dessa indisponibilidade para aceitarem essa permanente condição a que o Centro Hospitalar de Setúbal tinha, naquele momento, a vigorar e, também, questionarem-se porque é que, ao longo dos anos, tinha sido tão difícil cativarem profissionais no nosso Centro Hospitalar, porque é que, ano após ano, e sabendo que esse era um problema transversal ao

Serviço Nacional de Saúde, muitos dos profissionais “*fugiam*”, muitos dos profissionais não queriam ficar e procuravam outras paragens para exercer a sua função, muitos desses profissionais com provas dadas.

Por isso se questionavam da gestão, do investimento e de uma necessidade imperiosa para olhar para o território de Setúbal e da área em que tinha influência, por via do Centro Hospitalar, e exigir que o Governo encontrasse soluções para que, efetivamente, repusesse o funcionamento normalizado de todas as urgências e do funcionamento normal do Centro Hospitalar de Setúbal.

Esse era um imperativo com o qual não podiam conviver. Esse era um imperativo que se exigia num tempo difícil, que, pelo menos no que à saúde dizia respeito, os nossos concidadãos não ficassem na incerteza se podiam ou não ter a garantia de que o Serviço Nacional de Saúde, conquista de Abril, era ou não era, efetivamente, uma realidade à qual podiam ter acesso. Portanto, deixava ali essa nota.

Uma segunda questão era que tinha ficado impressionado e ficava satisfeito pela intervenção do Vereador Joel Marques e recordava que, no período da campanha eleitoral - mas ele corrigi-lo-ia -, o Partido Socialista tinha questionado abruptamente e inquietantemente o investimento realizado pela CDU na requalificação da Casa dos Oficiais, aliás, pondo em causa o propósito e o fim.

Tinham ficado a saber que, se calhar, tinha tido necessidade de realizar encontros, reuniões, conversas, um simples café antes de uma reunião da Câmara e, portanto, estariam, certamente, preocupados, mas já os tinha habituado o Partido Socialista, nessa forma titubeante de ora achava que se investia pouco, ora achava que se investia demais, mas, acima de tudo, achava que era importante terem coerência e, sobretudo, perceberem o que é que, no passado, tinham dito sobre esses mesmos equipamentos. Fazia lembrar um bocadinho a história do imóvel que tanto tempo ali tinha demorado que tivesse sido concluído e que, finalmente, tinha sido na última reunião da Assembleia Municipal e que os senhores vereadores questionavam do seu propósito, quando, efetivamente, essa mesma bancada do Partido Socialista, no passado, tinha sido contrária ao propósito que, inicialmente, até estava previsto para esse mesmo edifício, mas, enfim, já os iam habituando.

A Vereadora Patrícia Paz tinha dirigido uma pergunta ao executivo municipal, a propósito do Radar Social. Gostaria que a senhora Vereadora tivesse ido um bocadinho mais longe. Tinha tido oportunidade de ali explicar, com detalhe, aquilo que era o propósito, mas, face à informação detalhada, podia, também, ter explicado por que é que, se calhar, a grande maioria das autarquias não se tinha candidatado ao Radar Social. Teria sido interessante e teria sido, até, um bocadinho, enfim, explicativo para todos os que, se calhar, não estavam tão familiarizados, porque, efetivamente, como sabia, as prorrogações a que tinham vindo a assistir decorriam, também, da falta de candidaturas por parte das autarquias, sobretudo com o conjunto de condições que tinham passado, nessa última alteração, a estar inscritas nessa mesma candidatura, que, até à data, não estavam. Pensava que saberia disso.

Entre elas, estava, objetivamente, a questão da amplitude em que as próprias formações a poder ser consideradas de recrutamento tinham sido alteradas. Portanto, isso era uma novidade importante que tinha sido considerada e que não estava ainda, anteriormente, considerada e, também, porque isso, efetivamente, iria alterar a perceção e a disponibilidade das câmaras municipais de se poderem candidatar, sobretudo numa questão, como deviam calcular, que tinha a ver com não poder interferir com outra nenhuma área que fosse, também, intervencionada pelo PRR. Essa era uma das questões que também estava completamente inscrita nas candidaturas.

Portanto, aquilo que podiam dizer era que, na última versão da informação que tinha sido dirigida à autarquia, estavam, naquele momento - e já tinham transmitido, também, essa condição -, a construir uma candidatura, no sentido de poder vir a considerar o recrutamento dos recursos humanos para fazer face.

Aproveitava, também, para dizer que era interessante, a propósito das diferentes questões que eram elencadas como possibilidade de intervenção desses recursos humanos, que ainda desconheciam o decreto-lei no que dizia respeito à matéria das cartas sociais, porque era

uma das quatro dimensões que tinham sido inscritas nas transferências de competências. Conheciam no que dizia respeito à matéria do RSI, conheciam no que dizia respeito à matéria da ação social, mas, relativamente às cartas sociais e relativamente aos CLDS, ainda estava por perceber, efetivamente, com que meios e com que condições. Parecia que o Governo estava a antecipar criar condições para existirem recursos humanos sem ainda explicar às autarquias com que meios é que iriam poder, ou não, contar, para construir esses mesmos documentos.

Portanto, parecia-lhes, obviamente, uma oportunidade interessante. Estavam a trabalhar exatamente nesse sentido, mas também queria deixar essa nota de que, àquela data, ainda se desconheciam com clareza aquilo que estaria inscrito no decreto-lei sobre essa matéria das cartas sociais e, portanto, estamos com expectativa a aguardar. Mas queria transmitir que, efetivamente, após a última informação no que dizia respeito ao Radar Social, efetivamente, a Câmara Municipal estava a constituir uma candidatura para apresentar no âmbito daquilo que lhes tinha sido apresentado.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que começaria por, pegando naquilo que tinha sido a intervenção do Sr. Vereador Pedro Pina, dizer que estranhava que o senhor Vereador estivesse aparentemente confortável com o facto de o município ter investido 1 milhão de euros num equipamento para que esse equipamento se encontrasse fechado, que era aquilo que acontecia naquele momento.

O Partido Socialista mantinha uma posição absolutamente coerente quanto ao Clube de Oficiais. Entendiam que o seu uso devia ser distinto daquilo que o executivo CDU lhe tinha destinado. No entanto, o executivo CDU era quem, naquele momento, desempenhava funções executivas, tinha atribuído um destino àquele edifício e gostaria que o mudasse e que acompanhasse aquilo que tinha sido a posição do Partido Socialista, tal como tinha acompanhado, como o Sr. Vereador Pedro Pina tinha feito questão de recordar, tal como tinha acompanhado a posição que o Partido Socialista ali tinha demonstrado, cerca de 4 anos atrás, no que se referia à Fábrica das Artes, mas as posições eram dinâmicas e entendiam que aquele edifício, naquele momento, pela sua centralidade - tinham tido oportunidade de o explicar nas três ou quatro vezes em que a proposta ali tinha ido, mas podia explicar-lhe novamente -, podia desempenhar um papel fundamental num âmbito distinto do que o da pura especulação imobiliária. Os senhores da CDU entendiam que o caminho seria outro e, portanto, a proposta tinha sido votada, estava decidida e aguardariam pelo resultado da hasta pública.

Querida dizer, também, no que se referia ao Serviço Nacional de Saúde, particularmente ao encerramento das urgências, que esse era um tema que os preocupava a todos. Era uma preocupação que era absolutamente transversal. Não podiam deixar de notar que, naquele momento, apesar de tudo, apesar de todas as dificuldades e de todos os constrangimentos, estavam numa circunstância melhor do que estavam. Acreditava que o Sr. Vereador Pedro Pina também concordaria que a previsibilidade de um encerramento programado era uma solução melhor, era uma circunstância melhor. Estando longe de ser uma circunstância boa ou ideal, era uma circunstância melhor do que um encerramento pontual e não programado, que deixaria quem tivesse necessidade de recorrer às urgências sem saber se tinha, ou não, essa urgência disponível.

Naquele momento, as coisas funcionavam de uma forma diferente, longe daquilo que todos desejariam, longe daquilo que acreditava que era evidente e que o próprio Ministro da Saúde e que o Governo desejaria, mas era uma evolução que acreditavam que seria bastante mais positiva num curto espaço de tempo. Aliás, tinha havido, naquele dia, um desenvolvimento no que se referia à negociação que decorria entre a Ordem dos Médicos e o Governo, o Ministério da Saúde. Portanto, acreditavam que estavam a trilhar um caminho que era um caminho difícil, mas que era um caminho que produziria, acreditava, num espaço de tempo tão breve quanto possível, um Serviço Nacional de Saúde mais forte.

Relativamente à intervenção do Sr. Vereador Carlos Rabaçal – tinha sido para responder a essa intervenção que tinha pedido a palavra inicialmente -, a questão da habitação

cooperativa coletiva e a defesa da habitação cooperativa coletiva, como sendo uma solução de construção e de aquisição de habitação própria permanente a um custo significativamente mais baixo do que aquilo que era praticado no mercado, o que defendiam - aliás, aí, estavam inteiramente de acordo. Recordava que, aquando da votação e aquando da discussão, ali, da alteração do alvará de loteamento da Praça de Portugal, para transformar dois lotes que previam habitação com comércio no rés do chão em dois lotes que previam, exclusivamente comércio e serviços, tinha tido oportunidade de defender isso, enfim, com alguns epítetos que talvez, naquele momento, pela posição e pela intervenção do Sr. Vereador, Carlos Rabaçal, não correspondessem à verdade, alguns epítetos do executivo CDU, face àquilo que tinha sido a intervenção ali proferida – e, efetivamente, concordar que a urgência habitacional era imediata.

Aliás, 15 dias atrás, aquando ali tinham votado, também, a hasta pública para habitação a custos controlados, na zona da Nova Azeda, tinham ali dito que Faro já tinha concluído a construção, já tinha feito o concurso, Olhão tinha começado, nem de propósito, naquela semana a assinar o contrato-promessa para a aquisição daqueles fogos e, portanto, a urgência – tinham começado mais cedo - habitacional era imediata. Sabiam que esses fogos, em Setúbal, só estariam disponíveis dali a 4 anos, mas havia outros municípios que tinham seguido outros caminhos que não o caminho de Setúbal.

Recordava que, por exemplo, o Município do Seixal tinha, pontualmente, utilizado a prerrogativa do exercício do direito de preferência para, identificando negócios que fossem interessantes para o município, adquirir imóveis - imóveis habitacionais, naturalmente - para o património público, para o parque habitacional público, para os colocar no mercado de arrendamento, da mesma forma que o Município de Palmela, que, para além do exercício de direito de preferência ia, também, diretamente ao mercado de cada vez que identificava um imóvel que pudesse ser interessante e tentava adquiri-lo, tentava negociar com o proprietário ainda antes de chegar à fase do exercício de direito de preferência.

Eram duas formas distintas de fazer essa abordagem, mas, em Setúbal, essa não tinha sido a opção. Tinha optado, com a Estratégia Local de Habitação e com a forma como a tinham definido, apenas pela construção de habitação nova. Estavam, naquele momento, perante novas soluções, também, de construção de habitação nova, mas como o Sr. Vereador Carlos Rabaçal tinha dito, pouco antes e muito bem, a urgência habitacional era imediata e as dificuldades com que as famílias e a classe média se deparavam para aceder a uma habitação condigna a um preço justo eram dificuldades que, se não tomassem, também, outros caminhos - ainda que o pudessem fazer, apenas, de forma pontual e numa tentativa de testar essa solução, atendendo a que cada município tinha complexidades de gestão diferentes e cada município tinha, também, estratégias diferentes -, as famílias, em Setúbal, teriam que aguardar mais 3, 4 ou 5 anos até poderem ver uma solução concluída para responder àquilo que era a sua urgência habitacional.

Sr. Vereador Domingos Semedo – Disse que, aproveitando o balanço da intervenção que o seu camarada Vereador Joel Marques tinha feito, relativamente à habitação, gostaria de saber o seguinte: Tendo em conta que existia uma enorme lista de espera de pessoas que precisavam de casa, portanto, tinham uma necessidade exacerbada por uma habitação, porque é que existiam casas fechadas com tijolos? Qual era a solução? O que é que se passava? Porque é que não havia uma intervenção de melhoria? Que se fizesse umas obras nessas casas, para poderem, então, ir atribuindo às pessoas. Gostaria de saber, essencialmente, o porquê de essas casas estarem fechadas ainda, casas sociais, como era óbvio.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que, muito rapidamente, era para dizer ao Sr. Vereador Joel Marques que o poder de uma maioria absoluta era, de facto, construir uma realidade paralela, que só o Partido Socialista via. É que só o Partido Socialista via essa realidade paralela, mas percebiam que esse deslumbre que a maioria absoluta tinha dado ao Partido Socialista lhe retirasse o discernimento e a capacidade para reconhecer a circunstância

paupérrima. Estavam mesmo pior e, portanto, o senhor Vereador que tivesse a franqueza de dizer que estava pior.

Dizer que terem urgências programadas para o seu encerramento era uma solução que era melhor do que era, não. O Centro Hospitalar de Setúbal já tinha tido melhor resposta do que a que tinha, tinha perdido recursos humanos que eram fundamentais para a oferta, tinha um quadro de demissão dos seus diretores de serviços, que concorria, diretamente, para a prestação de serviços e o senhor Vereador dizia: *“Bom, não, estamos a tratar de tudo, é com muita calma?”* Se o senhor Vereador tivesse um problema de saúde e achasse que a sua circunstância ficava resolvida por saber que iria ter que pegar no seu carro e iria ter que fazer mais de 50 quilómetros para ir para o Hospital do Barreiro e que também não tinha a certeza se, eventualmente, não sofria de constrangimentos, ou o mesmo podendo acontecer no Hospital Garcia de Orta, considerando que a especialidade do Barreiro podia não ter urgência dessa área em que o senhor padecia do problema, achava que isso era uma solução? Portanto, era bom que tivessem consciência.

Os senhores Vereadores do PS, naquele momento, parecia que tinham perdido essa preocupação e estavam muito focados na questão da habitação. Não, as circunstâncias eram, de facto, muito débeis e eram débeis diariamente. Os problemas com que o Centro Hospitalar se debatia diariamente eram muito complexos. Os senhores Vereadores do PS ficavam muito constrangidos quando se afirmava: *“Sim, uma pessoa, uma mulher que, de facto, esteja no seu período de gravidez e que tem, efetivamente, a sua condição de estar a poder dar à luz, não sabe, efetivamente, se o seu filho vai nascer em Setúbal.”*

O senhor Vereador achava que era uma coisa ótima dizer: *“Olha, por acaso, até estávamos a pensar ter aqui a criança, em Setúbal, mas, olha, liguei agora para o hospital e, afinal, não está. Rebentaram-te as águas, olha, temos de pegar no carro e ir para o Barreiro”*. O senhor Vereador estaria a brincar com eles. Com eles ainda poderia brincar, mas com os setubalenses não brincasse, porque, de facto, isso não era matéria para brincar. Era matéria, como dizia - e estava de acordo com ele - em que tinham de estar todos consensualizados. Era fundamental terem respostas urgentes.

Aproveitava para pedir ao senhor Vereador um favor. Era que fosse sério nas suas afirmações. O senhor Vereador tinha dito duas inverdades: Primeiro, para afirmar que a cafetaria do Clube de Oficiais estava fechada, tinha dito que o edifício estava fechado. Não tinha dito? Sabia que o senhor Vereador tinha falhas de memória, como a Feira de Sant'Iago estar às moscas e, depois, dizia que não tinha dito. O senhor vereador disse que estava fechado e, portanto, era bom que dissesse lá para casa, que era para as pessoas não ficarem a pensar, que o que estava encerrado era a cafetaria. O que estava encerrado era a cafetaria, certo? Estavam de acordo.

Depois, gostaria que o senhor Vereador demonstrasse onde é que as obras de intervenção e requalificação tinham custado um milhão de euros, como também tinha afirmado. Que demonstrasse que tinham custado um 1 milhão de euros, ou também não tinha dito que tinham custado um milhão de euros? O senhor Vereador tinha afirmado que as obras de requalificação do Clube de Oficiais, que se tinha tornado a Casa do Turismo, tinham custado um milhão de euros. Portanto, queria que o senhor Vereador...

Podia ser que estivesse enganado, mas onde é que tinha essa evidência, de que aquelas obras tinham custado um milhão de euros, porque achava que também tinham de ser rigorosos nas afirmações que faziam e o senhor Vereador tinha feito essa afirmação. Portanto, não valia a pena estarem ali a tapar o sol com a peneira e tentar, de alguma forma, manipular a informação e tinha sido isso, exatamente, que o senhor Vereador tinha feito.

De especulação estavam a falar do mercado de arrendamento, isso é que era especulação, e das dificuldades com que se debatiam para conseguir alugar uma casa. Especulação era aquilo que a banca fazia quando aumentava as taxas de juros e tornava impossível que se fizesse face a essa despesa, com milhares de pessoas na rua a poderem perder as suas casas e não terem local para habitar. Isso sim, era especulação e não havia programação que conseguisse resolver esse problema. Isso tinha responsáveis e podia ter a certeza que esses responsáveis não se chamavam Câmara Municipal de Setúbal.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, rapidamente, queria deixar mais duas ou três notas. A primeira era que tinha referido uma iniciativa que lhe tinha parecido positiva, do Governo, em relação à área cooperativa, mas não tinha dito, porque não estava para aí virado, mas também era necessário dizer que as cooperativas tinham estourado economicamente todas, por ação da legislação, da falta de apoio e das novas regras impostas às cooperativas pelos governos do PS, durante décadas. Naquele momento, havia essa visão diferente, de recuperar o apoio às cooperativas.

Estava a falar do Partido Socialista do António Sérgio, o homem do cooperativismo, que devia andar às voltas, onde ele estivesse, por causa do comportamento do PS em relação ao movimento cooperativo, durante aqueles anos todos. Portanto, achava que era preciso, quando se falava com esse à-vontade de todos os fenómenos e dos acontecimentos, de também ter o balanço das coisas. O movimento cooperativo estava no estado em que estava e era absolutamente decisivo que estivesse, com grande pujança, a construir habitação. Não estava, porque tinha sido destruído, tinham desaparecido milhares de cooperativas. Era preciso que se tivesse em conta isso.

Portanto, aquele movimento, naquele momento, essa perspetiva, era boa. Iriam trabalhar nela, mas era preciso não esquecer essa coisa. Se, naquele momento, tivessem milhares de cooperativas no terreno, a construir, estariam noutra patamar da construção. Não tinha dúvidas nenhuma, mas elas tinham sido todas esmagadas pelas medidas que tinham sido tomadas e pelo fim dos apoios às cooperativas, que tinham sido equiparadas, para todos os efeitos, a empresas comerciais. Isso tinha sido um erro crasso histórico do Partido Socialista, ao longo daqueles anos. Portanto, era bom que ficasse isso claro. Além disso, havia essa medida, iriam trabalhar e iriam ver o que é que iriam fazer.

Uma outra questão que queria colocar era que tinham falado muito da habitação em Setúbal, mas era preciso saber que, para a habitação pública, em Setúbal, o Governo tinha definido a meta de 5 por cento como grande objetivo, esperando eles que fosse um passo para os 10, 15, 20 ou 30 por cento de habitação pública, para garantir o direito à habitação. Já ali tinha dito, mais do que uma vez, que com o PRR que tinham - 1.200 milhões de euros, para 5 anos – precisariam de 40 anos para atingir os 5 por cento. Já tinha dito isso ali mais do que uma vez - era só fazer as contas, não custava nada -, precisariam de quase 90 anos para fazer os 10 por cento e por aí fora. Portanto, era preciso que se tivesse em conta isso e que se soubesse do que é que estavam a falar.

Mais, seria preciso saber se sim, ou não, para além do PRR, algum do dinheiro do “*superavit*” orçamental do Estado, que ia nos 2 mil ou 3 mil milhões de euros, não devia ir para ali, para somar ao PRR, e, também, a preocupação com as declarações da Sra. Comissária Europeia portuguesa, Elisa Ferreira, que, num debate, tinha levantado seríssimas reservas ao investimento, já não só do PRR mas de qualquer outro investimento da União Europeia em habitação, dizendo duas coisas: Uma, que não era investimento, podia ser dinheiro deitado fora e dizendo outra coisa – essa, sim, verdadeira - que havia muitas casas construídas que deveria ser utilizado. Estava ligado ao que tinha dito pouco antes, sobre os fundos imobiliários. Portanto, tinham de ter em conta que o objetivo dos 5 por cento iria doer muito, se é que iria ser atingido, a não ser que se tomassem medidas sérias para que ele fosse atingido.

Dito isso, em Setúbal não estavam com 2 por cento, estavam com 4,6 por cento de habitação pública, em relação à habitação global. E, com o que estava em cima da mesa, em termos de nova construção, iriam atingir os 6,6 por cento de habitação pública em Setúbal, em relação à habitação global. Era preciso também saber-se que estavam nesse patamar.

Uma outra questão, e última, tinha que ver com as casas fechadas. Tinham 6 casas ou 7 casas emparedadas fechadas. Eram casas que eram impossíveis de serem utilizadas fosse por quem fosse e não podiam resolver-se com obras dentro das casas, implicavam obras estruturais no respetivo prédio, no respetivo sistema de esgotos, etc., e, como isso iria ser feito e não havia condição de o fazer à época, tinham decidido fechá-las. Eram casas absolutamente inabitáveis, tinham retirado de lá as pessoas e tinham-lhes entregue outras

casas e, naquela reabilitação que estava a ser feita, esse problema iria ser resolvido e, portanto, ficava fechado esse assunto.

As casas que estavam fechadas, em Setúbal, por essa razão, eram uma percentagem ridícula do parque habitacional e eram uma percentagem ridícula dos parques habitacionais de muitos municípios à volta, que tinham, de facto, casas fechadas, a começar pela Segurança Social, nas casas que aí tinha. Onde tinham uma situação mais complexa era no 20 de Julho, onde, por causa do sistema da renda resolúvel, não estava a ser fácil encontrar quem é quem em relação à propriedade das casas. Era um problema que estavam a tratar, tinham feito um primeiro levantamento e a situação era muito difícil, embora aquele bairro fosse, sobretudo, mais uma questão social do que uma questão habitacional, mas, também, iriam tratar dele. Era um bairro mais complicado.

Em relação à habitação pública municipal no nosso município o quadro era esse. Tinham um aproveitamento integral ou quase integral das nossas casas, porque era assim que tinha de ser. Era por isso que elas existiam para as pessoas.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que, relativamente à questão da habitação, era uma situação deveras preocupante, porque, diariamente, estavam a ser confrontados com pessoas a irem para a rua. Podia dar, até, como exemplo, que, naquele dia, na procura de uma resposta habitacional para uma situação específica, tinha-lhe sido solicitado, por um quarto, 800 euros, apresentação de uma nota de intenções, referências e caução. Portanto, corriam o risco, brevemente, de ter muitas pessoas na situação de sem-abrigo e sem respostas para elas.

No decurso daquela conversa, pretendia saber em que ponto é que estava a candidatura para situações de sem-abrigo do Palácio do Quebedo, no âmbito da Estratégia Local de Habitação.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que havia questões que tinham de ser clarificadas, senão baralhavam-se todos. Tinham, naquele momento, uma carência habitacional concreta, que tinha tradução na lista de espera municipal, mas tinha tradução em muita gente que não ia à lista de espera, que nem sequer ia à Câmara pedir.

Pouco antes tinha referido que a “*habitação já*” era em cima de casas construídas e sabiam todos onde elas estavam. O Governo sabia e não dava um passo para lá ir. Uma coisa que tinha conseguido fazer, em relação aos fundos imobiliários, tinha sido pagarem um bocadinho de IMI, porque nem IMI pagavam. Mesmo assim, pagavam IMI mas não pagavam o mesmo IMI que pagava qualquer cidadão, um bocadinho de IMI, mais nada. De resto, estavam lá a fazer balanços e estavam para aquelas hastas públicas que faziam, aqueles concursos que eles faziam, aquelas coisas, mas estavam numa gestão financeira do próprio fundo e da própria banca. Portanto, só aí é que se poderia ir buscar “*casas já*” em grande quantidade. Depois, havia uma casinha aqui, outra ali, outra acolá, mas isso não resolvia o problema, a não ser de uma ou outra pessoa.

Mas havia medidas que tinham de ser tomadas, porque, para além das pessoas que, naquele momento, precisavam de casa, era preciso impedir que acontecessem mais pessoas a precisarem de casa. Esse é que era o grande problema e era aí que o Mais Habitação e outras medidas que iam tomando não resolviam, de todo, o problema. Ou seja, era preciso impedir que aumentassem os custos das prestações dos bancos. Era preciso impedir, era preciso que não se fizesse refletir a inflação nas prestações, senão as pessoas iriam para a rua e, dentro em pouco, estariam no rol das pessoas que não tinham casa e que estavam na rua. Era preciso impedir o aumento exponencial e estúpido das rendas, senão as pessoas estavam na rua.

Estava a receber, regularmente, pessoas que pagavam 300, 350 e 400 euros de renda e, naquele momento, pediam-lhes 800, 900 e 1000 euros e as pessoas ganhavam, elas próprias, 1000 euros. Não seria possível impedir isso? Era, seguramente possível, impedir. A única forma era travar isso de uma forma clara e direta, para impedir que houvesse mais gente a precisar de habitação e mais gente na rua, senão isso seria um processo que nunca mais acabava. Portanto, achava que essas medidas eram absolutamente fundamentais, a par

da resposta das casas imediatas, onde elas estavam, para haver tempo para, então, a nova habitação chegar para as pessoas.

Toda a gente ia falando daquelas coisas - a renda, mais isto, mais aquilo, mais a prestação, mais isto, mais aquilo, depois a banca devia pagar, não devia pagar -, portanto, havia vários partidos a tomar iniciativas, mas isso era claro. Do rol de pessoas que estava na lista de espera do Município - das 1300 e tal, quase 1400 -, cerca de 900 eram de renda acessível, o que queria dizer que eram pessoas que tinham tido casa e tinham deixado de ter. Então, iriam continuar a permitir isso? E, depois, a tecer loas: “*Coitadas das pessoas e tal, temos que resolver*”? Era conversa.

Precisavam que houvesse, de facto, medidas decisivas nesse aspeto, para impedir que houvesse mais gente na rua. O desespero que, naquele momento, era visível, era, sobretudo, das pessoas que tinham a sua casa e a tinham perdido. Toda a gente estava desesperada e precisava de uma casa, mas as pessoas que tinham uma história de pobreza e que andavam na luta da pobreza havia muitos anos tinham uma resiliência maior e conseguiam encontrar possibilidades maiores. As pessoas que tinham a sua vida organizada e que, de repente, estavam na rua, essas pessoas entravam num desespero fatal e tinham problemas psicológicos, problemas sérios, individuais e não se aguentavam. Era isso que estava a ser gerado por aquele aumento bruto das rendas e por aquele aumento das taxas de juro e das prestações decorrentes do aumento das taxas de juro. Havia pessoas pagavam 300 euros de prestação e estavam a pagar 600, 700 ou 800, mais o seguro de 300. Era impraticável.

Portanto, não valia a pena tapar o sol com uma peneira, quem tinha capacidade de fazer isso sabiam eles quem era, era o Governo e a Assembleia da República. Quem podia, naquele momento, tomar as decisões era quem tinha maioria na Assembleia da República e no Governo. Quem podia tomar essas decisões chamava-se Partido Socialista, que tivesse a coragem de as tomar e não andar a tapar o sol com uma peneira, independentemente de, por exemplo, no Mais Habitação, etc., aparecerem coisas que apontavam nesse sentido de tal forma mitigada que não servia ninguém ou que servia muito pouca gente. Essa é que era a dificuldade que tinham.

Era bom que a discussão política de habitação se elevasse àquilo que era, um direito constitucional e direito humano fundamental, e que fosse resolvido por quem tinha de o resolver, com o Governo a investir e as autarquias a apoiar no terreno o desenvolvimento dessas respostas. Era assim que estava na Lei de Bases, eram assim que o Governo reconhecia - todos os últimos governos reconheciam -, o Ministro Nuno dos Santos, que o tinha referido permanentemente, a atual senhora Ministra, também. Reconheciam que o papel central era do Estado Central, em articulação com as câmaras, apoiando-se, claramente, na capacidade das câmaras, na vontade das câmaras e da proximidade que cada município tinha junto dos seus munícipes. Era assim que tinha de ser, mas, do ponto de vista financeiro, não havia volta a dar.

Essa questão tinha de ser mesmo resolvida, sob pena de andarem a esgrimir conversa e argumentos e as pessoas a precisarem de casa naquele momento. Sabia do que é que estava a falar e haveria outros que também saberiam, porque as pessoas iam bater à porta de um sítio que se chamava Divisão de Habitação da Câmara Municipal de Setúbal e eram recebidas todos os dias pelos serviços e eram recebidas por si, também, sempre que necessário, para discutir a situação das pessoas e sabiam o que é que se estava a passar. Sabiam muito bem aquilo que se estava a passar e sabiam qual era a natureza da situação que lhes tinha sido criada. A esmagadora maioria que estava a aparecer eram rendas que tinham sido elevadas, despejos de rendas e a situação do aumento das prestações. Era isso que estava a acontecer naquele momento.

Em relação à última questão que tinha sido colocada, essa candidatura, a candidatura para as pessoas sem-abrigo e para as pessoas vítimas de violência doméstica, estava aprovada. Estava o projeto em desenvolvimento e havia uma dificuldade em relação a essa candidatura. O próprio projeto já devia estar mais adiantado, mas os valores de referência de reabilitação do IHRU eram demasiado baixos, porque se tratava de uma reabilitação profunda, que tinha de ter, também, tratamento antissísmico, etc., e tinha exigências, visto que estava no Centro

Histórico. Portanto, estavam a discutir com o IHRU a resolução desse problema, ou seja, como é que iriam aproximar o investimento que era feito pelo IHRU das necessidades dessa reabilitação. O mesmo se colocava em relação à Rua do Eito, para as pessoas em situação de violência doméstica. Eram duas situações que tinham.

Aproveitava para dizer que tinham a informação, e era público, que o PRR apoiava a 100 por cento a reabilitação, a construção, etc., e por aí fora, 100 por cento para as casas, embora houvesse situações, como o caso da Bela Vista, que era um bairro muito especial, que era uma raridade do ponto de vista construtivo e que tinha áreas comuns gigantescas. Os valores de referência de reabilitação do IHRU não tinham em conta isso e estavam a discutir com o IHRU a possibilidade de o IHRU ter em conta isso, senão teriam um défice que poderia ir acima dos 10 milhões. Portanto, era uma matéria que estava a ser considerada, mas queria deixar uma outra nota, é que os 100 por cento era para as casas. Então, e os arranjos exteriores? Então, e as infraestruturas envolventes? Então, e o resto? Portanto, estavam a discutir com o IHRU a possibilidade de o IHRU poder contribuir, também, nessas matérias, mas isso não estava dentro do PRR Habitação, tinha de ser outra solução qualquer, porque não estava previsto.

Aliás, se não se intervisse na envolvente, iriam voltar a cair numa coisa em que havia casa mas não havia “habitat”, havia habitação mas não havia “habitat”, ou seja, iriam cair na situação que tinham encontrado no Bairro dos Pescadores, que os tinha obrigado a gastar 2 milhões de euros no tratamento dos arranjos exteriores do bairro, que tinha estado 30 anos sem qualquer arranjo exterior. Não podiam arranjar as casas, pô-las a brilhar e, depois, as ruas estarem uma desgraça, os espaços verdes estarem uma desgraça, as calçadas estavam uma desgraça. Não podia ser, iria ser tudo mexido e revolvido, mas não fazia parte da ora. Portanto, estavam a discutir com o IHRU e iriam tentar discutir esse assunto. Estavam a preparar-se para o que viesse, na medida em que os 100 por cento eram 100 por cento menos isso tudo que tinha acabado de dizer.

Era importante que também se tivesse em conta isso, o esforço que o Município estava a fazer para tentar resolver bem esses problemas, colaborando com o IHRU, procurando soluções com o IHRU e, até, propondo soluções ao IHRU, que, em princípio, poder-se-iam adotar, ou não. Ainda estavam a aguardar essa matéria. Portanto, queria deixar isso muito claro, porque, senão, poderia parecer um pouco estranho. A informação que estava a ser dada era uma informação muito atualizada, para que ninguém dissesse que não sabia do que é que estavam a falar e, também, não dissesse que não sabia do ponto de vista da resposta política nacional à habitação. A garantia desse direito constitucional e direito humano fundamental tinha que ser priorizado num patamar que nunca tinha sido e era preciso que essa prioridade tivesse repercussões a todos os níveis.

Sr. Presidente – Disse ao Sr. Vereador Joel Marques que estavam a ultrapassar o tempo do 1.º ponto do período de antes da ordem do dia e que agradecia brevidade na sua intervenção.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que agradecia a tolerância do Sr. Presidente e era mesmo para uma intervenção curta, mas que não poderia deixar de ser feita.

No que se referia à problemática da habitação, particularmente no que dizia respeito aos aumentos significativos das rendas nos imóveis que estavam no mercado, no mercado livre, o Programa Mais Habitação já previa um travão, já previa que houvesse um impedimento do aumento das rendas na mudança de inquilino e, portanto, aquilo que iria acontecer era que quem, naquele momento, tivesse uma casa arrendada por 300 euros não podia opor-se à renovação do contrato dali a 3 meses para arrendar essa casa por 800 ou 900 euros, tinha uma limitação ao valor de renda que poderia praticar e isso era significativo. Eram 2 por cento a mais e, portanto, 2 por cento era diferente de 300 por cento, era muito diferente de 300 por cento e, portanto, isso trazia, efetivamente, para o mercado, alguma regulação.

Já no que se referia aquilo que tinha sido a evolução das prestações, de quem tinha crédito à habitação, era algo que os preocupava a todos. Estava, também, já em estudo – acreditava que fosse público, mas não tinha a certeza que fosse - uma moratória que iria fixar a

prestação, reduzindo-a numa componente equivalente a 30 por cento daquilo que era o valor dos juros.

Em outubro de 2008 - portanto, havia, precisamente, 15 anos – tinham tido o mais alto valor de Euribor, a Euribor a 12 meses, que era aquela que, naquele momento, era mais comum ser aplicada aos créditos habitação em taxa variável. Em outubro de 2008 tinha atingido perto de 5 e meio por cento. Naquele momento, estava pouco acima dos 4 por cento, estava muito alta. Estava muito alta, até porque tinham vindo, diria quase que era uma impossibilidade histórica até ter-se registado, que era terem taxas de juro de referência negativas, que tinha sido aquilo com que tinham vivido durante, praticamente, 10 anos da nossa vida e, quando tinha aumentado, tinha aumentado de forma abrupta e significativa e tinha criado e continuava a criar diversos constrangimentos às famílias.

A verdade era que, naquele momento, havia uma solução que era uma solução que introduzia, também, algum equilíbrio, porque permitia que as famílias continuassem a amortizar as suas casas ficando com uma prestação mais baixa do que aquilo que era a prestação que se registava naquele momento e fixando essa mesma prestação, o que iria permitir que não houvesse um aumento, mesmo que as taxas de juro viessem a aumentar num futuro breve.

Isso era uma solução completamente diferente daquela que tinha tido 15 anos atrás, a que tinha crescido, 15 anos atrás, para além daquilo que tinha sido o pico das taxas de juro, uma situação em que tinham tido desemprego crescente, tinham tido, para quem não tinha tido a felicidade de não perder o seu emprego, uma perda significativa de rendimentos, de quem tinha perdido horas extra, prémios de produtividade, ajudas de custo, enfim, uma série de remunerações que estavam associadas à sua retribuição mensal e que tinham deixado de estar em muitos casos, criando um movimento invertido e que tinha criado uma dupla pressão, por um lado uma quebra de rendimentos, e, por outro, o aumento da prestação pelo aumento das taxas de juro. Naquele momento havia uma solução e, portanto, era uma solução que iria mitigar a situação que estavam a viver.

Para finalizar a sua intervenção, não podia deixar de questionar o Sr. Vereador Pedro Pina e ter em consideração as afirmações que tinha tecido. Não sabia se o senhor Vereador não prestava atenção às intervenções que eram feitas ou se não era sério nas suas intervenções ou se era uma mistura das duas coisas.

Se tinha prestado atenção – sabia que o Sr. Vereador Pedro Pina costumava ouvir atentamente as intervenções dos restantes vereadores -, certamente teria ouvido uma questão colocada sobre o espaço da cafetaria que tinha sido, por acordo ou por protocolo, cedido à Associação da Baía e, certamente, também saberia, até porque tinha estado integrado no executivo do mandato anterior, quanto é que o Município tinha gasto no edifício do antigo Clube de Oficiais, porque o investimento que tinha sido feito, como o senhor Vereador bem sabia, tinha sido um investimento que tinha duas componentes: Uma era a componente da obra, da intervenção que lá tinha sido feita, a outra era uma componente que tinha sido a aquisição do próprio edifício.

O senhor Vereador Pedro Pina que lhe dissesse, se fosse sério, quanto é que tinha custado a intervenção do Município, a intervenção global do Município, naquele edifício.

Sr. Presidente – Disse que iria responder, substituindo-se ao Sr. Vereador Pedro Pina e ele, depois, diria o que mais entendesse, mas achava que essa era uma conversa que, de facto, não fazia muito sentido. O senhor Vereador tinha colocado a questão de saber quando é que o espaço poderia abrir, ou não, etc. Era uma pergunta legítima e normal, naturalmente, de um Vereador da oposição ou de um cidadão qualquer e a essa pergunta iria responder. No entanto, outro tipo de considerações, de facto, era estarem ali a passar um de pouco tempo, o que achava que não fazia sentido.

Queria dizer ao senhor Vereador que, como bem sabia, tinham trazido essas propostas à Câmara Municipal, de ceder à Associação da Baía esses espaços, no sentido de poderem ser geridos com o objetivo de racionalizar os custos da Câmara Municipal nessas áreas, porque também consideravam que não era à Câmara Municipal que cabia fazer concorrência, em

algum sentido, também, aos estabelecimentos comerciais. Portanto, tinha sido nesse quadro que tinham levado ali a proposta e que a proposta tinha sido aprovada.

Relativamente à chamada Casa do Turismo, a instalação que era gerida pela Câmara Municipal continuava a funcionar. A única instalação que tinha entrado no protocolo que tinha sido estabelecido com a Associação da Baía era, de facto, a cafetaria. Quanto à cafetaria, como também tinha sido dito na altura, havia o objetivo da racionalização de custos e, naturalmente, que a Associação da Baía também tinha de trabalhar nisso. Por isso, como bem sabia...

Aliás, o Partido Socialista tinha trazido ali a questão durante muito tempo, para saber o que é que tinha acontecido aos trabalhadores, mesmo depois de ser garantido que os trabalhadores que quisessem ficar na Câmara Municipal ficariam na Câmara Municipal e que os que quisessem passar para a Associação da Baía passariam. Isso tinha vindo a acontecer e, que soubesse, não havia nenhum problema com isso. Portanto, os trabalhadores que tinham querido ficar na Câmara - não sabia se um ou dois, não tinha a certeza – tinham ficado e os outros tinham ficado na Associação da Baía. Portanto, sobre isso, não havia problema nenhum.

Relativamente ao funcionamento da cafetaria, como se sabia, era um pequeno espaço, que, para ser minimamente rentável em termos dos custos da operação não era fácil, mas a garantia que tinha, pelo menos nos contactos que tinha tido com a Associação da Baía, era que aquela cafetaria seria transformada num espaço de promoção e de divulgação da Casa dos Vinhos, naquele espaço dos vinhos que existia lá, da garrafeira e que, portanto, em vez de estar a fazer concorrência aos estabelecimentos que estavam na Praça do Bocage, poderia ter uma outra utilização, exatamente naquele espaço, no sentido de promover e divulgar os vinhos que afinal, estavam na garrafeira, no mesmo espaço, no rés do chão.

Portanto, seria esse o objetivo, tal como tinha sido informado pela Associação da Baía, no sentido, naturalmente, de haver uma racionalidade dos custos e de não haver essa questão da concorrência num espaço que também a Associação da Baía entendia que havia uma área que devia ficar o mais possível no âmbito das atividades comerciais.

Como sabiam, a Casa da Baía era um caso especial e, portanto, mantinha-se a cafetaria ao lado da Casa dos Vinhos – iam dizer assim - e da doçaria e tudo aquilo, mas isso era mais numa perspetiva em que as pessoas também, tradicionalmente, se tinham habituado a isso e mais numa perspetiva de promover propriamente do que no sentido de ganhar algum dinheiro. Naturalmente que aquilo tinha custos, tinha trabalhadores, etc., e isso teria de ser garantido, os salários. Portanto, tratava-se de uma associação sem fins lucrativos e teria que haver uma ponderação relativamente, também, à garantia dos salários dos trabalhadores e aos custos de haver um espaço aberto como aquele.

Portanto, a informação que tinha era essa e que, a breve prazo, no caso da chamada Casa do Turismo, essa cafetaria viria a ser aberta para dar resposta nesse sentido que tinha dito.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que achava extraordinários aqueles malabarismos narrativos do Vereador Joel Marques. Primeiro, não respondia às questões quando sentia que agudizava as afirmações no que dizia respeito à sua tese relativamente ao Serviço Nacional de Saúde e à oferta do Centro Hospitalar. Sobre isso, não tinha ouvido uma palavra do senhor Vereador. Esperava que nunca se tivesse que dirigir numa situação mais aguda ao Centro Hospitalar.

Depois, tinha feito um malabarismo - a afirmação era dele, não era sua -, ao afirmar que tinha custado um milhão de euros o investimento. Portanto, o senhor Vereador é que teria que demonstrar isso, não tinha que lhe perguntar a ele. O senhor Vereador é que tinha que demonstrar, por A mais B, que o investimento da Câmara Municipal tinha sido de um milhão de euros e não tinha sido capaz de o fazer. Não tinha sido capaz de o fazer e fazia esses malabarismos, como o Partido Socialista fazia malabarismos permanentes, tentando fazer ali essa lógica.

Voltava a dizer, aquele poder de uma maioria absoluta, que era alimentar uma narrativa que só os senhores do PS viam, em que estava tudo bem, estava tudo extraordinário, em que

todas as soluções eram absolutamente extraordinárias para resolver os problemas, mas era o dia a dia das pessoas e as dificuldades que as pessoas enfrentavam na habitação, na saúde, as dificuldades que continuavam a ter na educação, que naquele dia não tinha sido tema daquela conversa, e o senhor Vereador continuava a descrever essa narrativa.

O senhor Vereador tinha deixado passar essa ideia de que a casa estava fechada. Queria dizer que não, mas tinha sido assim que tinha dito: *“Está a cafetaria e o espaço está fechado”*. Portanto, era o senhor Vereador que tinha que demonstrar isso. Inclusivamente, o imóvel era um imóvel do Estado que tinha sido, uma vez mais, a par de outros, requalificado pela Câmara Municipal de Setúbal. O senhor Vereador estava a dizer que tinha custado um milhão de euros – tinha sido o que tinha afirmado - e, portanto, tinha que fazer essa demonstração, não era ele que tinha que lhe demonstrar o contrário, porque tinha afirmado uma questão que não era verdadeira.

Sra. Vice-Presidente – Disse que era para, muito rapidamente, uma vez que já iam com algum atraso em relação ao período de antes da ordem do dia, relativamente às questões da Amarsul, dos maus cheiros, em concreto, dizer que esse processo tinha sido acompanhado pela Câmara e pela Junta de Freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra. Inclusivamente, na última reunião que tinha tido com o Sr. Presidente, tinha-lhe tido sido relatado que a própria GNR já tinha estado no local e que tinha considerado que tudo estava em conformidade.

Tendo em conta que continuavam a receber queixas, iriam novamente questionar a APA, dar conhecimento à APA, que já tinham questionado um tempo atrás e da qual não tinham obtido resposta, e, também, a CCDR, que tinha competência nessa matéria, uma vez que estavam a falar de questões da qualidade do ar. Portanto, embora a GNR tivesse feito uma vistoria e tivesse dito que estava tudo em conformidade, a realidade era um pouco diferente, porque os cheiros permaneciam e mantinham-se. Aquilo que a Amarsul tinha dito à GNR tinha sido que tinham feito algumas alterações a nível da estação de compostagem, mas, pelos vistos essas alterações não tinham sido suficientes, uma vez que os maus cheiros persistiam.

Queria, também, deixar um esclarecimento de que nem a Câmara Municipal nem nenhuma câmara municipal pertencia ao Conselho de Administração da Amarsul. Eram acionistas da Amarsul, pertenciam à Assembleia Geral, mas, infelizmente, só tinham 49 por cento do capital social, o que não lhes permitia ter assento no Conselho de Administração, apenas estava um representante de todos os municípios e, pior do que isso, não lhes permitia, na prática, tomar quaisquer decisões que fossem, efetivamente, efetivas na gestão da empresa. Portanto, era, realmente, de lamentar que uma empresa que podia estar na esfera pública não estivesse, estivesse dominada pelos interesses privados e que, relativamente aos investimentos que se tinham que fazer.

Provavelmente, estariam a falar de uma questão de investimento, porque sabiam que era necessário para essas estações de tratamento terem as condições necessárias, nomeadamente filtros de partículas, etc., bem como o acondicionamento dos resíduos e, provavelmente, essas condições não estariam a ser as ideais. Portanto, era só esse esclarecimento.

Sr. Vereador Joel Maques – Disse que era, apenas, para clarificar que a questão que tinha colocado relativamente aos trabalhadores da cafetaria não se prendia com o momento de cedência daquele espaço à Associação da Baía, mas, sim, à circunstância daquele momento, ou seja, se a Câmara sabia se os trabalhadores que tinham ficado afetos à cafetaria, com o seu encerramento, tinham sido alocados a outros serviços ou se tinham sido dispensados, porque, alguns deles, como sabiam, encontravam-se numa situação de prestação de serviço, de recibos verdes.

Portanto, o pedido de esclarecimento tinha sido nesse sentido, face à situação atual, ao momento atual, com o encerramento daquele espaço, e não ao momento da cedência da exploração à Associação da Baía.

Sr. Presidente – Disse que, relativamente aos trabalhadores da Câmara que estavam na Câmara Municipal, mesmo em prestação de serviços, nessa situação, na área do turismo, como em todos os outros serviços da Câmara Municipal, como já tinha repetido ali dezenas e dezenas de vezes, o Partido Socialista continuava a insistir, os trabalhadores que estavam nesses equipamentos de venda, tanto na Casa da Baía como na Casa do Turismo, que tinham querido ficar na Câmara Municipal tinham ficado na Câmara Municipal, os que tinham querido ir para a Associação da Baía tinham ficado na Casa da Baía, ou, melhor, ficavam na Associação da Baía. Como também sabiam, era público e também já tinha sido ali colocado, naturalmente, que a Associação da Baía tinha obrigado os trabalhadores a fazerem um contrato, nos termos em que a Associação da Baía tratava com os trabalhadores.

Nos trabalhadores que tinham optado – não sabia se eram um ou dois - por ficar na Câmara Municipal, naturalmente, como acontecia a todos os outros e tinha acontecido a todos os outros trabalhadores que estavam nessa situação de prestação de serviços, ou saíam da Câmara Municipal ou integravam os concursos que estavam abertos e que tinham sido abertos de propósito, para que esses trabalhadores pudessem concorrer e integrar-se. Era essa a questão relativamente aos trabalhadores e, portanto, mais do que isso...

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que havia um mal-entendido, porque a sua questão referia-se não ao momento da cedência da exploração do espaço à Associação da Baía, sobre isso tinham sido esclarecidos quando tinham discutido essa proposta, referia-se ao momento atual. A questão era se os trabalhadores que, aquando da cedência ser feita tinham optado por ficar associados, por serem trabalhadores da Associação da Baía, trabalhando naquela cafetaria do antigo Clube de Oficiais, se a Câmara sabia, se tinha conhecimento de qual é que tinha sido o destino desses trabalhadores, face àquilo que era o encerramento daquele espaço. Se esses trabalhadores teriam sido alocados a outros serviços ou se teriam cessado o seu vínculo contratual.

Tinha sido essa a questão e referia-se ao momento atual. Naturalmente que essa questão, como o Sr. Presidente sabia que todos eles sabiam, não era uma responsabilidade do Município, portanto, não tinha a ver absolutamente nada com as discussões que já ali tinham sido feitas, por diversas vezes, sobre aquilo que eram as prestações de serviço que subsistiam nalguns serviços municipais. Não era isso que estava em causa na sua questão, a sua questão prendia-se com os trabalhadores que tinham estado afetos a um espaço que era do Município, o Município tinha cedido esse espaço e, juntamente com esse espaço, tinham ido alguns trabalhadores. Era conhecido, face àquilo que era o encerramento de um espaço que tinha sido cedido pelo Município, qual é que tinha sido o destino dos trabalhadores com o encerramento desse espaço? Era, apenas, isso.

Sr. Presidente – Disse que ao senhor Vereador que já lhe tinha respondido a essa questão.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse ao Sr. Presidente que sabia que ele não sabia.

Sr. Presidente – Disse que já tinha respondido a essa questão. Tinha havido um ou dois trabalhadores que tinham querido ficar na Câmara Municipal. O senhor Vereador estava a perguntar-lhe se aquilo tinha sido fechado, o que é que tinha acontecido aos trabalhadores? Aos trabalhadores que estavam lá, tinha acontecido três possibilidades. Se tinham querido ficar na Câmara Municipal, tinham integrado outros serviços na Câmara Municipal, e, portanto, como dizia, tinham tido essas duas opções, como qualquer outro trabalhador que estivesse nas mesmas condições na Câmara Municipal, ou concorria e integrava os concursos que tinham sido abertos para o efeito e, portanto, integravam os quadros da Câmara Municipal, ou, se não estavam interessados em integrar os quadros da Câmara Municipal, seguiam a sua vida, na sua opção.

Para os que tinham querido ficar na Associação da Baía, a questão que se tinha colocado tinha sido que faziam contratos. Tinha sido o compromisso que a Associação da Baía tinha estabelecido, que haveria contratos próprios dos trabalhadores com a Associação da Baía, e,

portanto, o que tinha acontecido tinha sido isso, a não ser que também não tivessem querido aceitar esses contratos e, nessas condições, tinham deixado de ser trabalhadores da Câmara Municipal e tinham deixado de ser trabalhadores da Associação da Baía.

Estava a perguntar-lhe se sabia para onde é que tinham ido os trabalhadores, um ou dois que estavam lá, que iam lá alternadamente, para manter o funcionamento? Não sabia para onde tinham ido, o que sabia dizer era que o que se tinha passado tinha sido isso. Portanto, nenhum trabalhador tinha deixado de ter trabalho por se ter encerrado aquela cafetaria. Eram 1, 2 ou 3 trabalhadores que faziam os turnos para estar ali e que eram prestadores de serviço, na sua maioria. Tinha sido uma opção dos trabalhadores, que tinham ido para a Casa da Baía ou tinham ficado na Câmara municipal ou tinham acabado por tomar outra opção e sair dessa situação. Portanto, o quadro tinha sido esse.

Queria deixar só uma nota final, porque considerava também importante, para dizer que tinha participado, no domingo anterior, no Congresso Nacional da Associação Nacional de Municípios, que tinha tido lugar no Seixal. Não iria falar do programa do Congresso, mas interessava-lhe, fundamentalmente, falar de duas. A primeira era que tinha apresentado uma moção ao Congresso, sobre a situação dos bombeiros profissionais - e, naturalmente, a questão dos Bombeiros Sapadores de Setúbal -, onde se explicava o processo em que se encontravam esses profissionais, que eram trabalhadores da Câmara Municipal, mas que também eram trabalhadores de outros 25 municípios do país.

Tinha apresentado essa moção com dois pontos. O primeiro ponto era que era urgente que o Governo alterasse o quadro legal, para que os bombeiros profissionais pudessem passar a receber horas extraordinárias e subsídio de turno. E, naturalmente, referindo-se àquilo que tinha sido o compromisso da Sra. Ministra da Coesão, numa reunião que tinha tido com ela, em que iria fazer uma alteração cirúrgica à legislação, no sentido de poder, urgentemente, resolver essa situação. Tinham-se passado mais de dois meses e continuavam à espera de que essa alteração cirúrgica fosse concretizada. Primeiro, havia uma dúvida se o processo não teria de ir à Assembleia da República, depois tinha-se concluído que, afinal, do que se tratava era de uma alteração de um decreto-lei do próprio Governo e, portanto, estava, exclusivamente, na competência do Governo fazer essa alteração.

Através dos nossos advogados até tinha feito uma sugestão de uma proposta de alteração, exatamente nesse sentido, e tinha enviado para o Ministério da Coesão. Até àquele momento não tinha havido essa alteração, daí que um dos pontos dessa moção tivesse sido que, urgentemente, o Governo fizesse essa tal alteração cirúrgica, para garantir o pagamento das horas extraordinárias aos nossos trabalhadores, porque eles faziam horas extraordinárias e trabalhavam por turnos e, portanto, era inaceitável essa situação. Não percebiam porque é que isso não tinha acontecido e esperava que, na sequência da aprovação, praticamente por unanimidade, com algumas abstenções e com 2 votos contra, em 500 e tal delegados, presentes, na altura, na sala. Portanto, esperava que o Governo alterasse, urgentemente, o respetivo decreto-lei.

O ponto 2 da moção tinha a ver com, também, a necessidade de o Governo desenvolver todos os esforços, no sentido de se aprovar uma nova lei sobre o Estatuto dos Bombeiros Profissionais, naturalmente, com a colaboração da Associação Nacional de Municípios, que tinha uma proposta muito bem elaborada, que já tinha enviado ao Governo para que o Governo pudesse tomar essa iniciativa, através de uma proposta legislativa que apresentasse na Assembleia da República, para que os outros partidos políticos também pudessem apresentar as suas propostas e, portanto, seguir os trâmites normais que a Assembleia da República desenvolvia nesses termos. Como já tinha dito, essa proposta tinha sido aprovada quase por unanimidade dos congressistas.

Depois, tinha também feito uma intervenção sobre o problema de um tema que já tinham tratado na reunião, da necessidade da urgência, também, do Governo intervir no sentido de alterar a situação da privatização que tinha sido feita em 2013, que tinha tido efeitos a partir de 2015, na Empresa Geral de Fomento, a EGF, que era uma empresa pública que tinha a responsabilidade de gerir os sistemas de gestão e tratamento de resíduos sólidos urbanos e que, com essa privatização, a Amarsul, que era um dos sistemas onde estavam integrados,

tinha entrado num processo de prejuízos crescentes anuais e, quando a empresa era gerida por capitais maioritariamente públicos - 51 por cento do Estado e 49 por cento das autarquias -, até na altura, aquando da privatização, tinha deixado 6 milhões de euros na conta. Isso demonstrava bem que a gestão da empresa tinha uma economia no sentido de poder fazer investimentos nos sistemas. A empresa, no ano a seguir a esses resultados positivos de 6 milhões de euros, tinha feito a distribuição pelos acionistas dessas verbas e que, portanto, nos anos seguintes e até àquele momento, os resultados tinham sido negativos de forma crescente e era nesse quadro que se tinha decidido, com o aval da ERSAR, a entidade que faz o acompanhamento desses sistemas, das águas e dos resíduos, propor um aumento de 39 por cento, de 2021 para 2022, no custo da tonelada de resíduos a depositar no sistema da Amarsul e também a própria ERSAR já tinha homologado um aumento de 27 por cento do mesmo por tonelada depositada pelos municípios no sistema, a partir de 1 de janeiro de 2024. Isso era um absurdo que não podia continuar, porque eram os municípios a pagar os erros de uma gestão privada que estava preocupada não no problema de gerir de forma sustentável e, portanto, de encontrar soluções equilibradas do ponto de vista ambiental, mas no sentido dos lucros e da distribuição dos resultados pelos acionistas. Isso era inaceitável e, portanto, tinha sido o apelo que fez na intervenção que tinha feito no Congresso.

Também tinha sido apresentada uma moção, porque também tinha falado numa outra questão na sua intervenção, que também era um absurdo e que tinha a ver com a taxa de gestão de resíduos, que era uma tarifa que era aplicada aos municípios e que era cobrada na tarifa da água pelas câmaras municipais, mas que as câmaras municipais entregavam ao Governo, porque, como todos sabiam, era um imposto disfarçado, era muito claro. Também, naquele momento, estava em 25 euros e tinha começado com de 2 euros, aquando da sua criação em 2007. Naquele momento, estava em 25 euros e também já era conhecido que em 2025, em janeiro de 2025, passaria a ser de 35 euros.

Naturalmente, era uma situação que era profundamente lamentável, porque as taxas ou as tarifas correspondiam a serviços prestados e essa taxa, essa tarifa, não tinha serviços prestados e era por isso que diziam que era um imposto encapotado e era profundamente lamentável que o Estado se estivesse a aproveitar, mais uma vez, do lançamento de um imposto que era cobrado aos municípios mas quem fazia a cobrança eram os municípios, na tarifa da água, na fatura da água, mas que, depois, os municípios entregavam. Era insustentável, também, essa situação. Também essa moção, que não tinha sido apresentada por ele, tinha sido apresentada por um outro senhor presidente de câmara, também tinha sido aprovada pela esmagadora maioria dos congressistas, com algumas abstenções.

Portanto, achava que era muito importante trazer essa informação aos senhores vereadores, porque, de facto, eram temas que lhes diziam respeito, diziam respeito a todos eles que tinham ali essa responsabilidade política, mas que, também, diziam respeito aos seus concidadãos, aos seus municípios e, por isso, a informação era sempre muito importante ficar disponível, para todos avaliarem melhor aquilo que estava mal, aquilo que estava menos mal, aquilo que estava bem e a necessidade de alterar sempre, corrigir aquilo que estava mal dito. Dito isso, passavam, então, ao ponto 2 do período antes da ordem do dia, que era de apreciação das moções, das recomendações e das saudações que eram apresentadas pelas forças políticas. Pedia, então, aos senhores vereadores do PSD que apresentassem as suas moções e as saudações.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que, em primeiro lugar, queria pedir desculpa pelo atraso, mas cada um deles que estava na oposição tinha a sua vida e tinha tido de vir de Lisboa, como vinha sempre, e, daquela vez, o trânsito e um acidente tinham impedido que chegasse a horas.

Tinham quatro moções, iria apresentar duas e o Sr. Vereador José Manuel Pereira apresentaria as outras duas.

Leu as seguintes moção e saudação, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 18 e 19:

“Moção

Implantação da República Portuguesa

A Implantação da República Portuguesa, a 5 de outubro de 1910, não foi apenas a mudança de um regime, mas sim a realização de um projeto de renovação profunda na sociedade portuguesa. Antes mesmo de se tornar um regime, a República era uma ideia que se propagava com vigor.

Os princípios do republicanismo começaram a tomar forma em Portugal nas últimas décadas do século XIX, e ganharam um impulso crucial após o traumático episódio do Ultimato britânico. A partir de 1900, os ideais de igualdade e justiça da República começaram a ser disseminados de forma sistemática. Seja nos Centros Republicanos, seja em comícios que reuniam milhares de pessoas, a mensagem republicana encontrava eco, especialmente entre os setores insatisfeitos da população portuguesa, principalmente nas áreas urbanas.

A "família republicana," composta por várias tendências dentro do partido Republicano Português, apresentava uma notável heterogeneidade. Essa diversidade refletiu-se na reação ao regicídio de 1 de fevereiro de 1908, com muitos republicanos distanciando-se publicamente do assassinato do Rei e do príncipe herdeiro. Para eles, esse evento foi um revés para a causa republicana. No entanto, a deterioração da situação política, agravada por esse trágico acontecimento, acabou favorecendo conspirações e movimentos que conduziram à proclamação da República.

O 5 de outubro de 1910 marcou o início de uma nova era em Portugal, onde os valores republicanos de igualdade, liberdade e justiça passaram a guiar o destino do país. Foi o resultado do esforço e da paixão de muitos que acreditavam na necessidade de uma mudança profunda na sociedade portuguesa. A Implantação da República é um marco incontornável na nossa história, lembrando-nos sempre da importância de lutar pelos ideais de justiça e democracia.”

“Saudação

Américo Manuel Alves Aguiar

Américo Manuel Alves Aguiar, nascido em Leça do Balio, Matosinhos, a 12 de dezembro de 1973, é uma figura notável que merece ser saudada pela sua nomeação enquanto Bispo de Setúbal. Sobretudo, pela sua trajetória marcada por um profundo compromisso com a comunidade e um serviço dedicado à fé e ao bem-estar das populações.

Além de desempenhar com grande dedicação as funções de bispo auxiliar de Lisboa, D. Américo Aguiar assumiu a importante responsabilidade de presidir à Fundação JMJ Lisboa 2023, que organizou a Jornada Mundial da Juventude em Lisboa, de 1 a 6 de agosto de 2023. Este evento de magnitude internacional demonstrou a sua capacidade de liderança e visão, reunindo jovens de todo o mundo num espírito de união e amor pelo próximo que tanto pode acrescentar à nossa cidade.

A tomada de posse de D. Américo Aguiar como Bispo de Setúbal é aguardada com expectativa e entusiasmo, e estamos certos de que ele continuará a servir com dedicação e compaixão, promovendo valores de amor, solidariedade e justiça em toda a sua missão pastoral. Esta nomeação é também uma enorme honra para a cidade e para toda a região, uma vez que ele trará consigo a sua compaixão, sabedoria e dedicação ao serviço da comunidade.

Em nome da comunidade de Setúbal e da região, saudamos calorosamente D. Américo Aguiar e desejamos-lhe uma frutífera e abençoada jornada como Bispo de Setúbal e, em breve, como Cardeal.”

Sr. Vereador José Manuel Pereira – Leu as seguintes saudações, conforme documentos registados sob os n.ºs 20 e 21:

“Saudação

Aniversário Clube Desportivo "Os Pelezinhos"

O Clube Desportivo "Os Pelezinhos" é saudado pelo seu 42.º aniversário. Desde a sua fundação a 27 de setembro de 1981, este notável "clube de bairro" tem desempenhado um papel fundamental na promoção da cultura, do desporto e da recreação, enquanto se concentra na formação desportiva que contribui para a educação social dos jovens.

A história do Clube Desportivo "Os Pelezinhos" é marcada por um compromisso inabalável com a parte social e humana. Ao longo dos anos, "Os Pelezinhos" têm dado um contributo significativo para a formação dos jovens, trabalhando em estreita e notável colaboração com as famílias e acompanhando o desempenho escolar dos seus atletas. Além disso, tem desempenhado um papel crucial no acompanhamento de jovens que vivem em ambientes de risco, demonstrando um profundo sentido de responsabilidade social.

Não podemos deixar de destacar o impressionante número de mais de 9000 jovens que passaram pelas fileiras do Clube Desportivo "Os Pelezinhos" desde a sua fundação. Esse é um testemunho da dedicação incansável do clube em proporcionar oportunidades, orientação e apoio aos jovens da comunidade, preparando-os para um futuro mais brilhante.

Neste momento de celebração, é importante reconhecer o impacto positivo que o Clube Desportivo "Os Pelezinhos" teve ao longo de todos estes anos. A sua dedicação à formação, ao desporto e ao bem-estar da juventude merece o nosso respeito e gratidão enquanto comunidade."

*Saudação
Cátia Oliveira*

A Garota Não, nome artístico da talentosa cantora e compositora Setubalense Cátia Oliveira, foi a merecida vencedora do Globo de Ouro da SIC na categoria de Melhor Intérprete. Mais do que isso, destacamos o seu discurso-poema, capaz de nos brindar com palavras profundas e reflexivas sobre os tempos em que vivemos.

Com uma eloquência única, e como nos vem habituado na sua música, A Garota Não lembrou que vivemos numa era repleta de contrastes, onde os valores e as prioridades muitas vezes parecem estar em desalinho. Mencionou os "tempos dos Budas, das flores de plástico e das cómodas douradas", retratando uma sociedade moderna que merece uma visão crítica, mas fazendo esta árdua tarefa sempre com um toque de humor refrescante.

Ao destacar a importância de não cairmos no totalitarismo da busca incessante por "metas e objetivos", A Garota Não alerta que a vida nem sempre é fácil, mas o esforço e a persistência podem levar a grandes conquistas. As reflexões adensam-se, questionando sobretudo como é possível medirmos o mérito quando muitas vezes este se resume na reflexão das desigualdades sociais existentes.

A Garota Não recorda-nos que a arte tem o poder de fazer pensar e sentir, e a sua forma de atuação brilhante é um testemunho do seu talento e dedicação. Pelo seu merecido prémio e por nos lembrar que a música e a poesia conseguem fazer a sociedade refletir sobre o mundo que nos rodeia, destaca-se enquanto uma verdadeira embaixadora do espírito setubalense no cenário musical nacional."

Sr. Presidente – Pediu aos senhores vereadores do Partido Socialista que apresentassem as suas saudações.

Sra. Vereadora Sandra Frota – Apresentou as seguintes saudações, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 22 a 24:

*“Saudação
Aniversário do Clube Desportivo 'Os Pelezinhos'”*

Fundado em 1981, o Clube Desportivo 'Os Pelezinhos' celebrou, no dia 27 de setembro, o seu 42.º aniversário.

O movimento associativo assume um papel determinante no desenvolvimento sociocultural, sobretudo no contexto local, enquanto elemento impulsionador em áreas como a cultura, o

desporto e a juventude, devendo ser dotado de todas as condições necessárias para o desenvolvimento da sua atividade, seja através da criação de infraestruturas adequadas e dignas ou da atribuição de apoios financeiros.

Desta forma, as associações, clubes e coletividades constituem-se, através da sua atividade, como parceiros indispensáveis do poder local para o desenvolvimento dos territórios onde se inserem e para a promoção do bem-estar e qualidade de vida das populações.

‘Os Pelezinhos’, criado com o objetivo de promover iniciativas de âmbito cultural e desportivo, constituiu-se enquanto um importante parceiro do poder local democrático, em especial, através da atividade de formação desportiva junto das crianças e jovens, a qual contribui para o seu desenvolvimento integral.

Assim, é urgente conferir ao Campo Municipal da Várzea, equipamento frequentado por centenas de jovens e suas famílias, onde decorrem os treinos e jogos deste clube, dignidade nos acessos, condições e segurança, mobilidade e acessibilidade viária e pedonal.

Os registos indicam que passaram pelo clube, entre 1981 e 2023, mais de 9000 jovens, que poderão afirmar com orgulho “Uma vez Pelé, sempre Pelé”.

Reconhecendo a importante atividade que a entidade desenvolve, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube Desportivo ‘Os Pelezinhos’, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

“Saudação

Aniversário do Núcleo de Setúbal da Associação Nacional de Treinadores de Futebol

O Núcleo de Setúbal da Associação Nacional de Treinadores de Futebol celebrou, no dia 30 de setembro, o seu aniversário 7.º aniversário.

Fundado em 2016, assinala 7 anos de importantes contributos para o desenvolvimento desportivo da nossa região, nomeadamente, através da formação de treinadores no nosso distrito.

O núcleo, que tem como principal objetivo promover os interesses individuais e coletivos dos seus associados, integra a Associação Nacional dos Treinadores de Futebol, uma associação sindical, que representa os treinadores portugueses e estrangeiros, seus associados, que exercem a sua atividade em Portugal.

Reconhecendo a relevância do movimento associativo para o desenvolvimento sociocultural dos territórios a nível local, em áreas como o desporto, e a importância do movimento sindical na proteção e luta dos trabalhadores, os vereadores do PS saúdam e felicitam o Núcleo de Setúbal da Associação Nacional de Treinadores de Futebol, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho.”

“Saudação

Aniversário da Associação Cultural e Desportiva ‘Juventude Azeitonense’

Fundada em 1953, a Associação Cultural e Desportiva ‘Juventude Azeitonense’ celebrou, no dia 1 de outubro, o seu 70.º aniversário.

A coletividade, sediada em Vila Nogueira de Azeitão, tem contribuído significativamente para o desenvolvimento desportivo do nosso concelho, nomeadamente, através da promoção da prática das modalidades de hóquei em patins e patinagem artística.

O trabalho que desenvolve, em especial junto das crianças e jovens, é um importante contributo para a formação de atletas nestas modalidades.

O movimento associativo é, desta forma, um parceiro indispensável do poder local democrático, com um papel determinante no desenvolvimento sociocultural no contexto local, enquanto elemento impulsionador em áreas como a cultura, desporto e juventude.

Neste sentido, para os vereadores do Partido Socialista é imperativo criar as condições necessárias para que estas entidades possam desenvolver a sua atividade, seja através da construção de infraestruturas adequadas ou através de apoios financeiros.

Reconhecendo a importante atividade desenvolvida pela coletividade, os vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação Cultural e Desportiva ‘Juventude

Azeitonense’, órgãos sociais, associados e atletas por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal.”

Sr. Presidente – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 25:

“Saudação

D. Américo Aguiar

A Câmara Municipal de Setúbal saúda D. Américo Aguiar, o cardeal que será Bispo de Setúbal, reconhecendo nesta nomeação, perante o perfil do nomeado, a importância que a Igreja dá à diocese que tem sede na nossa cidade, mas que estende a sua influência muito para lá das nossas fronteiras urbanas.

D. Américo Aguiar saberá honrar o trabalho dos seus antecessores, em particular o papel desempenhado por D. Manuel Martins, o primeiro Bispo desta diocese, em tempos que foram muito difíceis para muitos milhares de trabalhadores na nossa região.

Os tempos, hoje, são outros, mas os desafios continuam a ser muito exigentes, num tempo em que os mais desfavorecidos continuam a precisar de ouvir em sua defesa a voz da igreja, seja na defesa de melhores condições de vida, em que os salários possam ser dignos para que todos possamos viver com a dignidade que merecemos, seja na defesa de soluções para os graves problemas de habitação por que passam os portugueses ou na defesa da prestação de cuidados de saúde de qualidade, num Serviço Nacional de Saúde que continua a ser uma das maiores conquistas da democracia portuguesa.

O novo Bispo de Setúbal saberá interpretar estes novos tempos e saberá o papel que terá de desempenhar nesta diocese que tanto valorizou, desde sempre, os seus bispos.

Seja bem-vindo a Setúbal, D. Américo Aguiar.

Sabemos que vem por bem.”

Sr. Vereador Pedro Pina – Leu a seguinte saudação, conforme documento anexo registado sob o n.º 26:

“Saudação

Cátia Mazari Oliveira – A Garota Não

A Câmara Municipal de Setúbal saúda Cátia Mazari Oliveira, cantautora setubalense mais conhecida pelo nome artístico de A Garota Não, pelo prémio de Melhor intérprete na edição dos Globos de Ouro da SIC de 2023.

Tem assumido um papel ativista usando a música como incentivo de mudança e consciencialização, levando consigo Setúbal na voz e no coração.

A Garota Não, como escreveu o jornalista Pedro Tadeu, autor da rubrica “Panfletos”, transmitida na RDP Antena 1, e articulista no Diário de Notícias, “representa uma inovação na canção de protesto portuguesa, quer na forma musical e interpretativa, quer nos textos que escreve ou escolhe para interpretar, quer na forma como se apresenta em palco e como fala com o público”.

Quando A Garota Não, continua o jornalista, “no palco brilhante, frívolo e luxuoso do Coliseu dos Recreios, disse, na mesma voz meiga com que canta a sua arte, a frase «saibamos agradecer aos bancos os juros que nos cobram na habitação» simbolizou com serenidade a reivindicação, o grito, o apelo, o cântico, o desespero dos manifestantes das ruas do país, assustados com a escuridão de um cenário de miséria que lhes enquadra uma vida demasiado real”. Cátia, escreve Tadeu, “começou por dizer que vinha do bairro 2 de abril (que é, também, o nome do seu segundo LP) em Setúbal, talvez com a intenção de explicar que sentia que o mundo dela era mais o da gente lá de fora do que a daquele planeta que a homenageava”.

Cátia Mazari Oliveira foi Chefe de Divisão da Juventude neste Município até há alguns meses, cargo em que desenvolveu vários projetos de incentivo à participação cívica dos mais jovens. É natural de Setúbal, onde nasceu em 1983, no dia 29 de outubro. Cresceu no Bairro 2 de

Abril, de onde saiu aos 25 anos. Licenciada em Comunicação e Cultura pela Faculdade de Letras de Lisboa, prosseguiu a sua formação na área do jornalismo, no CENJOR. Trabalhou quatro anos na Rádio Popular FM, onde assegurou a Agenda Cultural da estação. Foi, também, professora de inglês e de natação.

Lançou o seu primeiro disco em 2019, ao qual deu o nome de Rua das Marimbas n.º7.

A Garota é um exemplo de que a arte é transformadora agregadora de vontades para uma vida melhor.

Parabéns, Cátia!”

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que os vereadores do Partido Socialista se associavam a ambas as saudações, com o desejo que ambos, cada um na sua área de atuação, levassem em Setúbal na voz e no coração, como mencionado na saudação.

Sr. Presidente – Disse que terminavam ali o período de antes da ordem do dia e passariam, de imediato, ao período da ordem do dia.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto da Ata n.º 11/2023 - Reunião ordinária de 03 de maio de 2023

O Sr. Presidente pôs o projeto da ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

2. Projeto da Ata n.º 12/2023 - Reunião ordinária de 17 de maio de 2023

O Sr. Presidente pôs o projeto da ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

3. Projeto da Ata n.º 13/2023 - Reunião ordinária de 23 de maio de 2023

O Sr. Presidente pôs o projeto da ata a votação, tendo o mesmo sido aprovado, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

O Sr. Vereador Pedro Pina saiu da sala.

4. Deliberação n.º 963/2023 – Proposta n.º 49/2023 – GAP – Protocolo entre ANPC-CMS-AHBVS – Condições de contratação e funcionamento das equipas de intervenção permanente – Ratificação

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 27 e 28.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 964/2023 – Proposta n.º 50/2023 – GAP – Apoio à Delegação de Setúbal da Cruz Vermelha para aquisição de nova ambulância

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 29.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 965/2023 – Proposta n.º 51/2023 – GAP – Parecer do Município de Setúbal no âmbito da Consulta Pública do Estudo de Impacte Ambiental do projeto “Bacia de Parqueamento de Unidades Marítimas”

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 30 e 31.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 966/2023 – Proposta n.º 426/2023 – DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 30/2023/DAF/DICOMP/SECOMP para prestação de serviços para manutenção, assistência técnica e gestão dos equipamentos multifunções do município e do parque escolar – Abertura

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 32 a 35.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

A Sra. Vereadora Rita Carvalho saiu da sala.

8. Deliberação n.º 967/2023 – Proposta n.º 428/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Cedência em regime de direito de superfície, a constituir sobre o lote de terreno n.º 96, do loteamento municipal do Bairro da Liberdade em Setúbal, à Associação de Moradores do Bairro da Liberdade

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 36.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

O Sr. Vereador Pedro Pina regressou à sala.

9. Deliberação n.º 968/2023 – Proposta n.º 429/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Cedência em regime de direito de superfície, a constituir sobre o lote de terreno n.º 97, do loteamento municipal do Bairro da Liberdade em Setúbal, à Associação de Moradores do Bairro da Liberdade

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 37.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 969/2023 – Proposta n.º 430/2023 – DAF/DICONT/SERGE – Celebração de contrato de arrendamento de parcela de terreno, sita em EN10, Pontes, destinada a equipamento desportivo

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 38 a 41.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que queria começar por dizer que, quer a minuta de contrato que tinha sido apresentada quer a própria proposta, parecia que enfermavam de um erro, porque o Município de Setúbal não era dono e legítimo possuidor do antigo Imapark. O Município de Setúbal tinha adquirido o edifício com recurso a *“leasing”*, pelo prazo de 12 anos, que terminaria em 2030 e, portanto, o Município era locatário e o proprietário era a locadora, que tinha feito o financiamento. O Município, na altura, tinha optado por esse modelo de financiamento.

Poderia ter feito um crédito hipotecário, para financiar o edifício, mas tinha optado por um outro modelo, que era tão válido como qualquer outro, mas isso levantava uma questão, que era saber se, nessas circunstâncias, o Município podia proceder a esse tipo de arrendamento ou a qualquer outro tipo de negociação para uma utilização que o vinculasse com qualquer outra entidade terceira, de qualquer parte que integrasse esse espaço, sem que houvesse uma autorização expressa por parte da locadora. Era uma questão que, atendendo àquilo que era, naquele momento, a situação de propriedade do edifício lhe parecia ser relevante.

Depois, queria colocar uma outra questão, que era uma questão que os preocupa havia algum tempo. Aliás, na anterior reunião da Câmara já tinha falado da questão, que tinha a ver com o título da ocupação dos edifícios que lá estavam, que mantinham uma ocupação naquele momento, após o contrato de locação que o Município tinha feito.

Aquilo que depreendia do texto da proposta que tinha sido apresentada era que não havia nenhum título de ocupação, naquele momento, para o Sonho 21, porque aquilo de que a proposta dizia era que, aquando a aquisição do referido imóvel pelo Município - da locação financeira desse imóvel pelo Município -, a Associação Sonho 21 já utilizava uma parte do mesmo, designada por Lote 3, na qual tinha implantado um edifício desportivo, *“pelo que mostra-se indispensável que aquela utilização seja titulada”*.

Aquilo que depreendia da leitura do texto que estava naquela proposta – o Sr. Presidente corrigi-lo-ia se estivesse enganado ou se a sua leitura não fosse exatamente aquilo que se queria expressar quando a proposta foi elaborada -, era que, desde 2018 até 2023, a utilização feita pelo Sonho 21 não estava titulada de nenhuma forma, nomeadamente por um contrato de arrendamento.

Portanto, a questão que se colocava - se essa leitura fosse uma leitura correta – era que durante esses 5 anos, se tinha havido algum pagamento de renda ou algum pagamento de uma taxa de ocupação, enfim, diria quase de espaço público, atendendo a que esse espaço pertencia ao domínio público, era pertença da Câmara Municipal, se bem que não estivessem exatamente a falar de um espaço público na verdadeira aceção do termo, mas se tinha sido feito algum pagamento ao longo desses anos e a que título é que esse pagamento tinha sido feito.

A questão era válida para o Sonho 21, porque era levantada pela proposta, mas era válida, também, para outras empresas que estivessem, eventualmente, aí instaladas. Tinha ideia que havia, pelo menos, uma empresa que tinha ali um espaço que funcionava quase como um centro de formação para a sua equipa comercial, precisamente no edifício onde o Sonho 21 desenvolvia a sua atividade.

Queria questionar, também, em relação ao logradouro 3. Um logradouro costumava ser uma espécie de quintal, estava lá um edifício implantado - aliás, a própria proposta era clara quanto a esse aspeto - e, portanto, queria questionar. Tinha ideia de que o edifício já lá estaria implantado quando o Município, em 2018, tinha resolvido adquirir, através de uma locação financeira, esse complexo. Queria questionar se, quando falavam em logradouro num

edifício que estava implantado, se esse edifício era, pura e simplesmente, uma benfeitoria ou se era, efetivamente, um edifício cuja construção, portanto, que tivesse uma licença de utilização.

Sr. Presidente – Pediu à Dra. Helena Moreira que os esclarecesse relativamente à questão que o senhor vereador tinha colocado, das condições em que se fazia esse arrendamento.

Dra. Helena Moreira – Disse que, relativamente à questão da propriedade, era mencionado que era possuidor porque, de facto, tinha sido adquirido através de *“leasing”*, apesar de ser possuidor.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que, quando falavam de um *“leasing”* a entidade que comprava era, apenas, o locatário, não era proprietário do bem. O proprietário do bem era o locador e, portanto, a propriedade só transitaria para o Município quando chegassem a 2030 e o Município pagasse 10 por cento, que era a última renda do valor que tinha contratualizado com a locadora, portanto, naquele momento, não era proprietário.

Dra. Helena Moreira – Disse que não era proprietário, era possuidor, daí a questão de estar mencionado que era legítimo possuidor.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que pedia desculpa, mas, se não era proprietário não era dono e estava escrito que era dono e legítimo possuidor.

Dra. Helena Moreira – Disse que era dono.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que a questão era uma questão, até, mesmo, de salvaguarda do Município considerando a eventual aprovação da proposta.

Sr. Presidente – Disse que pedia desculpa ao senhor Vereador, mas o que estava escrito na proposta era que o Município era legítimo possuidor, não dizia que era dono. Legítimo possuidor era o que a senhora doutora estava a dizer.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que o que estava escrito na proposta era que *“o Município de Setúbal é dono e legítimo possuidor”*.

Dra. Helena Moreira – Disse que, para que não se levantassem essas questões, era discutível.

Sr. Presidente – Disse que os computadores tinham dessas coisas. Os textos saíam, mas o que era facto era que dizia *“o dono”*, mas dizia que era *“o legítimo possuidor”*. Estava escrito.

Dra. Helena Moreira – Disse que, relativamente à ocupação, tinha havido, anteriormente, um contrato de comodato com lugar a pagamento de participação, não de qualquer rede, enquanto não tinha sido feita a escritura, a aquisição e o contrato de *“leasing”*, naquele caso, para a posse do Município. Anteriormente estava na posse do Montepio e tinha sido feito um contrato de comodato, apesar de não sermos, ainda, os locatários, mas tinham um documento que atribuía a posse ao Município, atribuída pelo Montepio.

Para formalizar de alguma forma aquela ocupação, que, antigamente, era apenas o edifício que tinha sido construído pela Associação Sonho 21 no terreno que era do Município. Tinha sido essa a cedência e era a mesma que era também ali feita. Anteriormente, tinha sido cedido esse terreno correspondente ao edifício e um recinto desportivo, um campo, no total de 13 mil metros quadrados. Naquele momento, estava a ceder-se, apenas, o terreno onde se encontrava já implantado o edifício. Daí a regularização, uma vez mais, com a alteração da posição do Município, que tinha deixado de ser mero possuidor, já como locatário, e

abrangendo apenas o logradouro. Era a designação que tinha sido dada no processo de urbanismo e, daí, estar entre aspas. Não era um logradouro do edifício, mas, sim, aquele recinto. Entretanto, não tinha a certeza de ter respondido a tudo.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que havia uma questão que a Dra. Helena Moreira não tinha respondido, mas também não sabia se saberia responder, que era no que respeitava àquilo que era a segurança jurídica desse arrendamento, pelo facto de não estar, naquele momento, a ser apresentada uma autorização por parte da locadora, porque, apesar de o Município ser o locatário do edifício - ou daquele complexo, na verdade -, e, portanto, enquanto locatário, pagava uma renda ao locador e fazia utilização daquele espaço, esse tipo de contrato, fosse um contrato de comodato, que, por aquilo que tinha percebido tinha sido celebrado ainda antes. Portanto, presumia que tivesse tido uma extensão que se tinha prolongado no tempo e que tivesse terminado, entretanto, presumia que tivesse sido esse o caso.

Portanto, estando, naquele momento, o Município a assumir a intenção de fazer uma cedência a outrem de um espaço, fosse um logradouro com uma benfeitoria lá construída, fosse um campo de futebol, que iriam avaliar mais à frente, o facto de o Município estar a assumir um compromisso com um terceiro, não sendo, efetivamente, o proprietário, sendo o locatário, se não deveria ter sido apresentada uma autorização específica para esse fim, por parte da locadora.

Aquela questão não se prendia com o fim que iria ser dado ao espaço, prendia-se, exclusivamente, com aquilo que era a segurança jurídica do Município nessa intervenção, diria segurança jurídica num negócio. Na verdade, falavam de uma associação, mas aquilo que lá iria ser construído era uma atividade comercial pura. Aquilo que já existia, tanto quanto sabia, também já era uma questão comercial pura e uma atividade de formação. Estavam a falar de campos de Padel, que, pelo que sabia, não tinha atividade de formação associada, e da construção de um novo campo, um campo exterior, exatamente com os mesmos fins.

Não tinham nada a opor à atividade nem à prática desportiva do Padel, nem à atividade que a associação lá queria desenvolver, considerando que o Município também entendia que era uma atividade que traria um benefício, até mesmo um benefício pecuniário, porque iria receber uma renda sobre isso. A questão era se, ao fazerem isso, tinham, ou não, ou deviam, ou não, pedir essa validação, essa autorização a quem era, na verdade, o proprietário do espaço, que era a locadora, porque, do ponto de vista dos financiamentos e das ocupações por terceiros, normalmente, não havia abertura significativa, por parte das empresas locadoras ou das empresas financiadoras, porque isso envolvia riscos, em caso de incumprimento dos locatários.

Também não acreditavam que fosse o caso ou que viesse a ser o caso, mas envolvia sempre riscos, do ponto de vista de quem tinha feito o financiamento, e, portanto, havia sempre alguma renitência em permitir esse tipo de situação. Daí a questão, se tinha sido solicitada autorização, ou não, e, se não tivesse sido, se não deveria ter sido solicitada essa validação, por parte da empresa locadora. Era uma questão de segurança jurídica, apenas.

Sr. Presidente – Disse que pensava que o Dr. Paulo Hortênsio poderia acrescentar mais alguma informação àquela questão.

Dr. Paulo Hortênsio – Disse que poderia acrescentar pouco, no sentido de que, sendo a Câmara usufrutuária do espaço, as benfeitorias que estivesse a fazer nele teria ela própria o direito de as fazer. Diria, até, a propósito, que essa questão, por exemplo, também poderia ter sido colocada quando foi concessionado o espaço da Casa Municipal do Turismo à Associação Baía de Setúbal.

Era, exatamente, a mesma situação, também tinha sido concessionado um espaço a uma entidade que não era aquela que era a locatária do espaço e não tinha sido ali colocada essa questão - e muito bem! Percebia a responsabilidade da questão, mas diria que a Câmara, para todos os efeitos era usufrutuária, era legítima possuidora, inclusivamente, do espaço. A

Câmara tinha destruído um conjunto de pavilhões que lá estavam e também não tinha pedido autorização nenhuma, porque não tinha de pedir.

O que estava ali em causa, basicamente, era a gestão de um espaço. Obviamente que iria haver um compromisso ali assumido com uma entidade terceira e a Câmara responderia por isso numa eventual situação em que viesse a deixar de ter interesse no negócio. No caso concreto, por esse efeito, teria de estar a pedir autorização para tudo: *“Quero colocar uma cancela? OK, tenho de pedir autorização. Quero destruir os pavilhões? Tenho de pedir autorização”*.

Não, a Câmara geria o processo todo. A Câmara, em termos do espaço que tinha comprado - não iria cometer nenhuma inconfidência, mas a Sra. Vereadora Rita Carvalho sabia isso tão bem ou melhor do que ele -, tinha comprado um conjunto de edificado - e a própria Dra. Helena tinha acabado por dizer isso, também - e, daí, decorria que não podiam, sequer, fazer contratos de arrendamento sobre determinados espaços, porque as licenças de utilização de alguns daqueles espaços nunca tinham existido. O próprio Montepio não tinha contratos de arrendamento, porque também não tinha essas licenças de utilização. Aquilo tinha sido uma amálgama.

A Câmara tinha vindo a sanear os espaços todos e, naquele momento, haveria muito pouco espaço que não estivesse legalizado - diria assim - do ponto de vista de alguma sustentabilidade urbanística. Portanto, diria que, do seu ponto de vista, não haveria necessidade de estar a fazer esse pedido à locadora. A Câmara, como muito bem tinha sido dito, era legítima possuidora do espaço, enquanto pagasse a renda, e era legítima possuidora desse espaço. Quando deixasse de pagar a renda haveria de ter essa responsabilidade inerente, como haveria de ter outras coisas. Se a Câmara decidisse construir um conjunto de edificados, se abandonasse o pagamento dessas rendas, depois, os edificados, em que ponto é que ficariam?

Portanto, percebia a questão, e, no fundo, também, a preocupação em torno da defesa daquilo que eram os interesses do Município, mas, salvo melhor opinião, não via necessidade da consulta a essa entidade.

Sr. Presidente – Disse que, como tinha dito o Dr. Paulo Hortênsio, a Câmara Municipal tinha um contrato de aquisição daquele espaço e pagava, naturalmente, aquilo que era o compromisso que tinha e tinha, naturalmente, a obrigação de gerir aquele espaço. Como era explícito na proposta, esse equipamento ou uma boa parte dele, designadamente o edificado já existia lá quando a Câmara Municipal tinha entendido adquirir esse espaço.

Portanto, parecia normal que a Câmara Municipal quisesse regularizar essa situação e era isso que estava em causa. Naturalmente que a Câmara Municipal assumia as responsabilidades que tinha de assumir, enquanto gestora daquele espaço. Se, por alguma razão, deixasse de ser o possuidor daquele espaço, naturalmente que teria de encontrar as soluções que fossem adequadas, na altura, para resolver. Naquele momento, isso não estava previsto.

O que estava previsto, como era do conhecimento público, era de que se encontrasse uma solução para instalar equipamentos municipais, que estavam devidamente identificados, logo que houvesse a intervenção no sentido da requalificação do espaço. Era isso que estava em causa. Portanto, não lhe parecia que fosse uma questão de maior, relativamente a esse compromisso que a Câmara Municipal estava a assumir com uma entidade que, efetivamente, estava a beneficiar daquele espaço e era necessário regularizar a situação daquela ocupação ou daquela atividade, de uma entidade que já lá tinha atividade antes da Câmara Municipal adquirir o espaço. Era o seu entendimento.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que pensava que as posições de todas as partes estavam claras. Queria dizer, apenas, que não era comparável um contrato de arrendamento com a cedência que tinha sido feita da cafetaria no antigo Clube de Oficiais. A tipologia do contrato era completamente distinta e o clausulado era completamente distinto, assim como a reversão ou cessação do contrato obedecia a regras que também eram diferentes. Portanto,

em termos de comparação, ela não era possível, não eram, de todo, as mesmas circunstâncias.

Sr. Presidente – Disse que, sobre isso, achava que a questão que estava ali era bem clara e valia por si própria. A questão era de saber se a Câmara Municipal tinha competência e se poderia fazer aquele contrato, ou não. Essa é que era a questão. E, no seu entendimento, por aquilo que já tinha dito, parecia-lhe que não haveria nenhum inconveniente, antes pelo contrário. Aliás, nas plantas que tinham sido distribuídas via-se que era uma área que ficava adjacente – diria assim - ao núcleo central do parque. Portanto, ter uma atividade dessas, que já lá existia, exatamente com essa mesma entidade, parecia-lhe normal que fossemos nós a regularizar a situação, com o acordo, naturalmente, do próprio Sonho 21.

Portanto, parecia-lhe que seria normal e era isso que estava em causa, saber se a Câmara Municipal tinha condições, tinha legitimidade para poder fazer aquele contrato. Era isso que lhe parecia que era importante ali salientar. Na sua opinião, achava que tinha toda a legitimidade para o fazer e interesse, no próprio interesse municipal, naturalmente.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que queria dizer, apenas que, enfim, estava a dar uma vista de olhos rápida àquilo que era o contrato de locação e que, nomeadamente no que respeitava às obras que fossem feitas naquele espaço, o locatário, que era a Câmara, tinha, obrigatoriamente, que dar conhecimento por escrito ao locador. Era aquilo que constava do contrato que tinha sido assinado pelo Município e, portanto, as obras que fossem feitas, as intervenções que fossem feitas, dependiam, naturalmente, do cumprimento do contrato, dependiam dessa mesma comunicação.

No que se referia à questão do arrendamento mantinha as suas dúvidas. Como tinha dito, era, apenas a defesa da posição que estava em causa, apenas a defesa da posição do Município e da validade jurídica do negócio. Não estava, de todo, em causa aquilo que era o destino que lhe iria ser dado nem o valor pelo qual seria cedido, nem, muito menos, a entidade ao qual seria cedido, mas, da parte deles, a discussão estava feita. Portanto, não tinham mais nada a acrescentar sobre aquele ponto.

A Sra. Vereadora Rita Carvalho regressou à sala.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, 5 da CDU e 2 do PPD/PSD, e 4 abstenções, do PS.

11. Deliberação n.º 970/2023 – Proposta n.º 431/2023 – DAF/DICONT/SERGEP – Hasta pública para ocupação de bancas e lojas do Mercado Municipal 2 de Abril, Mercado Municipal de Nossa Senhora da Conceição e Mercado Municipal do Livramento

O Sr. Presidente apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 42 e 43.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 971/2023 – Proposta n.º 12/2023 – DASU/GAGIP – Isenção de taxas de licenças especiais de ruído

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 44.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 972/2023 – Proposta n.º 22/2023 – DOM/DIHAB – Estúdio de Som e Vídeo Espaço Nosso Bairro, Nossa Cidade da Bela Vista: celebração de Protocolo de Colaboração com a Khapaz, Associação Cultural de Jovens Afrodescendentes

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 45 e 46.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que, na perspetiva da sua bancada, até pelas características de continuidade da proposta, deveria existir um documento anexo onde estivesse a avaliação dos vários indicadores, como o número de utilizadores do estúdio, o número de gravações de som e vídeo; em termos do Plano de Formação Técnico-Artístico, quantas ações estavam previstas, quantas se tinham realizado; quantas ações de Formação Técnica de Moradores para a implementação da Estratégia de Comunicação Comunitária se tinham realizado, quantas atividades e eventos do “*Nosso Bairro, Nossa Cidade*” se tinham realizado em articulação com a respetiva equipa técnica do estúdio.

Queriam saber se continuavam a não existir instituições no concelho que pudessem prestar esse serviço, até porque, em intervenções anteriores, o senhor Vereador tinha dito que o IPS dispunha dessa valência.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que esse relatório existia e só por lapso não estava ali. Na sexta-feira enviaria para os seus vereadores. Estava feito, tinha pedido para estar anexo, era um relatório com todo o trabalho desenvolvido, com fotografias, com nomes das pessoas envolvidas, com os processos todos. Estava lá tudo, exatamente como a senhora Vereadora tinha colocado. Estava feito, não estava ali não sabia porquê. Portanto, comprometia-se a enviá-lo na sexta-feira.

Em relação ao recurso a essa associação, essa era uma forma que tinham para recrutar um recurso humano, um técnico, que, para além da capacitação técnica, fazia organização de moradores e isso não era qualquer técnico que fazia. A relação que iriam ter, em princípio, com o IPS, seria uma relação mais técnica. Portanto, esse técnico era o “*pivot*” de todo o processo organizativo dos estúdios. Por isso é que tinham insistido nessa linha, que era uma linha de sucesso que tinha corrido bem.

Aliás, o técnico que estava a trabalhar era um “*rapper*” conhecido. Era o Chullage, um “*rapper*” bastante conhecido, que tinha um trabalho meritório desenvolvido e era dessa associação Khapaz, que tinha nascido uns largos anos atrás, e que tinha mantido um trabalho muito interessante.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, 5 da CDU e 2 do PPD/PSD, e 4 abstenções, do PS.

Sra. Vereador Patrícia Paz – Fez a seguinte declaração de voto: “*Portanto, a bancada do Partido Socialista absteve-se por não estar na posse dos documentos, de todos os documentos necessários à avaliação total da proposta.*”

14. Deliberação n.º 973/2023 – Proposta n.º 23/2023 – DOM/DIHAB – Projeto de Regulamento Lojas de Bairro – Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade” - Pólo de Desenvolvimento das Atividades Económicas da Bela Vista e Zona Envolvente

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 47 e 48.

Sra. Vereador Patrícia Paz – Disse que, em primeiro lugar, queria referir, sobre a proposta em análise, que todos os projetos que dinamizassem a economia local e os empreendedores locais seriam muito bem-vindos. Havia relativamente pouco tempo, tinham tido um conjunto de pessoas residentes em bairros públicos municipais que tinham estado naquela sala e tinham manifestado a necessidade desse apoio, para implementar a sua atividade profissional no bairro onde residiam.

Em concreto sobre o projeto, queria questionar quantos espaços não habitacionais municipais poderiam ser canalizados para os fins comerciais ou de empreendedorismo, porque consideravam que os espaços disponíveis deveriam acompanhar a proposta, em anexo, com a descrição do espaço, a sua localização, a área e o valor mensal da renda.

Da análise que tinha feito, de outros projetos similares, relativamente ao artigo 9, das obras de melhorias, outros municípios tinham optado por atribuir um apoio pecuniário, a fundo perdido, para melhorias, sempre que o município identificasse com necessário a execução de obras.

No projeto em análise, além do pagamento da renda conforme o Regulamento de Taxas e Outras Receitas do Município de Setúbal, os candidatos ficavam, ainda, responsáveis pelas obras de conservação e de beneficiação. Perguntavam: Não seria isso dissuasor da candidatura, esse peso financeiro que poderia acarretar?

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, se a senhora Vereadora continuasse a ler, verificaria que, para cobrir essas melhorias, durante 5 anos - os contratos seriam de 5 anos - a pessoa não pagaria, portanto, equilibraria uma coisa com a outra. Essa é que era a solução, o que não queria dizer que não pudesse haver, pontualmente, ajudas, mas entravam na área comercial e a coisa complicava-se um bocadinho.

Em relação a espaços, estavam a pensar nos espaços existentes, mas, também, naqueles que iriam ser criados com as novas urbanizações, porque as novas urbanizações iriam ter muitos espaços dedicados a essa atividade, expressamente.

Os bairros da Bela Vista não tinham espaços dedicados a essa atividade expressamente. O que tinham era vazados que não estavam fechados e que estavam, uns, muito subutilizados, outros, atribuídos e nunca devidamente usados. Portanto, iriam utilizá-los. Havia meia dúzia de espaços, não havia muitos espaços, mas, num território em que não havia nada, ter 2, 3 ou 4 espaços fazia a diferença toda.

Nesse sentido, parecia-lhes importante avançar com aquela matéria, até porque havia pessoas interessadas e que tinham estado ali, na reunião da Câmara. Por exemplo, duas irmãs que tinham um negócio de um restaurante típico, que queriam montar, e andavam atrás deles havia imenso tempo. Tinham tentado atribuir-lhes de imediato e não tinham conseguido e, depois, tinham tido que fazer aquele processo, para criar condições legais para essa matéria.

Portanto, do que se tratava, com aquela proposta, era mesmo de dar esse passo e um regulamento daquele género podia suportar outras soluções fora desses bairros e dos bairros públicos. Embora falassem no “*Nosso Bairro, Nossa Cidade*”, isso, depois, cobria, por extensão, os outros bairros onde aparecessem espaços dedicados a esse tipo de atividades. Estavam considerados serviços como restauração.

Tinham muita vontade de as pessoas fazerem atividades e de se autonomizarem. Aliás, tinham duas oficinas já entregues, emprestadas, porque não tinham aquilo. Tinham começado, mesmo, dois moradores, que tinham um espaço que estava devoluto, vazio, e tinham montado duas oficinas, uma de carpintaria e outra de serralharia. Estavam a trabalhar e prestavam serviço ali, ao pessoal da zona, alguns serviços até gratuitos, outros serviços pagos. Portanto, andavam à procura da melhor solução, para garantir que pessoas que tinham capacidade, tinham vontade, tinham “*know-how*”, fizessem esse seu trabalho, se autonomizassem e prestassem serviços à comunidade. Esse era o objetivo.

Portanto, o que se propunha era que aquela proposta fosse aprovada e que seguisse, depois, para consulta pública.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 974/2023 – Proposta n.º 26/2023 – DOM – CP 16/2023/DOM – “Centro Escolar Barbosa du Bocage” – Abertura de procedimento de contratação pública – Concurso público

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 49.

Sr. Presidente – Disse que queria, apenas, aproveitar para reforçar os compromissos que já tinham assumidos, relativamente a essa área da Educação e no que diz respeito, apenas, ao 1.º Ciclo do Ensino Básico e Jardins de Infância. Naquele momento, tinham aquela construção que se iria desenvolver com a abertura daquele procedimento, no valor de 5 milhões de euros sem IVA.

Estava em estudo, também, a instalação de uma escola idêntica àquela na freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, em que tinham tido um problema com a questão do terreno, para encontrar um terreno para instalar esse equipamento, dado que os terrenos públicos que existiam eram atravessados por linhas de alta tensão e, portanto, não seria possível construir lá esse equipamento. Portanto, daí o atraso nesse investimento, por essas razões.

Tinham desenvolvido o projeto, tinham avançado, mas, naquele momento, tinham-se confrontado com essa situação e, portanto, estavam a negociar uma nova localização desse terreno. Portanto, não estava previsto, de acordo com um valor algo superior a 5 milhões de euros para a construção desse equipamento, próximo dos 8 ou 9 milhões de euros, como já tinha dito, na freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, mais próximo de freguesia de São Sebastião, no sentido, também, de alunos da freguesia de São Sebastião poderem frequentar essa escola.

Também tinham já um compromisso de ampliar a Escola dos Pinheirinhos, tendo em conta o percurso que estavam a desenvolver, de transformar as escolas do ensino básico em escolas a tempo inteiro e, portanto, acabar com os regimes duplos. Era o que iria acontecer no centro da cidade, com a construção desse centro escolar, mas também, da informação que tinham - não do ponto de vista estatístico, porque não estavam disponíveis os dados -, do ponto de vista da inscrição de crianças no concelho, tinha aumentado, significativamente, a procura de inscrição nessas escolas, o que significava que, quando estavam num processo de passar de escolas em regime duplo para escolas a tempo inteiro, tinham sido confrontados com essa situação.

Como era sabido, isso não era – diria assim - um crescimento que fosse progressivo, sustentável, porque o que tinha vindo a acontecer tinha sido que havia alguns anos em que aumentava significativamente o número de procura dos estabelecimentos de ensino e, passados 3 ou 4 anos, a situação estabilizava ou até havia recuo na procura de estabelecimentos de ensino.

Estavam a falar, fundamentalmente de crianças, que não eram portuguesas, ou, melhor dizendo, não eram originárias do continente, mas eram fenómenos que aconteciam, de migrações, e, portanto, estavam obrigados, naturalmente, a criar as condições para que essas crianças pudessem ter as melhores condições para a sua formação. Isso eram problemas com que se confrontavam, mas tinham de avançar.

De qualquer forma, essa opção pelo alargamento da Escola dos Pinheirinhos, que era outra escola praticamente no centro da cidade, serviria, porque um processo desses, como certamente compreenderiam, tinha a elaboração de um projeto, tinha o lançamento de um

concurso e tinha a construção, estavam a falar de uma obra que estaria concluída, se as coisas corresse bem, num prazo de 3, 4, 5 anos. Daí todas as dificuldades que se colocam. Um outro compromisso que também tinha era o do alargamento da escola, também básica, em Vila Nogueira. Estavam a terminar um acordo com a EDP, num espaço que era da antiga EDP. Portanto, estavam a finalizar esse processo, para ampliação da Escola Básica de Vila Nogueira e, naturalmente, que cada uma dessas escolas iria ter salas do 1.º Ciclo e, também, salas do pré-escolar e, dessa forma, iriam, progressivamente, também, cobrindo, as necessidades no domínio do pré-escolar. Só nessas 4 intervenções - 2 construções novas e 2 ampliações -, estavam a falar em valores da ordem dos 15 a 16 milhões de euros de investimento nos próximos anos, a começar por aquele, que era o primeiro.

Naturalmente que não estava a falar da manutenção e da conservação das escolas do 1.º Ciclo, em que as juntas de freguesia tinham dado passos muito importantes na qualificação dos espaços das escolas, mas ficava aquela nota, para se saber do compromisso e do esforço financeiro que era necessário a Câmara Municipal fazer, para que as crianças, naturalmente, tivessem as melhores condições para se poderem desenvolver, serem homens e mulheres com condições, bem preparadas para enfrentar a vida, pelo menos nessa, fase do seu desenvolvimento.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

16. Deliberação n.º 975/2023 – Proposta n.º 27/2023 – DOM – CP 17/2023/DOM – “Unidade de Saúde Familiar da Bela Vista” – Abertura de procedimento de contratação pública – Concurso público

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 50.

Sr. Presidente – Disse que queria, também, aproveitar para dizer que, apesar do que muitas vezes se dizia, a Câmara Municipal de Setúbal era um parceiro do Ministério da Saúde, porque, não sendo da competência da Câmara Municipal a construção dos centros de saúde, tinham vindo a estabelecer aquelas parcerias. Estava em fase final de instalação o Centro de Saúde de Azeitão e, portanto, faltava instalar, naturalmente, os equipamentos. Estaria, provavelmente, em condições de ser inaugurado nos princípios de novembro.

Como sabiam, funcionava numa vivenda sem o mínimo de condições para prestar serviços, tanto para os trabalhadores, como para os utentes. Portanto, como já tinha referido, embora não fosse uma competência das câmaras municipais, a Câmara Municipal de Setúbal era um parceiro do Ministério da Saúde nesse tipo de equipamentos.

Naquele momento, tratava-se do Centro de Saúde da Bela Vista e, naturalmente, também se tratava de um financiamento do PRR, mas eles era assim, as câmaras municipais eram assim uma espécie de “*barriga de aluguer*” do Governo, porque o Governo financiava através do PRR, ou seja, com fundos comunitários, mas era a Câmara Municipal que elaborava os projetos, que tinha os técnicos que acompanhavam as obras, eram as câmaras municipais que cediam os terrenos, eram as câmaras municipais que faziam os arranjos exteriores e eram as câmaras municipais que faziam as acessibilidades a esses equipamentos. Portanto, no final, o investimento municipal nesses equipamentos era substancial.

Estava, também, comprometido e estava em apreciação, junto da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, o projeto de um centro de saúde para a Praceta Maria Lamas. Portanto, aguardavam que a Administração Regional de Saúde aprovasse o programa, para se elaborarem os projetos finais para a construção desse equipamento, que também seria feito com a cedência do terreno por parte da Câmara Municipal e com os arranjos exteriores, as acessibilidades, etc.

Era uma parceria que faziam com muito gosto, naturalmente retirando do orçamento municipal verbas que poderiam ser destinadas a outras necessidades que o concelho tinha, mas, do que se tratava, para que se percebesse bem porque é que a Câmara Municipal era um parceiro nessas condições, com um envolvimento de verbas significativas do orçamento municipal, era que entendiam que as urgências dos hospitais e, designadamente, as urgências do Hospital de Setúbal, funcionariam melhor se tivessem bons centros de saúde, o que não acontecia naquele momento e não acontecia havia muitos anos.

Tinham um centro de saúde - chamava-se assim, porque, de facto, a instalação não era mais do que um 3.º andar de um edifício no Bairro Santos Nicolau, no Bairro da Conceição. Num bairro que tinha uma população idosa, tinham um andar no 3.º piso de um edifício. Portanto, isso não era nenhuma solução. Daí considerarem que a construção daqueles centros de saúde seria um benefício substancial para as populações e para os trabalhadores da Saúde, que ocupava, mas, também, para retirar das urgências do hospital a afluência que tinham. Tinham um congestionamento permanente das urgências do hospital, não só pela falta de trabalhadores, que sabiam que existia, mas, também, pela procura que era feita junto das urgências do hospital, porque os centros de saúde não davam resposta. Essa era a razão pela qual investiam e retiravam dinheiro ao orçamento da Câmara Municipal, para garantir que esses centros de saúde funcionassem.

Restava-lhes esperar e ter muita esperança de que

o Sr. Ministro da Saúde conseguisse encontrar pessoal para trabalhar nesses centros de saúde novos. Iriam ver, quando fosse a inauguração do Centro de Saúde de Azeitão, como é que as coisas iriam ficar, se não tinham andado a trabalhar e a investir, no sentido de criar as melhores condições para terem boas instalações para os profissionais e se, depois, não havia profissionais para ocupar o Centro de Saúde e, naturalmente, dar as respostas que as populações precisavam.

Eram questões pertinentes com as quais se confrontavam e era preciso todos perceberem, exatamente, o que é que estava ali em causa e quais eram as responsabilidades de cada um que assumia responsabilidades nesses processos. Era nesse sentido que dizia que as câmaras municipais eram uma espécie de “*barriga de aluguer*” do Governo, daquele e de outros, porque não era a primeira vez que aquilo acontecia. Quando era por razões que tinham a ver com a melhoria das condições de vida e, naquele caso, da saúde das populações, naturalmente que as autarquias estavam sempre sensíveis e dispostas a fazer tudo o que estivesse ao seu alcance para resolver esse problema.

Noutra altura falariam ali da situação das escolas do 2.º e do 3.º Ciclos e do Secundário, que também era uma outra área em que estavam a ser “*barrigas de aluguer*” deste Governo. Viria numa oportunidade próxima, para se perceber, de facto, para onde é que iam os milhões do orçamento da Câmara Municipal.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

17. Deliberação n.º 976/2023 – Proposta n.º 127/2023 – DCDJ/DICUL – Normas de Participação do XV Concurso de Fado de Setúbal

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 50 e 51.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 977/2023 – Proposta n.º 128/2023 – DCDJ/DICUL – 19.º Festival de Bandas Filarmónicas da Cidade de Setúbal 2023 – Apoio financeiro – Ratificação

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 52 e 53.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 978/2023 – Proposta n.º 129/2023 – DCDJ/DICUL – VIII Serenata de Fado de Coimbra em Setúbal – Apoio financeiro – Ratificação

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 54 e 55.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 979/2023 – Proposta n.º 130/2023 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 56.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 980/2023 – Proposta n.º 131/2023 – DCDJ/DIDES – Protocolo de colaboração entre o Município de Setúbal, o União de Futebol Comércio e Indústria e o Sporting Clube de Portugal – Futebol SAD, para a utilização do campo de futebol de onze do Setúbal Parque

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 57 e 58.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que, sem tecer, naquele momento, nenhuma consideração sobre o protocolo, o que pretendia deixar para uma intervenção futura, a dúvida que tinha tido pouco antes parecia revelar-se uma certeza. Da leitura do contrato de locação financeira assinado pelo Município de Setúbal com a Caixa Leasing e Factoring, tinha resultado o seguinte: A cláusula 7.^a estipulava que *“o locatário”* - ou seja, a Câmara Municipal de Setúbal – *“não poderá ceder a sua posição contratual, sublocar ou permitir, por qualquer forma ou título, a utilização total ou parcial do imóvel por terceiros sem o prévio consentimento escrito do locador”* – a Caixa Leasing e Factoring – *“e sem que o imóvel se encontre devidamente licenciado”*.

Daí resultava que nem a proposta que estava em discussão tinha condições, naquele momento, para ser votada - e sugeria que pudesse ser retirada até ser obtida essa autorização por parte do locado -, nem a proposta que tinham votado havia pouco, de arrendamento do Logradouro 3, à Associação Sonho 21, tinha, também, condições para ser votada. Portanto, como essa proposta já tinha sido votada, no cumprimento desse contrato não deveria resultar na assinatura do contrato de arrendamento, não deveria ser formalizada sem que o cumprimento do que estava estipulado na cláusula 7.^a do contrato de locação financeira estivesse devidamente assegurado. Dizia isso porque essa proposta já tinha sido, efetivamente, votada.

Naquele momento, estavam a discutir uma outra proposta, para a utilização de um espaço que ficava dentro do mesmo espaço que tinha sido objeto de locação financeira e, portanto, sem que tivessem autorização, o consentimento escrito do locador, para que se cumprisse aquilo que tinha sido contratualizado entre o Município e o locador, entendiam que não estavam reunidas as condições para que aquela proposta pudesse ser submetida a votação.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que queria dizer uma coisa. Não querendo pôr em causa, enfim, o cuidado que o Vereador Joel Marques queria na proposta que tinha sido trazida relativamente àquele espaço, quer àquela proposta, que, para além do mais, também tratava do mesmo espaço, convinha dizer que o que estava ali em causa não feria a questão de aclarar. Não sabia quais eram as outras questões, até poderia ser interessante que o senhor Vereador as pudesse ali trazer, no sentido em que isso era matéria, efetivamente, que interessava. Não era jurista e, portanto, aceitava que as suas dúvidas que ali tinha levantado até pudessem ter razoabilidade, mas, como devia calcular, achava que essas questões não deviam ferir aquilo que era a questão.

Aquela era uma proposta que nos tinha sido trazida, sobretudo, por via do Futebol Comércio e Indústria, que queria estabelecer um protocolo de cooperação que pensava que fosse, fundamentalmente, importante para o desenvolvimento do seu projeto. Da parte deles, o que queriam era que, se isso fosse bom para um clube da cidade e beneficiava um clube que também tinha benefícios para quem lá praticava a sua atividade.

Portanto, queria também, sem prejuízo dessa questão legalista que o senhor Vereador ali tinha trazido, considerando que isso beliscava a própria atividade e não se tratando de uma atividade em que as questões financeiras ou em que as questões de ordem maior pudessem ferir, de alguma maneira, o próprio funcionamento do Município, aquilo que solicitava era que se pudesse considerar que, sem prejuízo de aclarar juridicamente essa situação...

Introduzia uma nova questão, que era a questão da autorização, da putativa autorização, mas, pouco antes, o que tinha sido referido tinha sido que, supostamente, teriam que aguardar que fossem, efetivamente, titulares do imóvel. Não estava a dizer que tinha sido dito isso, estava a dizer que tinha ficado essa ideia, que parecia que, estando a Câmara num processo de *“leasing”* e não sendo, efetivamente, ainda *“dona”* – tinha sido utilizada a expressão -, significava que só quando fosse dona é que parecia que poderia fazer alguma intervenção. Portanto, achava que, se quisesse *“embirrar”*...

(“Posso terminar, Vereadora Patrícia Paz? Eu posso terminar? Se quiserem...”)

O que achava era que, relativamente a essa matéria, era uma questão de pormenor que, da sua parte, poderia assumir ali o compromisso de aclarar. Se imaginassem um cenário em que, naquele momento, dizia que não, o que não acreditava, pois estavam a falar de uma utilização do espaço, que, enfim, que não tinha, à partida, nenhum empate e, portanto, o que punha à consideração dos senhores vereadores era: O que é que seria preferível? Bloquear, nomeadamente, o Comércio e Indústria e a atividade do Comércio Indústria, deixando aclarar a situação ou manter essa situação e, portanto, ter um parecer jurídico?

Queria sensibilizá-lo para isso, não deixando de ter, enfim, a legitimidade daquilo que os trazia ali, mas queria, também, sensibilizá-lo para isso, se essa situação, sobretudo no que dizia respeito àquela matéria, não valeria a pena terem ali essa mesma questão, uma vez que, relativamente, à outra situação, porque já a tinha dito, também haveria a necessidade de fazer essa esclarecimento.

Portanto, pensava que o que estava ali em causa, de superior interesse, em prejuízo do Município, não era, a seu ver, sobretudo no que dizia respeito a essa matéria, de uma gravidade que devesse impedir que, sobre aquela condição, aprovassem aquela proposta, independentemente do sentido de voto ou do questionamento. De qualquer forma, obviamente que o Partido Socialista teria legitimidade para se pronunciar da forma como entendesse, relativamente àquilo que pensava.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que queria começar por dizer que cada um deles votava, obviamente, com a informação que tinha e a informação que tinham era que existia

uma espécie de subarrendamento - iria usar essa expressão -, por parte da Câmara e que eles – pelo menos, eles os dois – tinham concluído que, em termos de daquilo que era o contrato inicial, entre a Câmara e o proprietário, estava prevista a realização desses “*subarrendamentos*” e, portanto, nessa medida, tinham vindo a votar favoravelmente todas aquelas deliberações

Iriam votar igualmente aquela proposta, porque a informação que tinham não os levava a desconfiar que não houvesse essa autorização, porque ela era necessária para se fazer isso, para o arrendatário ir a terceiros para ocuparem o espaço que estava arrendado por ele próprio. Terceiros, sendo que esse terceiro era alheio ao contrato e, por isso, o proprietário tinha que ter conhecimento, no seguimento do que tinha dito o Sr. Vereador Joel Marques.

Portanto, iriam votar favoravelmente, como tinham votado todas as propostas, mas seria muito importante que o contrato de arrendamento fosse analisado, para se confirmar se, de facto, estava prevista essa situação, ou não.

Sr. Presidente – Disse que, naturalmente, aquele debate, aquele confronto de opiniões, ali, na Câmara Municipal, servia, exatamente, para confrontarem situações e identificarem situações que, eventualmente, precisassem de melhor sustentação, diria assim. De facto, concordava que, em primeiro lugar, podiam votar, também, aquela proposta, até porque era um contrato de utilização, de uma parceria, de um campo de futebol que existia lá e que tinha sido utilizado por várias entidades, porque era gerido pela Câmara Municipal havia uma data de anos, desde que a Câmara Municipal tinha feito esse contrato de “*leasing*”.

Havia um clube da cidade que tinha feito essa parceria com o Sporting Clube de Portugal e, naturalmente, a Câmara teria que ser envolvida, porque aquele espaço era gerido pela Câmara Municipal. Relativamente à anterior proposta que tinham votado, de facto, tratava-se de um arrendamento e, aí, pensava que... O compromisso que queria assumir era que, face a essas dúvidas, os serviços iriam dirigir-se, naturalmente, a quem representava o proprietário, no sentido de solicitar informação sobre se haveria algum inconveniente nesse tipo de iniciativa que a Câmara Municipal estava a tomar. Para ele, não tinha grande problema isso, por que, quando a Câmara Municipal tinha adquirido aquele espaço, tinha ficado bem claro qual era o objetivo da Câmara Municipal. Não tinha participado nessas negociações, mas sabia que tinha ficado bem claro qual era o objetivo da Câmara Municipal quando fez esse contrato, que era instalar lá o Mercado Abastecedor Municipal e a Lota de 2.ª Venda, que estava na zona ribeirinha. Isso era claro.

Aquilo tinha um “*leasing*” não sabia de quantos anos e, se a Câmara Municipal tinha feito um contrato para instalar lá esses equipamentos e, se não o podia fazer, isso não fazia sentido. Não era bem um aparte, mas era uma consideração sobre o que estavam ali a tratar. O que estavam a tratar, independentemente do que dizia o contrato, era a salvaguarda de que a Câmara Municipal não utilizaria aquilo para fins... Não era o caso da Câmara Municipal, mas uma outra entidade. Era um contrato tipo. Acreditava que estariam todos de acordo que se tratava de um contrato-tipo, de salvaguarda de interesses.

O que estava em causa, o que lhe parecia, sem dúvida nenhuma, na boa-fé, naturalmente, era que, desde o início desse processo, a Câmara Municipal tinha tido como objetivo adquirir aquele espaço para os fins que já tinha referido e, portanto... Aliás, na proposta anterior, essa atividade do Sonho 21 já lá existia, quando a Câmara tinha adquirido, e, portanto, pensava que, no âmbito da boa-fé, que essas coisas seriam pacíficas, não teriam problemas.

Portanto, o que propunha era que votassem, também, favoravelmente aquela proposta e que os serviços, imediatamente, fizessem esse contacto e que, naturalmente, não fosse assinado o protocolo com as partes, enquanto não houvesse a resposta da entidade competente relativamente a essas questões, para que não ficassem dúvidas nenhuma sobre o que estava em causa.

Naturalmente, agradecia aos senhores vereadores os contributos que tinham dado para esclarecer melhor aquela situação.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse acreditarem, naturalmente, na boa-fé, quer do Município, quer dos outros dois signatários daquele protocolo, quer do arrendatário da proposta que votaram há pouco. Não era a boa-fé que estava ali em causa, a boa-fé de todas as partes, mas era também no âmbito da boa-fé que os contratos e o seu clausulado deviam ser integralmente respeitados.

Os contratos eram acordos entre partes, fossem contratos tipo ou fossem alvo de ajustes que fossem, naturalmente, acordados entre as partes, enquanto acordo que era estipulado de boa-fé entre as partes devia, naturalmente, ser honrado. Aquilo que estipulava a cláusula 7.^a, era que o locatário não podia ceder ou permitir, por qualquer forma, a utilização total ou parcial do imóvel por terceiros, sem o prévio consentimento escrito pelo locador e sem que o imóvel se encontre devidamente licenciado.

O contrato de locação, dizia também, que o incumprimento era justificação para a resolução do contrato. Da resolução do contrato resultaria uma de duas coisas, ou a locadora fazia seu aquilo que já era seu, o imóvel, e, portanto, o Município tinha estado desde 2018 até 2023 a pagar uma renda por uma locação de um espaço para o qual ainda não existia projeto, ainda não havia sido realizada intervenção significativa para dar-lhe o destino, que inicialmente estava previsto, e que, como o senhor Presidente já havia mencionado, era um mercado abastecedor, mas também um mercado de segunda venda da lota. Ou, então, o locador exigia que o Município pagasse a totalidade do contrato, da resolução do contrato.

Só podia resultar uma de duas soluções e não sabia se o Município tinha condições para o fazer no imediato, fazer um pagamento imediato, que devia andar na ordem dos 2 milhões e muito, 3 milhões de euros, porque ainda faltavam 7 anos, decorreram 5.

Considerando também aquilo que era a posição prudente do senhor Presidente, no sentido de entender que os contratos não deviam ser assinados, que aquele protocolo não devia ser assinado sem que os serviços verificassem a legalidade, ou a conformidade, com o contrato de locação. Daquilo que lhes era proposto, parecia-lhes que seria mais prudente que não houvesse uma vinculação de voto, das diferentes bancadas, e que a proposta fosse retirada e que ali fosse na próxima reunião da Câmara, já com o parecer dos serviços, eventualmente, um parecer, uma interpretação jurídica que pudesse ser diferente daquela que era a sua.

O Município tinha um departamento jurídico que acreditava que no espaço de 15 dias, que era o espaço que decorria até à próxima reunião, não sabia se eram duas ou três semanas, que lhes poderia efetivamente apresentar essa salvaguarda, que era uma salvaguarda de todos, porque a responsabilidade das decisões que eram ali tomadas era uma responsabilidade também de todos e, portanto, se tivessem essa salvaguarda tinham um sentido de voto, se não tivessem essa salvaguarda, e o senhor Presidente colocasse a proposta a votação teriam outro sentido de voto.

Mas, independentemente disso, e uma vez que o senhor Vereador Pedro Pina também questionou qualquer eram as considerações que queriam tecer sobre o protocolo em si, também, as podia rapidamente elencar.

Em primeiro lugar, era uma questão que tinha a ver com a futura utilização e o futuro projeto que, naquele momento, ainda, não existia e que se queria dar à totalidade daquele espaço. Era necessário avaliar se o protocolo, que era assinado por 10 anos, não poderia prejudicar de alguma maneira o projeto que se pretendia implementar, dada a sua utilização, era uma questão que colocava - não tinha resposta para ela, senão também não a colocaria ali - se não constituía nenhuma forma de impedimento. Comentou que aquele protocolo assinado por 10 anos, era um protocolo que vinculava o Município por dois mandatos e meio, e a eles parecia-lhes que era um período excessivo.

Era um período excessivo porque era um projeto que se ia implementar, cujo sucesso, naquela fase, ainda se desconhecia, e, portanto, parecia-lhes que seria mais prudente terem um acordo feito por um período mais curto.

Naturalmente com a prerrogativa de depois se poder prolongar no tempo, tal como era usual naquele tipo de protocolos e de situações. Não vincular o Município no imediato por um período de 10 anos, porque quer em mandatos futuros, quer, até mesmo, no decorrer daquele mandato, podia ser entendimento que as coisas não resultariam e que seria mais proveitoso,

quer para a Câmara Municipal, quer para as outras instituições do concelho que aquele protocolo não se prorrogasse e que pudesse haver outra utilização, eventualmente, por outra entidade, por outro clube do concelho que tivesse algum outro projeto que, também, fosse relevante, que fosse, efetivamente, possível de ter outra utilização por algum outro clube.

Colocadas aquelas questões, eram questões que tanto colocariam naquele dia como colocariam na próxima reunião da Câmara, se o senhor Presidente tivesse um entendimento, como eles tinham, que aquela proposta não reunia as condições para ser votada.

Posto isso, o sentido de voto deles iria depender daquilo que fosse o suporte de parecer jurídico que pudessem ter.

Naquele momento, entendiam que não existiam condições, que o Município não estava autorizado pelo locador a proceder àquele tipo de protocolo, porque o contrato não permitia, por qualquer forma ou título, a utilização total ou parcial do imóvel por terceiros sem o prévio consentimento e, portanto, entendiam que, naquele momento, esse consentimento não existia e não existindo não existiam condições para o Município assumir essa responsabilidade e, portanto, o sentido de voto que tinham era um, e era contra.

Se a proposta fosse retirada e fosse-lhes apresentada com uma sustentação jurídica que lhes demonstrasse que a leitura que tinham do contrato de locação financeira era uma leitura errada, não tinham problema nenhum em assumir que fizeram uma leitura errada e em votar de acordo com aquilo que entendiam na preparação daquela reunião na análise da proposta que deveria ser o sentido de voto deles, outro do que teriam naquele dia, caso o senhor Presidente quisesse levar a proposta a votação.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que às questões concretas, em 1.º lugar, gostaria de sugerir que mantivessem a proposta.

Falavam, como disse o senhor Vereador Fernando Negrão e muito bem, e sem prejuízo de querer aclarar objetivamente, para que a Câmara também se sentisse confortável, tratava-se de um espaço onde a atividade já se realizava, falavam de um campo de futebol, não falavam de outra coisa qualquer.

Relativamente às questões, achava que devia ser compreensível que para um projeto - e ficava muito feliz por isso -, em segundo lugar, que um clube como o Comércio e Indústria quisesse estruturar o seu projeto desportivo a médio prazo.

Era normal, e ficava muito satisfeito que, a par de outros projetos desportivos, que também iam tendo na cidade, que conseguissem projetar atividade a longo prazo, porque o grande problema que tinham era quando ela não era projetada a longo prazo, e conheciam bem as dificuldades que existiam quando projetos de várias naturezas, eram projetados para “*o aqui e o agora*” e, portanto, a parceria estabelecida entre o Comércio e Indústria, também, decorria exatamente daquelas características, sobretudo com quem era a entidade parceira.

Nada invalidava que por uma razão qualquer das partes, e como o senhor Vereador tinha conhecimento, a entidade que era presentemente parceria com o Comércio e Indústria, já tinha sido entidade parceira do Sonho 21, e romperam o contrato, porque as partes não se entenderam, e, portanto, nada invalidava que, se as coisas não corressem bem, que uma das partes dissesse que aquilo não corria bem e, portanto, ia cada um para seu lado. Portanto, a sua preocupação estava salvaguardada.

Segundo aspeto, achava que era bom que existissem projetos que eram perspetivados a longo prazo, porque isso dava segurança e achava que todos ficavam satisfeitos, quer fosse no futebol, andebol, voleibol, na vela, fosse em qualquer modalidade, que os projetos fossem pensados, independentemente das responsabilidades, ou dos mandatos. Aliás, matéria que se discutia muito em outros espaços, muitas vezes na Assembleia da República, a dificuldade de estarem a pensar projetos só para a legislatura e que, depois, isso tinha implicações que nada beneficiavam essa conceção da atividade.

Portanto, achava que sobre essa matéria não deveria haver dúvidas, pelo menos da parte deles não havia dúvidas, e achava que era bom que houvesse projetos pensados a longo prazo, independentemente dos mandatos em se concretizavam, ou a duração pelos mandatos em que acabavam por ter essa implicação, sendo que, estava salvaguardado se

uma das partes quisesse ou não quisesse continuar o projeto, haver entendimento para cada um seguir o seu caminho, coisa que era perfeitamente possível de acontecer, como o exemplo que tinha acabado de dar.

Sr. Presidente – Disse que independentemente daquela questão, já tinha dito que não ia haver assinatura daqueles contratos, sem haver uma pronúncia da entidade que tinha aquela responsabilidade nos termos do contrato.

Relativamente à segunda questão, não faziam nada de novo, apenas estavam, como se dizia, a titular o uso daquelas situações. O campo de futebol, era gerido pela Câmara Municipal, desde à 4 ou 5 anos sem problema nenhum, naturalmente que a Câmara Municipal geria aquilo colocando lá entidades a fazer a atividade desportiva, nunca houve nenhum problema desses.

Relativamente ao outro que aprovaram há pouco, era um arrendamento, porque se tratava de titular. Foi essa entidade, o Sonho 21, que construiu aquelas instalações naquele espaço, em tempo anterior à Câmara Municipal adquirir aquele equipamento.

Portanto, não lhe parecia que isso fosse tão grave, como as questões que eram levantadas, e que achava terem pertinência, não punha isso em causa, mas o que procurava justificar, era que valia a pena aprovarem aquelas propostas com a garantia de que não havia assinatura daqueles contratos, enquanto não houvesse a pronúncia da entidade competente para fazer essa autorização, fazer titular o uso daqueles espaços achava que era o mínimo que se podia fazer, de garantia, de relação entre as entidades e, no caso, algumas seriam entidades, associações de interesse público, eram de interesse, naturalmente, da comunidade.

Já tinham votado a anterior, propôs que votassem aquela e ficava o compromisso de que não haveria assinatura dos contratos sem haver uma pronúncia da entidade que tinha a competência de fazer isso. Da forma como era levantado o problema podia parecer que aquilo era qualquer coisa de extraordinário, mas não era. O campo de futebol já existia ali, era gerido pela Câmara Municipal, e, portanto, a ocupação do espaço era de acordo com aquilo que a Câmara Municipal disponibilizava há vários anos e, relativamente à outra instalação, até foi a própria entidade que construiu aquela instalação naquele espaço que, era um espaço que quando a Câmara Municipal o adquiriu já era utilizado. Eram dois espaços que ficavam na periferia do bloco central, que seria destinado, como se podia ver nas plantas, para o efeito que referiu, portanto, não tinham nenhuma condicionante relativamente ao objeto central daquilo que ali estava. Portanto, era uma ocupação de um espaço por entidades associativas de interesse para a comunidade. Era isso que estava ali em causa.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que todos cometiam erros e muitas vezes erros bem-intencionados. Pensava ser evidente, pela discussão daquela proposta, que não havia, por parte do executivo, um conhecimento daquilo que era o clausulado do contrato de locação financeira, enfim, conhecimento havia porque ele foi ali votado no mandato passado, mas ficou, naturalmente, claro na memória o clausulado do contrato de locação financeira que tinha sido assinado entre o Município e a locadora. Cometerem erros de boa-fé, por desconhecimento, por falta de memória, ainda podiam perceber, insistirem num erro quando era evidente, pela questão que já tinha sido levantada, pelo clausulado do contrato de locação financeira que o Município não podia, sem prévio consentimento do locador, sob qualquer forma ou título, permitir a utilização total ou parcial do imóvel por terceiros, parecia-lhe que era persistir num erro, e persistir no erro era pouco avisado, e, por isso mesmo, como existia a abertura, que lhe parecia correta por parte do senhor Presidente, para que os contratos não fossem assinados sem que houvesse aquela autorização, era mais avisado, no cumprimento daquilo que era o contrato, que tinha sido assinado pelo Município com o locador, que a proposta só fosse votada após terem essa autorização, porque senão aquilo que ia acontecer é que estavam ali a decidir, que era uma decisão inconsequente, independentemente daquilo que fossem os sentidos de voto. Era uma decisão inconsequente, se o locador não autorizar os serviços, nunca teriam as condições que o senhor Presidente afirmava serem condições

necessárias para que pudessem dar seguimento àquilo que ali fosse deliberado, portanto, era uma deliberação que valia zero, na verdade.

E era muito mais consequente e mais produtivo, até para todas as partes, que os outros envolvidos naquele protocolo, tivessem a garantia de que aquilo que fosse aprovado naquela reunião de Câmara, que era efetivamente consequente, e que podia ter aplicação prática, porque senão continuavam no âmbito da criação de expectativas, quer no incumprimento contratual, quer na criação de expectativas.

Tendo, naquele momento, o conhecimento daquilo que constava no contrato, contrato esse que estava disponível no Portal BASE, para quem o quisesse consultar, era público, tendo conhecimento daquilo que era o clausulado do contrato, o senhor Vereador Pedro Pina entendia que era uma questão de interpretação...

(Vozes de fundo)

Sr. Vereador Joel Marques – Disse entender que não. Não estando reunidas as condições para que se cumprisse o contrato que tinha sido assinado por aquele Município, entendiam que não havia condições para a proposta ser votada, se a proposta fosse votada votariam contra.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que após ouvir o senhor Vereador Joel Marques, achava que ele não tinha ouvido com toda a atenção a intervenção do Presidente. O Presidente deixou ali uma garantia, e a garantia era que não assinaria nenhum documento, nenhum protocolo, nenhum subarrendamento se se verificasse que de facto o contrato originário não permitia que se fizesse isso, ou que o proprietário contactado não deixasse que se realizasse aqueles protocolos e aqueles subarrendamentos.

Portanto, obviamente, tinham de ter confiança no Presidente da Câmara, e dar como boa aquela garantia dada ali em plena reunião da Câmara. E, por isso, iam votar, e iam votar descansados.

Sr. Presidente – Disse que a não ser assim, ou seja, que a entidade competente, por qualquer razão dissesse que a Câmara Municipal não podia fazer isso, isso seria um contrassenso, *“porque é que a Câmara Municipal foi fazer aquele contrato para adquirir aquilo, para daqui a 10 anos poder lá fazer alguma coisa?”*, isso era um contrassenso, isso não fazia sentido nenhum.

Outra coisa era aquilo que o senhor Vereador colocou, que era saber se respeitou o artigo *“não sei quantos”* do contrato. Isso era outra coisa, até agradeciam terem levantado a questão. Outra coisa era não darem andamento a um processo, que se houvesse algum problema, naquele quadro em que discutiam, naturalmente, que a Câmara Municipal teria também de considerar os termos em que aquele contrato tinha sido feito e do uso que a Câmara Municipal queria dar àquele espaço.

Portanto, sobre isso, que não houvesse dúvida nenhuma. Se a Câmara Municipal adquiriu um espaço com um objetivo determinado desde a primeira hora, quem fez um contrato com a Câmara sabia exatamente quais eram os objetivos, e agora a Câmara Municipal enquanto não terminar o contrato, ou seja, enquanto não for dono do espaço não podia lá executar... isso não fazia sentido nenhum. Por outro lado, era pôr em causa atividades que já lá existiam antes da Câmara Municipal ter adquirido aquele espaço. Isso não fazia sentido nenhum.

Repetiu, ficava a sua garantia de que, enquanto Presidente da Câmara, não haveria assinatura de nenhum contrato enquanto os serviços não tivessem resposta relativamente à questão que se impunha nos termos do que estava escrito no contrato. Todos sabiam, também, que isso era um contrato tipo, e sabiam que os contratos tipo eram assim. Aliás, uma locadora que fizesse um contrato que não fosse nesses termos, naturalmente, que não estaria a prestar um bom serviço, era a sua opinião.

Pensava que tinha ficado clarificado.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que sem desprestígio algum para o protocolo que lhes era apresentado, para além da intervenção feita pelo Vereador Joel Marques, quis referir alguns aspetos que antecederam a presente proposta, mais que não fosse para que tudo o que aconteceu não voltasse a acontecer.

No início de agosto foram contactados por um grupo de pais dos meninos que praticavam futebol no Sonho 21, nos equipamentos desportivos ali em discussão, naquela proposta. Aqueles pais e aquelas crianças sentiram tudo menos alegria e festa. Estavam emocionalmente instáveis, bem como sem acesso à informação que esclarecesse o futuro formativo e desportivo dos seus filhos.

Tinham ausência de informação sobre o destino do clube, na modalidade de futebol, tiveram custos com “kits” desportivos, fizeram inscrições, os pais na procura de esclarecimentos sobre a situação do clube, e do que haveriam de fazer tiveram acesso a SMS trocados, entre diretores de departamento da Câmara Municipal e dirigentes de clubes desportivos, que inclusive lhes disponibilizaram, e não ia referir o conteúdo.

Resumindo, muitos sabiam o que se passava, mas pais e crianças foram os últimos a saber. Inicialmente diziam que o Sonho 21 fazia as inscrições, depois era o Comércio, numa transição automática, depois passou a existir seleção ou captação, resumindo, no início de setembro pais e filhos procuravam alternativas, e algumas daquelas crianças, à conta de todo aquele processo ficaram sem clube onde praticar a sua atividade desportiva.

A Câmara poderia afirmar que nada tinha a ver com a entidade privada, que era autónoma nas decisões que tomava, não sabiam efetivamente quem eram os culpados, mas os canais de comunicação podiam ter sido todos feitos de outra forma, para não afetar a confiança, as aspirações e os sonhos daquelas crianças e das suas famílias.

Constatava diariamente que o futebol era muito mais que vencer jogos, ganhar troféus, eram laços de amizade que se construíam, o conhecimento da cultura desportiva e a transmissão de princípios básicos, como o rigor, a disciplina, o respeito, a humildade. Não foi nada disso que tinha sido transmitido àquelas crianças e aos seus pais e, certamente, que alguém lhes devia um pedido de desculpas.

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse agradecer aquela intervenção da Vereadora Patrícia Paz, mas não podia deixar de dizer que havia ali qualquer coisa de estranho. O Partido Socialista questionou aquela intervenção por razões de ordem formal. Estavam há mais de meia hora a discutir questões de ordem formal, e agora, quando iam passar à votação, saía uma carta que levantava um conjunto de questões que até ao momento eram omissas da discussão. Pediu desculpa, mas aquilo não lhe parecia uma forma séria de discutir a questão. Não questionava a legitimidade do que lhes disse, é que se de facto esses argumentos eram argumentos que eventualmente até poderiam ser considerados na apreciação da proposta, pensava ser de alguma forma transparente dizer que para além de questões de ordem formal, tinham aquelas reservas e, portanto, gostariam de perceber o que a Câmara sabia daquilo. Parecia-lhe que teria sido correto e, de uma forma transparente, para que todos percebessem.

A segunda questão, era absolutamente sensível, até como a senhora Vereadora deveria calcular recebiam várias informações. Não sabia se acompanhava, se calhar até acompanhava por questões familiares, não sabia, mas eram centenas de crianças que todos os anos, de todos os clubes, tinham a situação de perder o seu vínculo ao clube, porque passavam de clubes para outros, o que de facto criava situações muito complicadas, e, portanto, aquela situação não era uma situação exclusiva que acontece ou que aconteceu, e não beliscava e, achava muito bem, que um pai que tinha o seu filho inscrito num clube, ou numa atividade, mas eram questões que, efetivamente, os ultrapassavam porque, como devia calcular, as entidades tiveram que alugar, e eles apenas mediarão o processo para uma questão que eram diretamente interessados, que era o espaço em si, isso podia ser no IMAPARK, mas podia ser num outro campo qualquer, onde houvesse condições para a Câmara Municipal estabelecer o protocolo, era bom que se percebesse isso.

Não querendo frisar nomes de clubes, que até lhe poderia dar à “posteriori” da reunião, situações exatamente análogas e que não tinham nada a ver com o protocolo, tinham a ver com regras do futebol. E, como deveria calcular, nem o senhor Presidente, era Presidente da Federação Portuguesa de Futebol, nem ele era, tão pouco, Presidente da Associação de Futebol de Setúbal, as regras que, entretanto, tinham sido regulamentadas, nomeadamente, da saída de jogadores de escalões para outros escalões, que aconteciam todos os anos no futebol, etc., etc., etc.

Não lhe parecia, uma discussão que estavam ali a ter há mais de 40 minutos, e pediu permissão para brincar com a situação, em que o Vereador Joel estava, porque era essa a opinião que tinha, e tinha na legitimidade de insistir com uma perspetiva que tinha, e a seguir quando fecharam a discussão sobre aquela matéria, independentemente dos pontos de vista a senhora dizia: “mas afinal até havia ali outros assuntos”. E, se calhar, esses assuntos deviam ser esclarecidos, e disse terem conhecimento desses emails.

(Vozes de fundo)

Sr. Vereador Pedro Pina – Disse que se a senhora Vereadora estava tão preocupada, e acreditava que estava, já podia, inclusive, dentro daquilo que eram as normais e cordiais normas, como tinha acontecido no passado, o Partido Socialista já podia ter dirigido um email ao gabinete do Vereador ou do Presidente, tentando perceber ou decifrar o que se passava, como várias vezes tinham recebido, ao longo daquele mandato, da parte do Partido Social Democrata, da parte do Partido Socialista, tentando perceber e dizer: “*tivemos esta informação, os senhores têm conhecimento? Podem-nos esclarecer?*”, essa situação nunca foi feita.

Portanto, era agora que perceberam, que pelos vistos, pela parte do Partido Socialista, havia ali outra matéria, que nada tinha a ver com a legalidade, mas que preocupava o Partido Socialista.

Da parte da Câmara Municipal, a Câmara Municipal preocupava-se fundamentalmente em ajudar o desenvolvimento da prática desportiva: “*e já agora uma palavra que é a cara, aquilo que também me parece que a senhora Vereadora aqui colocou, que é a democratização do acesso à prática desportiva*”, fosse em que clube fosse e fosse em que modalidade fosse, e podia-lhe garantir serem parte ativa, sobretudo em garantir que muitos atletas que não tinham condições financeiras, ajudando diretamente os clubes, mantinham a sua atividade, podia dar vários exemplos.

Todos os anos, falando de uma modalidade completamente diferente, por circunstâncias de mudar treinadores de um clube para outro de uma modalidade, havia dezenas de atletas que saíam dos clubes e que se inscreviam noutros clubes, e havia outras que ficavam desamparados porque o treinador, entretanto, saiu, e gostava de ter essa prática desportiva nesse clube, e que não se identificava com o treinador, e podia dar “n” exemplos sobre aquilo. Portanto, era bom que tivessem a informação toda para perceber, agora, essa era uma situação que os clubes, a entidade promotora da atividade, que anteriormente, como o senhor Presidente já tinha tido oportunidade de referir, no diálogo estreito com as novas entidades que iam dinamizar, nomeadamente, União Futebol, Comércio e Indústria, e aquilo que era a sua perspetiva do trabalho, como acontecia um pouco por todo o país, e também acontecia nas práticas desportivas do nosso concelho.

Sra. Vereadora Patrícia Paz – Disse que para terminar, aquela intervenção nada ia alterar o sentido de voto deles, até porque o que alterou o sentido de voto deles foi aquela questão legal.

Disse que aquilo nada tinha a ver com uma transferência de jogadores, tinha a ver com falta de transparência na gestão do processo, que deixou muitos jovens com a sua atividade desportiva comprometida. E isso era o que os devia mover a todos, que aquelas situações não acontecessem futuramente.

Sr. Presidente – Disse que lamentava aquelas situações, mas conhecendo o projeto do Comércio e Indústria o que estava ali em causa, se calhar, era uma oportunidade de dar maiores garantias a essas crianças de terem uma solução.

Submetida a votação, a proposta foi aprovada, por maioria e em minuta, com 7 votos a favor, 5 da CDU e 2 do PPD/PSD, e 4 votos contra do PS.

O senhor Vereador Joel Marques fez a seguinte declaração de voto:

“O Partido Socialista votou contra esta proposta, exclusivamente, pelo facto de esta proposta ter na sua génese aquilo que nós entendemos que é um incumprimento contratual, do contrato de leasing imobiliário, portanto, locação financeira, que foi feito para este edifício. O Partido Socialista estava, naturalmente, inteiramente disponível para viabilizar esta proposta, não fosse esta questão, porque não podemos conscientemente compactuar com aquilo que é incumprimento contratual”.

22. Deliberação n.º 981/2023 – Proposta n.º 261/2023 – DURB/DIGU – Indeferimento do pedido de licença para alteração às especificidades do alvará de loteamento – Processo n.º 597/88

Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 59.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que para compensar um pouco o longo tempo que tinham levado a discutir o ponto anterior, sugeriu, uma vez que estava convicto que a opinião seria coincidente, não havia ali propostas particularmente complexas, que do ponto 22 ao ponto 26 fossem votados em bloco.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que não tinham nada a opor.

Submetidas a votação, as propostas de deliberação 981/2023 a 985/2023 foram aprovadas, por unanimidade e em minuta.

23. Deliberação n.º 982/2023 – Proposta n.º 262/2023 – DURB/DIGU – Aprovação do projeto de arquitetura para construção de edifício destinado ao uso de restauração e bebidas sob a insígnia MC DONALDS – Processo n.º 455/22

A proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 60, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 22).

24. Deliberação n.º 983/2023 – Proposta n.º 263/2023 – DURB/GAPRU – Concessão da licença de construção de alteração e ampliação de edifício habitacional – Processo n.º 351/21

A proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 61, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 22).

25. Deliberação n.º 984/2023 – Proposta n.º 264/2023 – DURB/GAPRU – Informação Prévia Favorável Condicionada sobre viabilidade de demolição

do existente e construção de edifícios de habitação coletiva – Processo n.º 20/23

A proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 62, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 22).

26. Deliberação n.º 985/2023 – Proposta n.º 265/2023 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – Carrinho para venda de castanhas – Processo n.º 139/19

A proposta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 63 e 64, foi aprovada, por unanimidade e em minuta (ver ponto 22).

27. Deliberação n.º 986/2023 – Proposta n.º 06/2023 – GAVPS – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) do ano 2023

O Sr. Vereador Joel Marques apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 65.

Sr. Vereador Joel Marques – Aquela proposta, na verdade, já ali foi apresentada em maio, era exatamente a proposta que trouxeram em maio do corrente ano. Era uma proposta que mantinha aquilo que eram as majorações e minorações no âmbito do IMI, e que estavam naquele momento em vigor, e que vinham já de alguns anos àquela parte, mas que propunha uma fixação do valor do IMI para os prédios urbanos em 0,37%, mantendo para os prédios rústicos os 6,8%.

(Vozes de fundo)

Sr. Presidente – Disse que se não houvesse inconveniente, podiam fazer a discussão das duas propostas. A proposta de deliberação 986/2023, sobre o IMI, e a proposta de deliberação 987/2023, que era sobre o IRS.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que não se opunham a que a discussão das propostas pudesse ser feita em simultâneo, pensava que os argumentos que de parte a parte seriam aduzidos seriam muito semelhantes.

A proposta foi rejeitada, por maioria, com 4 votos a favor, do PS, 5 votos contra, da CDU, e 2 abstenções, do PPD/PSD

28. Deliberação n.º 987/2023 – Proposta n.º 07/2023 – GAVPS – Participação Variável de IRS para o ano 2023

O Sr. Vereador Joel Marques apresentou a proposta, conforme documento anexo registado sob o n.º 66.

Sr. Presidente – Disse que sobre aquelas propostas, no seguimento daquilo que o senhor Vereador Joel Marques acabou de dizer, já tinham sido apresentadas em maio, sendo rejeitadas, e, portanto, aquilo parecia aquela história da fixação das pessoas que eram fixas em determinados objetivos, independentemente daquilo que estivesse em causa, ou das consequências do que estava em causa.

Era uma maneira de se envolver na política que era bastante “sui generis”, mas que também se assemelhava muito à ideia de facilitismo, que consistia em votar a favor ou contra impostos. Reduzir os impostos era uma prioridade diária, mas o que era estranho era que a maioria absoluta resistia a aumentar os salários e diminuir os impostos a nível do governo central. Mas ia à Câmara Municipal de Setúbal pressionar, asfixiar financeiramente a Câmara Municipal para não corresponder às expectativas dos investimentos que a Câmara Municipal se comprometeu para o desenvolvimento do concelho, para garantir a qualidade de vida das populações, e ser um território atrativo para os visitantes, no sentido da dinamização da atividade económica do concelho, e que naturalmente, criava emprego e desenvolvia o território.

Em maio, quando o Partido Socialista apresentou aquela proposta, foi dito, de forma responsável, pelos senhores vereadores do PSD que, quando tivessem acesso às informações relativas ao próximo orçamento de 2024, que será apresentado na segunda metade do mês de outubro, para, dessa forma, poderem avaliar os compromissos financeiros em questão, a evolução da receita do município e, assim, decidir se haveria condições ou não para reduzir os impostos, o Partido Socialista preferiria voltar a se antecipar.

Era nesse sentido que dizia ser uma fixação, e, portanto, aquela ideia ponderada de verificar a situação financeira da Câmara Municipal permitia que se baixassem os impostos.

Ninguém gostava de pagar aquilo que fosse e muito menos impostos, aliás, achava que todos eram contra o pagamento de impostos, mas também todos eram responsáveis, ou pelo menos a esmagadora maioria era responsável, no sentido de perceber que sem impostos, não havia resposta social, não havia qualidade de vida, não havia investimento, não havia educação, não havia saúde, não havia habitação, sabiam isso, mas, naturalmente, ninguém gostava de pagar.

O que se passava, e todos sabiam, achava que a esmagadora maioria do povo português apelava ao atual governo para baixar os impostos e para aumentar os salários, e sabiam qual era a resposta, era dada diariamente, era que não havia condições para elevar os salários e para baixar os impostos, não havia condições, ou então em algumas medidas que, entretanto, já tinham sido anunciadas elas eram minimalistas. E, todos sabiam terem um Estado em que, de facto, o que existia era uma evolução positiva dos resultados da economia, ou seja, das receitas do Estado, era caso para dizer terem um Estado rico, mas tinham uma população que trabalhava cada vez mais pobre. Era o país onde viviam.

E, o que era estranho era que os Vereadores do Partido Socialista, na Câmara de Setúbal, num quadro daqueles, iam ali, sem qualquer pejo, já por duas vezes, insistentemente, dizer: “*baixar os impostos*”, independentemente da situação financeira da Câmara Municipal.

Teve oportunidade de se referir ao esforço financeiro que a Câmara Municipal fazia, e tinha de continuar a fazer, para garantir escola para todas as crianças que vinham para o nosso Município, os que eram dali, e aqueles que vinham, era uma obrigação social, e era uma obrigação também humanista que tinham de manter. Falou do esforço financeiro que a Câmara Municipal fazia, dos compromissos que tinha, e, porque é que os tinha com a área da saúde.

Falou daquilo que era o esforço que faziam por imposição da transferência das escolas do 2.º, 3.º ciclo e do Secundário, para a autarquia, naquele caso para a Câmara Municipal de Setúbal, com essa transferência de responsabilidades, que teve lugar no dia 1 de abril de 2022, até junho de 2023, na avaliação que fizeram dos custos que isso tem tido para o município, já iam em 3 milhões de euros, iriam ver quando chegassem ao dia 31 de dezembro de 2023, qual seria o valor que saia do Orçamento de Estado para manterem as escolas, que o Estado manteve ao longo de anos sem condições de financiamento, e que transferia nessas mesmas condições, e que, portanto, eram ónus substanciais para a Câmara Municipal de Setúbal. Era disso que falavam.

Ainda não falaram ali do grande investimento que a Câmara Municipal, num compromisso que queriam atingir, no que dizia respeito à área da habitação. Falavam para quem às vezes pudesse estar um pouco distraído, falavam de habitação, que eram os chamados bairros sociais, que eram atualmente habitação municipal, assumidos pela antiga gestão do Partido

Socialista, transferida do Estado, e que a Câmara Municipal de Setúbal, no tempo da gestão do Partido Socialista, aceitou aqueles bairros todos. Nem sequer sabiam quem vivia naqueles fogos.

Quando chegaram à Câmara em 2002, o que verificaram era que aqueles bairros estavam transformados em guetos. Ainda presentemente sabiam qual era a imagem do Bairro da Bela Vista, em Setúbal. E, ainda, presentemente muitos telejornais eram abertos a falar da Bela Vista, sendo que acontecia na Bela Vista como acontecia em qualquer outra cidade do país, situações que eram, infelizmente, normais, ou que aconteciam em todo o lado. Sabiam presentemente como eram os bairros da Bela Vista, eram, naturalmente, habitações degradadas, profundamente degradadas, mas onde viviam pessoas que presentemente tinham uma atividade, e uma organização participativa na sociedade Setubalense. Com todas essas dificuldades, essas pessoas viviam lá.

Atualmente qualquer pessoa podia atravessar aqueles bairros e conviver nas organizações que ali estavam montadas, como era o caso do “Nosso Bairro, Nossa Cidade”. Uma participação efetiva popular, onde eles decidiam, em conjunto, naturalmente, com os técnicos da Câmara Municipal que lá estavam, com as organizações que intervinham naquele bairro, no sentido de dar um rumo à sua vida, no sentido de serem parte integrada na sociedade setubalense.

Era esse o esforço que faziam, mas isso significava que a Câmara Municipal tinha na sua estratégia municipal de habitação um investimento previsto, em 2019, na ordem dos 200 milhões de euros. Naturalmente, que em 2022, 2023, 2024 e 2025, e até 2026, que era quando terminava o PRR, e por isso é que faziam todo aquele esforço para atingir esse objetivo, mas naqueles prazos de tempo, tinham consciência disso, seria muito difícil.

Mas aquilo que faziam era, naquele momento, com um esforço enorme, também dos nossos técnicos que acompanhavam toda aquela alteração da requalificação daqueles bairros, adjudicaram, a Câmara Municipal já tinha decidido adjudicar obras no valor de 64 milhões de euros. E, diziam assim: “*mas o PRR é pago a 100%*”, era pago a 100%, mas ninguém dizia sobre o quê, era 100%, faltava esclarecer que os 100% era sobre valores de referência. Os valores de referência eram estabelecidos pelo governo.

Os valores de referência não tinham nada a ver com o real, com a sociedade real, com os custos da intervenção real e, portanto, a Câmara Municipal ia ter de suportar milhões de euros para aproveitar aqueles fundos comunitários, até onde puder, para requalificar bairros onde vivem pessoas. Fariam tudo o que estiver ao alcance para que essas pessoas vivessem em boas condições, porque se não aproveitassem aquela oportunidade, naturalmente, que isso teria custos maiores ainda para o orçamento da Câmara Municipal.

Era uma oportunidade que tinham e com um esforço financeiro enorme, porque quando se falava de financiamento a 100%, falavam de um determinado valor por m², que estava estabelecido pelo IHRU, pelo instituto, e pelo Ministério da Habitação, e pelo Governo, naturalmente e, portanto, eram valores de referência, quando chegavam à adjudicação, naturalmente que falavam de valores bastante diferentes daqueles que eram os tais valores de referência: “*o diferencial quem é que paga?*”, o Município de Setúbal.

O Partido Socialista sabia disso tudo, acompanhava isso tudo, aprovou ali, sabia dos compromissos que tinham relativamente às escolas, à saúde, à habitação, os compromissos que tinham e que iam, conforme as indicações do Governo, também avançar, e estavam a elaborar os projetos para a requalificação das escolas do 2.º, 3.º ciclo, e do secundário que lhes foram entregues no estado de degradação em que elas estavam.

Estavam a elaborar os projetos para se candidatarem, e sabiam também que os tais 100% eram valores de referência, e quem ia pagar o diferencial era a Câmara Municipal. O Partido Socialista sabia disso tudo, mas não tinha vergonha de ir ali apresentar, pela segunda vez, uma proposta daquelas.

Naturalmente, que aquela forma de estar na política, era uma forma própria, de alguns, mas não podiam deixar de denunciar aquela forma de estar na política. Se fosse outro qualquer partido, que não tivesse nenhuma responsabilidades governativas, alguém que não tivesse responsabilidade maior, agora, falavam de um partido que tinha sido eleito legitimamente,

mas que tinha uma maioria absoluta no Governo, e sabiam, como já tinha referido, a situação em que os portugueses viviam, os resultados dos impostos, da receita que o Estado tinha, e depois, aquele descaramento, de vir ali apresentar aquelas propostas, dali a 15 dias, 3 semanas no máximo, seriam disponibilizados os dados da situação financeira do Município, para poderem decidir.

Como o PSD disse em maio quando não aprovou aquela mesma proposta, e tinha dito: “quando chegar à altura de terem a informação sobre a situação financeira da Câmara, naturalmente, que avaliaremos e decidiremos sobre esta questão”, pensava que isso era uma posição responsável, ponderada, e por isso não poderia deixar de denunciar aquela outra forma de intervir, de fazer oposição, que ia no sentido claro de asfixiar a situação financeira da Câmara Municipal de Setúbal, para não poder corresponder àquilo que eram as justas aspirações das nossas populações.

Dito isso, naturalmente, que o voto deles era contra aquelas propostas, como não poderia deixar de ser, e consideravam-nas de uma grande irresponsabilidade, que não eram próprias de um partido que tinha as responsabilidades que o Partido Socialista tinha, ao nível nacional naquele momento.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que uma grande irresponsabilidade era empurrarem com a barriga para a frente, e entrarem no processo de construção orçamental, que acreditava que até já estivesse a decorrer, sem que houvesse uma previsibilidade daquilo que seriam as efetivas receitas fiscais do Município.

Em maio do corrente ano, na sequência da proposta que ali apresentaram, aliás, propostas de redução, quer do IMI para 0,37%, quer na participação variável no IRS para 3,7%, que já tinham sido ali aprovadas em junho do ano anterior, aprovação essa revertida no final do ano, e que eles naquele ano trouxeram novamente em maio, não tendo sido aprovadas, traziam naquele momento.

Na sequência dessa apresentação, em maio, tinha sido deliberado na Assembleia Municipal, que, sem prejuízo das propostas e avaliações de cada grupo municipal, se mandatasse a Comissão da Economia, Administração e Finanças para junto da Câmara Municipal proceder à avaliação do impacto da alteração dos valores do IMI, IMI Familiar e IMT, falavam de uma deliberação de dia 12 de maio, estavam a 4 de outubro, até ao momento, não tinham conhecimento de nenhuma diligência que tivesse sido efetuada pela Comissão de Economia Administração e Finanças, para junto da Câmara Municipal proceder àquela avaliação.

E, por outro lado, foi também deliberado, considerar o último trimestre daquele ano, como o período adequado para proceder ao processo de tomada de decisão, relativa às questões supramencionadas, e estavam efetivamente no último trimestre do ano.

Aquela questão do momento da apresentação da proposta, na verdade, era uma não questão, porque em 2021 a sua antecessora apresentou uma proposta de fixação de IMI de participação variável no IRS em fevereiro, portanto, em fevereiro sem ter ainda fechada a prestação de contas do ano de 2020, sem saber qual é que seria a evolução do nível da receita durante o ano de 2021, também sabia, tal como eles sabiam, que em 2022 não seria ela a gerir os destinos do Município, mas, apesar disso, não deixou de apresentar a proposta, não deixou de aprovar a proposta e o senhor Presidente também, enquanto Presidente da Assembleia Municipal também votou essa proposta, logo no início do ano, no 1.º trimestre, se a memória não lhe falhava.

Estavam no último trimestre do ano e, portanto, aquele era o momento, para responsabilmente, definirem quais é que eram as taxas, quer de IMI, quer de participação variável no IRS que iam apresentar aos munícipes do concelho de Setúbal. Até porque apesar daquela deliberação, tomada pela Assembleia Municipal e que foi uma deliberação praticamente unânime, teve apenas uma abstenção do Deputado Municipal do Bloco de Esquerda, mas não se poderiam esquecer que aquilo que a lei definia era que competia à Assembleia Municipal deliberar em matéria de exercício dos poderes tributários do município, mas deliberar sobre proposta da Câmara Municipal, e era isso que eles ali faziam. Não

lutavam contra moinhos de vento, não se escondiam, não empurravam com a barriga para a frente à espera que aparecesse uma qualquer solução.

Apresentavam uma proposta, que consideravam justa, séria, necessária, era uma proposta de redução de IMI e de participação variável no IRS, em linha com aquilo que foi o compromisso que assumiram com os setubalenses, em linha com aquilo que ali apresentaram em maio, em linha com aquilo que ali tinha sido aprovado e depois revertido no ano de 2022.

Portanto, as contas estavam feitas, tinham uma noção muito aproximada, para não dizer que era exata, daquilo que seria o impacto financeiro daquela redução, que naquele propunham, e sabiam que tal como todos os presentes naquela sala sabiam, a proposta que fosse deliberada em Assembleia Municipal, pese embora a possibilidade de a Assembleia Municipal poder fazer uma proposta de alteração, um dos mandatos em que tinha sido deputado municipal a bancada que integrava apresentou várias propostas de alteração, no que respeitava ao IMI, mas tinha que haver uma proposta, tinha que ser deliberada uma proposta e, entendiam que aquela proposta que ali traziam era uma proposta equilibrada, justa, e era a proposta que defendia os interesses das famílias setubalenses, da classe média setubalense, das nossas empresas. Também havia empresas que estavam sujeitas ao pagamento de IMI, porque eram proprietárias das suas instalações, e era isso que entendiam que deveria ser naquele dia definido, sem qualquer tipo de subterfúgio, sem que qualquer tipo de diversidade no discurso entre aquilo que era defendido ali, e aquilo que era defendido noutros fóruns, nomeadamente, a nível nacional, particularmente no que respeitava ao IRS. E, por isso, tendo que haver uma proposta, aquela era a proposta que apresentavam e que entendiam que se adequava àquilo que era a realidade do concelho.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse ser só para precisar o que estavam ali a falar, de reduções do IMI e do IRS, que todos os que tinham casa pagavam, e, portanto, todos tinham gosto em que a Câmara Municipal, naquilo que era a sua política fiscal, pudesse baixar os montantes de IMI e de IRS, que pagavam todos os anos.

Não queriam o contrário, queriam era que baixasse, não queriam que subisse. Mas tinham de olhar para a situação económica e financeira em que Portugal, a Europa e o mundo viviam e tinham uma política concertada e de alguma forma global, não no sentido do mundo, mas no sentido das políticas monetárias, das políticas de combate à inflação, daquilo que era a situação da habitação, da economia propriamente dita, e mais concretamente daquilo que era a situação da habitação, sendo que Portugal era o terceiro país da Europa onde nos últimos anos mais subiu o preço das casas.

A pergunta que faziam era como se resolvia o problema da habitação para os nossos jovens, já nem falava nos outros, mas falava nos nossos filhos e netos poderem ter casa para fazer a sua vida.

Portanto, viviam num momento particularmente difícil em Portugal, na Europa, e no mundo. Particularmente difícil, e para isso tinham de ter cuidado, e não se precipitarem.

O jornal económico organizou, no dia anterior, um seminário sobre finanças, contas públicas e a situação da economia no mundo, e convidou o professor Álvaro Santos Pereira, Diretor do Departamento de Economia da OCDE, e ele terminou a sua intervenção dizendo haver um risco bastante elevado de terem um “tsunami” de crises da dívida.

Depois, falou na persistência da inflação, na disrupção nos mercados alimentar e energético e no elevado nível da dívida mundial e, ainda, que a política monetária devia manter-se restritiva e a política fiscal devia preparar-se para futuras pressões de despesa.

Portanto, não era propriamente um cenário agradável, era um cenário que os devia preocupar a todos, e olhar para a frente e ver aquilo que podiam fazer hoje para prevenir os males que poderiam vir amanhã. E, por isso, o PSD ia fazer o mesmo que fez na outra vez, ou seja, não ia votar favoravelmente, naquele dia, as duas propostas apresentadas pelo PS, porque entendia que elas deveriam ser acompanhadas pelos restantes documentos relativos às contas da Câmara, para depois, de um ponto de vista global, poderem concluir, se baixar de novo o IMI e o IRS, seria uma resposta consentânea com os problemas que viviam no mundo atual.

Além disso, chamou à atenção dos senhores vereadores, que na Assembleia Municipal se chegou a um acordo no sentido de se criarem consensos relativamente às políticas fiscais, ou seja, concertar políticas fiscais, no âmbito da Assembleia Municipal, para que não acontecessem precipitações nas políticas fiscais e no dispêndio das receitas da Câmara Municipal e, por isso, tendo ficado isso acordado, perguntou ao PS, porque é que apresentou, naquele momento, e porque é que não apresentou na Assembleia Municipal para que se fizesse esse consenso nas políticas fiscais, conforme o próprio Partido Socialista acordou com os outros partidos, que tinha sido aprovado por unanimidade. Não tinha sido feito, tinha de ser feito, depois então o PSD decidiria qual a sua posição relativamente às descidas dos montantes do IMI e do IRS.
Era aquela a posição deles.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que, como já tinha tido oportunidade de explicar, que à Assembleia Municipal competia as competências que decorriam da Lei, não era ele que as definia. Decorriam do n.º 1 alínea c) do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, a Lei n.º 75/2013, que às Assembleias Municipais competia sob proposta da Câmara Municipal deliberar em matéria de exercício dos poderes Tributários do Município e, portanto, se não houvesse proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal não tinha objeto para deliberar. Não tinha, não podia, só o podia fazer sob proposta da Câmara Municipal, e essa proposta, no entender deles, era aquela que, naquele dia, traziam.

Disse que apesar daquela recomendação ter sido aprovada, não por unanimidade, mas por quase unanimidade, porque houve uma abstenção, o deputado Municipal do Bloco de Esquerda tinha-se absterido naquela votação. Apesar disso, parecia-lhes que, os acordos quando eram feitos, e os consensos quando existiam, e, naquele caso, estiveram disponíveis para acompanhar, tendo perfeita consciência que o caminho que devia ser trilhado era um caminho de descida dos impostos municipais.

Aliás, até ao final do ano anterior essa era também a posição do PSD, entretanto, houve uma alteração, mas era uma questão que o próprio PSD teria que responder e justificar junto dos munícipes setubalenses, não tinham, desde dia 12 de maio, quando aquela deliberação foi tomada até ao dia 4 de outubro, nenhuma diligência tomada pela Comissão de Economia, Administração e Finanças, comissão que ficou mandatada por aquela deliberação, que era uma recomendação, também, não foi tomada nenhuma diligência no sentido de proceder à avaliação do impacto da alteração dos valores do IMI, IMI Familiar, e IMT.

A avaliação do impacto dos valores do IMI, IMI Familiar e IMT passava por diversos fatores, que não decorriam necessariamente de terem as contas do ano fechadas, ou quase fechadas, até porque havia momentos distintos, de arrecadação de receita, uma das principais receitas do Município, por exemplo, que era o IMI, tinha três momentos distintos de arrecadação, o último dos quais em novembro e, tinha alguma dificuldade em conceber que estivessem a aguardar pela arrecadação da receita de novembro, já com um orçamento elaborado e aprovado, já com decisões tomadas no que dizia respeito à despesa, e que estivessem à espera de novembro para ver qual é que era a receita e decidir se poderiam ou não baixar impostos.

Aquele impacto das alterações dependia, em primeiro lugar, daquilo que era a definição de uma alteração, porque uma alteração de IMI podia ser passar de 0,40 para 0,395, ou podia ser passar para 0,3 ou podia ser passar para 0,37, que era a proposta deles, e cada um daqueles valores, tal como todos os outros no meio, tinham impactos que eram necessariamente diferentes, e tinham consequências do ponto de vista daquilo que era a arrecadação de receita e a capacidade de fazer despesa que também eram necessariamente diferentes.

Do mesmo modo que a alteração dos valores do IMI Familiar, a proposta do IMI Familiar não era deles, a proposta do IMI Familiar era do PSD, eles têm acompanhado porque entenderam que era uma medida que apesar de não ser a medida ideal para concretizar aquilo que se propôs concretizar, quando foi criada, era uma proposta que auxiliava, efetivamente, as

famílias que nela beneficiavam e eles têm acompanhado e não tinham nenhum tipo de complexo ideológico com isso.

Mas também as alterações que respeitavam ao IMT, ficaram ali deliberadas, e aí podiam, efetivamente, ter visões distintas, no que dizia respeito a eventuais alterações na arrecadação daquela componente de receita. Nada tinha ficado deliberado, porque aquela recomendação versava exclusivamente sobre Fiscalidade Incidente sobre a Habitação, nada tinha ficado deliberado sobre a participação variável no IRS.

Achava curioso que o PSD tivesse na Assembleia da República agendado um debate exclusivamente para discutir a redução no IRS, porque entendia que o IRS devia sofrer alterações significativas e, depois, em Setúbal, tivesse uma posição, que era diametralmente oposta, que era: *“bom a proposta não tem condições para ser votada favoravelmente, apesar de ser uma redução efetiva naquilo que é o encargo com IRS pago pelas famílias dos setubalenses, a proposta não tem condições para ser votada, nós temos que aguardar e esperar”*, eventualmente, estava à espera que fosse a proposta do executivo a vir para depois a validar, não sabia se era essa a intenção do PSD, ou não, porque do ponto de vista da ação, com toda a franqueza não viram outra.

Não viram, da parte do PSD, tirando o ano de 2021 em que inviabilizara uma proposta de redução de IMI apresentada pelo Partido Socialista, para a reunião seguinte apresentar uma proposta exatamente igual, tirando essa ação, não viram outra ação por parte do Partido Social Democrata, que não fosse a inviabilização sistemática, daquilo que era a redução da carga fiscal municipal que incidia sobre as famílias setubalenses, sobre a classe média setubalense, sobre aqueles que naquele concelho pagavam impostos.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que aproximadamente há uma semana, leu uma entrevista do Dr. João Soares, filho do Dr. Mário Soares, em que ele falava sobre a Europa, e a experiência dele na União Europeia, e disse uma coisa muito curiosa. Tinha sido deputado europeu durante vários anos, e disse que aprendeu uma coisa que foi uma lição para a sua vida, e que teve a ver com a disciplina da oratória. Dirigi-se ao senhor Vereador Joel Marques, disse que ainda era novo e um dia podia surgir a oportunidade de ser deputado europeu, garantiu-lhe que ia sofrer muito naquele parlamento, porque não lhe iam dar tempo, nem metade do tempo que usava, para poder falar e desenvolver os temas que depois ouviam um terço e cansados já não ouviam o resto.

Pediu desculpa por dizer aquilo, mas era de facto o que pensava relativamente àquilo que se passava com as suas intervenções.

Deixou duas notas, a primeira para dizer que, no âmbito da Assembleia Municipal, tinha ficado acordado entre todos os partidos, mesmo que fosse uma recomendação que, políticas fiscais, antes de serem apresentadas propostas, ou de as concretizar, deviam ser discutidas, acordadas e concertadas entre todas as forças políticas. Foi isso que tinha ficado deliberado na Assembleia Municipal.

Política nacional, segundo ponto, não a trouxe para ali propositadamente, mas o senhor Vereador Joel Marques teve a grandíssima lata - pediu desculpa pelo plebeísmo -, de trazer aquele tema para ali, quando o Partido Socialista os transformou a todos de escravos dos impostos, não para resolver os problemas do país.

Sabiam como estava a saúde, as escolas, a justiça, toda a administração pública. O país não funcionava e não dava resposta em três áreas, que achava fundamentais e repetiu, justiça, saúde e escolas, mas tinha excedentes, e passava a vida a falar nos excedentes, mas achava que não havia um único português que tivesse percebido para que eram aqueles excedentes.

(vozes de fundo)

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que não têm pago dívida nenhuma, os excedentes estavam todos no banco à ordem e ficava a pergunta: O que o Partido Socialista quer fazer

com os excedentes? Porque é que o Partido Socialista quer continuar a ter os portugueses como escravos dos impostos?

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que o senhor Vereador Fernando Negrão ou tinha sido enganado, quando lhe disseram que houve uma deliberação que versava sobre um eventual acordo, para definir tudo aquilo que era a carga fiscal, ou então, não se deu ao trabalho de ler a recomendação, a qual foi o próprio PSD a apresentar. Porque aquela recomendação versava exclusivamente sobre fiscalidade incidente sobre a habitação, não tinha uma palavra sobre o IRS, a participação variável no IRS, não tinha uma palavra. Nunca isso tinha sido discutido, e, portanto, ou o senhor Vereador Fernando Negrão não leu a recomendação que o próprio PSD apresentou, ou então, confiou na informação que lhe deram, que foi uma informação absolutamente errada. Mas a recomendação também estava disponível no site do município, nas deliberações da Assembleia Municipal, e o senhor Vereador facilmente poderia ter acesso e verificar aquilo que foi efetivamente votado, aprovado e discutido.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que aqueles truques eram muito conhecidos, dizer que tinha sido enganado, que não leu bem, como quem dizia: *“não trabalha, não faz nada”*, ficava-lhe mal, isso, essas acusações que fazia.

(Vozes de fundo)

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que tinha sido aprovado na Assembleia Municipal uma deliberação/recomendação, no sentido de que as políticas fiscais - não falou em IRS nem em IMI -, deviam ser discutidas por todos os partidos no sentido de consertar posições. Mais uma vez disse que escusava de repetir esses truques políticos, porque já não se usavam em lado nenhum, e, portanto, esperava que Setúbal também deixasse de ser usado.

Sra. Vice-Presidente – Perguntou ao senhor Vereador Joel Marques qual era a diferença de aprovarem naquele dia uma proposta sobre o IMI ou aprovarem dali a um mês, quando estivessem a construir o orçamento, qual é que era o efeito prático. A não ser o *“show off”*. *Qual é que era a diferença?* Não conseguia compreender.

Sr. Vereador Joel Marques – Disse que para eles era relevante a questão da previsibilidade, aliás, já tinham apresentado aquela proposta em maio, quando consideraram que ela deveria ser apresentada, que foi após a prestação de contas, mas questionava então, naturalmente, que teria que devolver a pergunta, à senhora Vice-Presidente, sobre o que foi a discussão e aprovação de uma proposta de pacote fiscal que englobava, quer o IMI, quer a participação variável no IRS, em fevereiro de 2021. Perguntou se tinha sido *“show off”*. Achava que era preciso todos serem coerentes, quer quem defendia a redução dos impostos, quer quem defendia que eles se deveriam manter tão altos quanto possível.

Sra. Vice-Presidente – Disse que, em 2021, as condições em que todos viviam eram substancialmente diferentes, inclusivamente as condições das autarquias, dos municípios e das pessoas. Não poderiam comparar coisas que não eram comparáveis. E aquilo que o senhor Vereador, mais uma vez estava a fazer, era uma falácia.

Sr. Presidente – Disse que só para ainda ficar mais claro aquilo que disse na primeira intervenção que fez, relativamente àquela proposta do Partido Socialista. O senhor Vereador Joel Marques apresentava propostas de alteração do IMI, em qualquer momento, caso fosse contra quem geria a Câmara Municipal de Setúbal. Independentemente da situação financeira da Câmara Municipal, isso não interessava, o que interessava ali era asfixiar a capacidade financeira da Câmara no sentido de quem tinha atualmente essa responsabilidade de gerir o Município de não ter condições, para poder fazer os investimentos que eram necessários

fazer. Aquela era a grande questão que ali estava, e, portanto, apresentava propostas em maio, em outubro ou noutra altura qualquer.

Era uma obsessão, era um caminho, era uma forma de estar na política, responsabilidade zero. Mas o que era interessante era aquela forma que o senhor Vereador Joel Marques colocava, tanto fazia fazer alterações ao IMI, ou ao IRS, na Câmara Municipal de Setúbal, como na Assembleia da República, era o mesmo.

Não era o mesmo por várias razões, porque na Assembleia da República as alterações que podiam ser feitas, ou que pudessem ser feitas, ao IRS e ao IMI tinham a ver com alterar, no caso do IRS, por exemplo, os escalões do IRS, e, portanto, beneficiar mais ou menos determinadas camadas, ou terminados rendimentos, como sabiam alargando escalões do IRS, naturalmente, que tinha determinados efeitos, reduzindo os escalões do IRS, naturalmente, que tinha outros efeitos e, portanto, baixar impostos, naquele caso baixar IRS, tinha determinados efeitos. O que se tratava, ao mesmo tempo, era que na Câmara Municipal, o que dizia é que era uma participação variável no IRS, mas esse valor da participação era sempre o mesmo, independentemente daquilo que o Governo ou a Assembleia da República decidia, relativamente a subir ou baixar o IRS nos escalões.

Eram níveis completamente diferentes e, portanto, falavam de matérias completamente diferentes e consequências completamente diferentes.

No que dizia respeito ao IMI o mesmo, porque se na Assembleia da República, o Governo tomasse a decisão de baixar o IMI, a percentagem que a Câmara Municipal tinha sobre o IMI era sempre a mesma. O que estavam ali a falar era de, mantendo o nível de impostos, asfixiar as finanças do Município. Porque o que falavam não era de baixar os impostos para os portugueses, em que eles também estavam incluídos. O que estava ali em causa era baixar os impostos em Setúbal, para asfixiar as finanças municipais em Setúbal. Era disso que estavam a falar. E eram diferenças substanciais e, estavam a favor de baixar os impostos da Assembleia da República, ou através da iniciativa governamental, estavam a favor. Por isso, é que havia ali diferenças, mas o senhor Vereador na intervenção que fez era tudo o mesmo, mas não era. Uma coisa dependia da maioria absoluta que estava no governo, e dos efeitos que essas alterações tinham sobre a população portuguesa, em que eles, setubalenses e azeitonenses se incluíam. Outra coisa era fazer só na Câmara Municipal de Setúbal, pondo em causa, e em risco, a situação financeira da Câmara Municipal. Era isso que estava em causa. Também não gostava de mais IMI, também gostava de pagar menos.

Mas a questão era que tinham de avaliar as contas, a situação financeira, para não voltarem àquilo que foi no passado, em que, quando chegaram à Câmara Municipal, depois de uma gestão do Partido Socialista, houve meses em que tinham dificuldade em pagar os salários dos trabalhadores.

Para o Partido Socialista, para aquele Partido Socialista, para aquela bancada do Partido Socialista: *“isto não tem interesse, o problema é nosso, tivemos o azar de os setubalenses e os azeitonenses nos darem a maioria”*, tiveram esse azar.

Tinham que ser sérios, era verdade, o senhor Vereador dizia *“temos que ser sérios”*, também na política, tinham de ser sérios, e quando concluíssem que os dados da arrecadação de receita, através dos impostos, ou de outras receitas que o Município tinha e tendo em conta aquilo que eram os investimentos necessários, que era importante fazer no município, e se chegassem à avaliação dessas contas que era possível baixar o IMI, o IRS e outros, naturalmente, que isso faria todo o sentido.

Como teve oportunidade de explicar, e que as contas o viriam demonstrar, depois nos números que os serviços iriam apresentar, a situação financeira da Câmara Municipal de Setúbal, estava num processo de grande complexidade, tendo em conta aqueles grandes compromissos e investimentos que a Câmara Municipal tinha de fazer. E, considerando as taxas de juro como estavam, isso só era possível fazer mediante empréstimos, não era possível fazer de outra maneira.

Aqueles investimentos, no caso, por exemplo, da habitação, ou no caso das escolas, daquelas escolas do 1.º ciclo, naturalmente que a Câmara Municipal não tinha capacidade financeira para assumir aqueles custos.

A questão que ali se colocava era de saber se mais valia baixar o IMI, e o IRS, naquele caso, a taxa do IMI e do IRS, ou mais valia não baixar e fazerem as escolas, continuar a contribuir para construir os Centros de Saúde e fazerem esse grande esforço na habitação, como referiu, naquele momento, estavam em obra já adjudicados 64 milhões de euros e, portanto, uma parte significativa daquilo ia ser assumida pela Câmara Municipal. Era isso que estava em causa, mas como o senhor Vereador Joel Marques preferiu apresentar aquela proposta em maio, abril, junho, novembro, era tudo o mesmo e, portanto, ficava bem claro, qual era o objetivo daquelas propostas. Era uma forma de populismo, que infelizmente, atravessavam na política, nesses países europeus, e não só, mas também em Portugal, e sabiam todos muito bem a que se referia. Infelizmente havia quem fizesse política assim.

O facilitismo, o *“para a frente”*, quanto pior melhor, porque quanto pior melhor, naturalmente, que era a forma de alguém assumir o poder, *“depois logo se vê, a seguir”*, também já conheciam os resultados desse tipo de políticas.

Era lamentável que o Partido Socialista, em Setúbal, seguisse aquela linha, e também, era importante denunciar essas situações, porque aquela forma de estar na política era condenável a todos os títulos.

A proposta foi rejeitada, por maioria, com 4 votos a favor, do PS, 5 votos contra, da CDU, e 2 abstenções, do PPD/PSD

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sr. Carlos Alberto – Disse que ia ali na sequência de uma reunião que teve na Assembleia Municipal no dia 30 de junho, para resolver a sua situação, portanto, não ia explicar muito qual era a sua situação. Era sem abrigo ali em Setúbal, era munícipe de Setúbal, votou em Setúbal e elegeu os senhores vereadores.

Estava na Cáritas, tinha um apartamento partilhado, e fez a sua solicitação de habitação social. Naquele caso o processo tinha sido metido no dia 5 de maio, e teve de esperar 2 anos porque não era residente oficial em Setúbal.

No dia anterior foi ao Edifício Sado perguntar quando lhe enviavam a carta com a famosa matriz porque lhe disseram que a carta era enviada para a Cáritas, ficou à espera. A funcionária foi indelicada, tinha-lhe dito que a Câmara não tinha nada de dar casas a ninguém, e que não era nada com ela, teve de fazer uma reclamação que ia ali dar ao senhor Presidente. Porque a carta constava no sistema, mas o senhor Vereador Carlos Rabaçal até ao presente dia não teve a dignidade de assinar a respetiva carta. A senhora funcionária tinha-lhe dito que o departamento estava para férias 2 meses. Pensava que todos estavam solidários com a manifestação que tinha sido feita no dia 30, tinha lá estado porque não tinha habitação. Era um cidadão português e não tinha habitação, e o mais grave era saber que havia pessoas nos bairros sociais afro, que subalugavam e destruíam as casas sociais da Câmara. Esperava não ter que ir buscar provas e ter que as apresentar na Polícia Judiciária. E, depois, quem pagava era o contribuinte, nomeadamente ele, que teve a infelicidade de ter ficado sem o seu negócio devido à pandemia, e que presentemente recebia RSI de 209 euros, o senhor devia viver com esses 209 euros e pagar 76 euros à Cáritas, para ter direito a ter um apartamento em comunhão com alguns menos exigentes daquele país.

Era isso que iria falar ao Bispo de Setúbal, porque era católico, era português, tinha 62 anos, descontava desde 1980, trabalhou na Quimigal, na altura que o senhor Fernando Negrão era juiz, ele sabia que apanhavam gases na Quimigal, e, portanto, não tinha de ser espoliado de um direito constitucional, que era o direito da habitação, e muito menos se podia congratular que o senhor não tivesse oportunidade de assinar os despachos das cartas para mandar para a Cáritas.

Disse que ficava ali a reclamação e ia entregá-la ao senhor Presidente. A partir daquele momento ia começar a ir a todas as reuniões, estava farto de política, deviam era resolver os problemas das pessoas.

Sr. Presidente – Disse que iam avaliar.

(Vozes de fundo)

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse não tinha um único papel na sua mesa para despachar. Despachava todos os dias tudo o que lhe chegava à mão, portanto, havia qualquer coisa mal contada no que tinha acabado de dizer, portanto, nem valia a pena discutir esse assunto, porque na sua mesa todos os dias saía todo o papel que chegava, portanto, essa conversa de que estava há 2 meses para despachar não existia.

(Vozes de fundo)

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que não o estava a chamar de mentiroso.

(Vozes de fundo)

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que não havia nenhum papel na sua mesa para despachar. Despachava todos os dias todos os papéis que chegavam à sua mesa, portanto, essa conversa com ele não dava.

(Vozes de fundo)

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Perguntou se o senhor o queria ouvir. Disse que em relação à questão das habitações que eram alugadas, subalugadas, disse que tinham muitas habitações. No caso do bairro da Bela Vista, metade das habitações eram privadas e havia umas pessoas que eram proprietárias das casas, e que tinham alugado as suas casas, portanto, estavam no mesmo bairro, mas não eram da Câmara. Se tivesse algum caso que conhecesse de alguém, inquilino da Câmara, que tivesse alugado, se lhe desse essa informação resolviam isso num instante.

(Vozes de fundo)

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que se tivesse essa informação que fizesse o favor de entregar essa informação e resolviam num instante.

(Vozes de fundo)

Sr. Presidente – Disse que o senhor Carlos tinha de deixar o senhor Vereador falar, havia regras ali.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que ali não era a feira, era uma reunião da Câmara. Portanto, em relação às duas coisas que tinha colocado, iam ver o processo, e tentar perceber o que ali estava, mas deixando as suas notas porque tinha dito coisas graves. Não havia nenhum papel na sua mesa para despachar, ponto. Ainda naquele dia tinha despachado todos os papéis antes de ir para ali. Em relação àquela questão, se havia uma denuncia a fazer sobre essa matéria, que denunciasses que tratavam do assunto de imediato. Portanto, não havia nenhum problema com isso, era uma coisa normal resolver o problema quando as pessoas colocavam uma questão, mas tinha que se ter em atenção porque às vezes as pessoas pensavam que as

casas eram municipais e não era. Então tinha que se avaliar isso, caso a caso, e com a morada exata.

(Vozes de fundo)

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que em relação à sua candidatura, tinha o tratamento de todas as candidaturas.

(Vozes de fundo)

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que a sua candidatura tinha o tratamento igual a todas as candidaturas. Era recebida, era avaliada de acordo com a matriz, e era atribuída uma pontuação, e a pessoa recebia essa informação e sabia a sua localização na lista. Era assim que funcionava, era assim que funcionava a Lei, era assim que funcionava o regulamento. Era isso que lhe seria aplicado ao senhor também. Se isso não tinha acontecido com o senhor, tinha de ir ver o que se tinha passado, e garantia-lhe que resolvia.

Sra. Madalena Matos – Disse que em relação à pouca-vergonha dos transportes não havia palavras, estava tudo igual. Nem sabia o que lhe havia de dizer.

Evitava ir ali porque ultimamente a sua cidade estava uma tristeza.

O Dia da Cidade nem parecia o dia da cidade, no Pinhal Novo faziam mais festas do que ali no dia da cidade na Praça do Bocage. As pessoas estavam desinteressadas da cidade, não havia bairrismo, não havia amizades puras, era só futebol.

O 4403, 4423, 4551 eram os autocarros que passavam pelo Bairro do Liceu, mas o 4423 tinha deixado de existir. Existia o 4403 e o 4551, mas esse bilhete custava 2.60€. Se quisessem ir à “Xepa”, tinham de pagar 2,60€, em Lisboa o valor máximo da urbana era 2€.

Quem é que além dos 20€ que pagava, porque já tinha feito os 65 anos, ia fazer 67 em janeiro, por isso já tinha o passe quase há 2 anos, na sexta-feira passada tinha havido uma reunião da Assembleia Municipal, que tinha começado às 19 horas, para se inscrever para falar tinha de chegar 15 minutos antes. Não tinha tido autocarro desde as 17 horas e 20 minutos, teve de chamar um táxi. Quem é que pagava? Teve de ser a sua filha porque o seu dinheiro não chegava para tudo.

Tinham falado ali de vários assuntos, mas não tinha falado dos transportes, dos autocarros, mas estava no programa.

Sr. Presidente – Disse que era verdade quem pagava era Câmara.

Sra. Madalena Matos – Disse que já lhe tinha feito uma pergunta, pagava 20€, quem é que pagava o resto?

Sr. Presidente – Disse que era a Câmara.

Sra. Madalena Matos – Disse que conhecia um chofer - que fosse muito bem-vindo a Setúbal -, era ucraniano, ou moldavo, ou russo, não sabia a sua nacionalidade, tinha cento e vinte e tal queixas na internet e ninguém fazia nada.

Picavam o cartão Viva nem mostrava o saldo e o passe passava sempre. Uma empresa que até câmaras de filmar tinha nos autocarros, porque se estivessem de conversa com um motorista, principalmente os que eram sindicalizados, ou delegados sindicais, o individuo dizia logo: “Você sente-se! Porque isto está a ser filmado”. Por acaso até mandou uma mensagem para os patrões deles, se lhe pudessem oferecer um telemóvel daqueles que desse para ver os horários dos autocarros, que por acaso estava tudo desatualizado, podia ser que os senhores lhe oferecessem um.

Estiveram ali 2 senhores, mas estava tudo na mesma, estava tudo igual.

Já não tinha boa perna para andar, já tinha tido, mas já não tinha.

Quando o 604 não passava um senhor da jardinagem tinha de ir justificar à Câmara, agora ia a pé. As senhoras da limpeza, da Junta de Freguesia, também não tinham transporte, iam a pé, atravessavam pelo Vitória, queria ver qualquer dia, quando fechassem o portão se saltavam as grades.

Há uns dias não houve o autocarro das 9 horas, das 9 horas 30 minutos, das 9 horas e 40 minutos, só houve o das 10 horas e 30 minutos, e iam ao colo uns dos outros, até disse ao motorista: *“Se fosse a si às 10 horas e 30 minutos ainda trazia mais um carrinho mais pequeno, porque assim davam colinho uns aos outros”*, se o carro travasse, e se a porta estivesse aberta saíam disparados.

Era assim a *“cena”* dos transportes.

Sobre a calçada e os transportes tinha muito para dizer, mas como todas essas coisas mexiam consigo, nem valia a pena falar, também se fizesse uma carta aberta não recebia resposta. Desde que aquela empresa de transportes foi para ali, fez cinco reclamações, duas delas como sugestões.

Já se cruzou com uma senhora, pensava ser a senhora Vice-Presidente, e já a chamou para a paragem para ouvir as pessoas, porque não havia explicação. As pessoas para entrarem no trabalho às 9 horas, se não houver o autocarro do Viso, não apanhavam o outro autocarro, e iam a pé.

Disse que atualmente iam todos à estação, já não eram três autocarros, eram dois, ia tudo à estação. Mas não iam à estação para as pessoas irem para o trabalho ou para o comboio, iam à estação para os estrangeiros virem, para depois apanharem o barco para a Troia, e irem para a Arrábida. O que os estrangeiros vinham cá ver era o Mercado do Livramento e a Arrábida, era o que os guias diziam, que era só o que a Câmara mandava ver, não sabia se era ou não.

No que dizia respeito à calçada estava insuportável, onde os carros estacionavam a calçada saltava. Ao pé da Papa Doce, em frente ao Liceu, onde era o antigo Caravela, fizeram uma obra. Fizeram uma grande esplanada, até tinham que passar de lado e os carrinhos nem passavam, mas achava bem porque pagavam as licenças à Câmara, e isso era bom para todos, mas tinha que ir pela estrada, se tivesse autocarro, porque a calçada estava toda aos remendos, em certos sítios da cidade quando chovia fazia poças, não havia explicação.

A bengala que trazia era larga, mas tinha outra mais estreita que se enfiava pelos buracos das passadeiras, era como os saltos das senhoras, tinham de ir com muito cuidado. As passadeiras estavam muito polidas e com a água escorregavam.

Perguntou se o senhor Presidente não podia fazer um concurso novo para vir outra empresa de transportes.

Sr. Presidente – Disse que não e que um dia lhe explicava isso.

A Câmara Municipal pagava, era uma empresa que era da Área Metropolitana, cada Município, cada Câmara, pagava uma parte.

A senhora disse o número dos autocarros e a senhora Vereadora que tinha esses serviços que tratavam disso, ia verificar qual era o cumprimento dos horários desses autocarros. Por isso, é que era muito importante os munícipes irem ali para falarem dos problemas que encontravam.

Sra. Madalena Matos – Disse que não adiantava, o senhor Presidente já tinha visto quantas vezes já ali tinha ido falar do mesmo.

Sr. Presidente – Perguntou se as coisas não tinham melhorado.

Sra. Madalena Matos – Disse que não.

Entrou no autocarro que ia para a praia e perguntou ao senhor se havia autocarro a cada 20 minutos ou se era de meia em meia hora, a resposta que lhe deu tinha sido: *“a senhora é que tem que saber”*, e nem era dos novos, era dos antigos, eles estavam saturados.

Houve um dia que estive à espera de autocarro desde as 11 horas e 50 minutos e só tinha apareceu um autocarro às 13 horas e trinta minutos, entrou no autocarro e indiretamente até estúpida o motorista tinha-lhe chamado, porque lhe disse: “*as pessoas são estúpidas, eu entrei às 3 horas e meia da manhã*”. Aquilo não devia ter lá o disco, se o senhor entrou às 3 horas e 30 da manhã, às 13 horas e 30 minutos da tarde já devia estar a fazer horas extras.

Sr. Presidente – Agradeceu à Sra. Madalena Matos por de vez em quando ir ali, para colocar aquelas questões.

Sra. Madalena Matos – Disse que a Casa da Baía com aquelas plantas de plástico, era uma poeira desgraçada, não se podia lá entrar. Pediu ao senhor Presidente para arranjar umas plantas naturais do viveiro.

A senhora Sarah fez uma intervenção que não ficou registada uma vez que a própria não autorizou.

O senhor Presidente respondeu, não tendo a resposta ficado registada em virtude da não autorização da própria, relativamente às questões que colocou.

O senhor Vereador Carlos Rabaçal respondeu, não tendo a resposta ficado registada em virtude da não autorização da própria, relativamente às questões que colocou.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, o Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram 22 horas e 43 minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

O Presidente da Câmara,

André Valente Martins

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 6 de dezembro de 2023, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita, e contém 63 folhas numeradas.

O Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,

Paulo Jorge Simões Hortênsio

Elaborada por:
Carlos Mendes e Aldora Poeira

Conferida por: Ana Paula Lico

Revista por: Paulo Hortênsio